

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL EM PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO URBANA
O PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM

Autora: Ana Beatriz de Souza Esteves

Brasília, 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL EM PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO URBANA
O PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM

Autora: Ana Beatriz de Souza Esteves

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como
parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, março de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL EM PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO URBANA
O PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM

Autora: Ana Beatriz de Souza Esteves

Orientador: Professor Doutor Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro (UnB)

Banca: Prof^a. Dr^a. Maria Salete Kern Machado (UnB)

Prof. Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro (UnB)

Prof. Dr. Aldo Paviani (UnB)

Prof. Dr. Danilo Nolasco (UnB/Suplente)

Dedico este trabalho à pessoa responsável por ele ser hoje uma realidade. Minha amada mãe, Telma Souza.

AGRADECIMENTOS

Para terminar este trabalho, muita gente trabalhou junto comigo. Por isso, é com muito prazer que dedico um espacinho para cada uma delas aqui.

Primeiramente, meu agradecimento mais especial vai pra minha mãe, Telma, que sempre acreditou em mim e investiu nos meus sonhos como se fossem os dela, que sempre me deu a mão e ajudou-me a trilhar todos os caminhos importantes da minha vida. Agradeço pelo amor imenso e incondicional, pela dedicação e pelo exemplo que sempre foi pra mim de quem eu gostaria de ser. Foi ela que me ensinou a ser quem eu sou hoje. Mãe, eu amo você!

Agradeço ao meu pai, Paulo, e aos meus irmãos, Lucas e Camila, pelo amor e carinho, por estarem lá quando eu precisei de apoio e referencial e por cuidarem da minha mãe na minha ausência. Pai e irmãos, eu amo vocês!

Agradeço a Tauvana Yung, querida amiga, que esteve por perto em grande parte da caminhada do mestrado. Agradeço principalmente pelo carinho, atenção e dedicação, por compartilhar as angústias, as pequenas felicidades, as noites, tardes e finais-de-semana na BCE. Você tem metade da responsabilidade por essa dissertação estar concluída hoje e eu sou definitivamente grata a você por isso.

Um cheiro muito querido pra Natália Silveira, que compartilhou parte desses momentos de BCE com a gente e divide, daquele jeito que a gente sabe, as alegrias e tristezas dessa vida cheia de percalços!

Agradeço aos queridíssimos Sergei e Juliana, amigos e companheiros de trabalho e da vida. Sergei, obrigada pela confiança, pela paciência, pela flexibilidade, acima de tudo, pelo apoio e compreensão que me deu ao longo desses dois anos. Ju, obrigada, por ter me mostrado a porta de entrada e caminhado comigo nessa empreitada pela questão da urbanização de favelas, obrigada pelo apoio e por me dar cobertura na hora do desespero! Aos amigos do trabalho, meu muito obrigada pela companhia, paciência e ajuda! Renata e Felipe, além disso, pelo cuidado e pelos trabalhos extras que eu dei pra vocês, e que vocês fizeram com tanto carinho.

Meu amor e carinho aos lindos Flávio Simões e Guilherme Figueiredo, meus amigos e companheiros tão queridos nessa vida. Vocês mantiveram a minha sanidade com tanto amor, carinho e música durante esse tempo todo. Amo vocês daquele jeito!

Agradeço aos queridos Alessandro, Aline, Andreza, Bárbara, Salime e Viviane, equipe dedicada e solícita do PROSAMIM que abriu as portas para me receber e atender as demandas sempre urgentes do meu mestrado. Também agradeço aos queridos Marcos e Regina Esteves por abrirem as portas da casa deles pra mim e me receberem tão bem! Vocês fizeram tudo mais fácil e prazeroso.

Agradeço, com muito carinho, ao meu orientador, professor Michelangelo Trigueiro, pelo acompanhamento, carinho e atenção que me dedicou em mais esses dois anos de trabalho.

Por fim, agradeço a Deus por ter colocado tanta gente iluminada no meu caminho.

RESUMO

Essa dissertação é resultado de um trabalho de pesquisa realizado com o objetivo de analisar as consequências sociais decorrentes da política de reassentamento à qual foram submetidas as famílias pertencentes às envoltórias de intervenção do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. Pretendeu-se, desse modo, compreender e explicar a relação entre determinada política urbana e seus impactos sociais, em um contexto histórico e espacial específico. O objetivo principal foi buscar um entendimento a respeito da relação entre inclusão/exclusão social nesta política urbana específica, utilizando, para isso, metodologias quantitativa e qualitativa de pesquisa, realizadas por meio das técnicas survey e entrevista semiestruturada, ambas aplicadas entre beneficiários da primeira edição do citado Programa.

Palavras-chave: Sociologia Urbana. Urbanização de favelas. Igarapés de Manaus.

ABSTRACT

This work is the result of a research carried out in order to analyze the social consequences of resettlement policy which underwent the families belonging to the intervention of Social and Environmental Program of the streams of Manaus – PROSAMIM. It was intended to understand and explain the relationship between specific urban policy and its social impacts in a specific spatial and historical context. The main objective was to seek an understanding of the relationship between social inclusion / exclusion in this particular urban policy, so using quantitative and qualitative methods of research, conducted by means of technical survey and semi structured interviews, both applied between beneficiaries of the first edition of that program.

Keywords: Urban Sociology. Slum upgrading. Streams of Manaus.

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa das áreas afetadas pelo PROSAMIM I no centro da cidade de Manaus.....	90
Figura 2: Tipologia Habitacional 1 da primeira edição do PROSAMIM.....	94
Figura 3: Tipologia Habitacional 3 da primeira edição do PROSAMIM.....	94
Figura 4: Equipamentos e espaços de lazer instalados no Parque Residencial Manaus no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	98
Figura 5: Vaga para deficientes sinalizada e estacionamento coletivo instalados no Parque Residencial Manaus no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	98
Figura 6: Vista Geral do Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Péres, parque construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	101
Figura 7: Igarapé Manaus – Parque Urbano Desembargador Paulo Jacob construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	104
Figura 8: Vista geral do Parque Urbano Senador Jefferson Peres construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	106
Figura 9: Vista geral e acessos do Parque Urbano Bittencourt construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	106
Figura 10: Imagens do Parque Urbano Largo Mestre Chico construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	108
Figura 11: Ponte Benjamin Constant construída no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	108
Figura 12: Vista aérea do Conjunto Habitacional João Paulo II, local de remanejamento dos beneficiários da solução Casa no Conjunto Habitacional no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	130

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Percentual de Soluções de Reassentamento nos igarapés Quarenta, Cachoerinha, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico concedidas no período de 2005-2010 na primeira edição do PROSAMIM.....	128
---	-----

Gráfico 2: Percentual de Soluções de Reassentamento nos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico concedidas no período de 2005-2010 na primeira edição do PROSAMIM 128

Índice de Tabelas

Tabela 1: Universo da pesquisa quantitativa de avaliação do PROSAMIM I.....	38
Tabela 2: Seleção amostral da pesquisa quantitativa de avaliação do PROSAMIM I	41
Tabela 3: Resumo das Intervenções no Parque Residencial Manaus no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.....	96
Tabela 4: Resumo das Intervenções no Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Peres no âmbito da primeira edição do PROSAMIM	100
Tabela 5: Quantitativos executados por etapa, referentes ao componente Urbanístico/Ambiental da primeira edição do PROSAMIM.....	109
Tabela 6: Quadro resumo do cumprimento das metas do PROSAMIM I até a data de dezembro de 2010, referentes aos dois componentes do Programa: Social e Urbanístico/Ambiental.	110
Tabela 7: Resumo das Atividades Realizadas no Eixo 1– Mobilização, Organização e Informação das Comunidades no âmbito da primeira edição do PROSMIM	114
Tabela 8: Resumo das Atividades Realizadas no Eixo 2 – Ações integradas e Apoio à Execução do PER no âmbito da primeira edição do PROSMIM	116
Tabela 9: Resumo das atividades no Eixo 3 – Ações Integradas de Apoio a Reinstalação de Atividades Econômicas, Qualificação Profissional, Geração de Renda e Inclusão Social no âmbito da primeira edição do PROSMIM.....	118
Tabela 10: Resumo das atividades no Eixo 4 – Ações integradas e de apoio a Execução do PEA no âmbito da primeira edição do PROSMIM.....	119
Tabela 11: Resumo das atividades no Eixo 4 – Acompanhamento Técnico e social Pós Reassentamento no âmbito da primeira edição do PROSMIM.....	122
Tabela 12: Resumo das Soluções de Reposição de Moradia concedidas no âmbito da primeira edição do PROSMIM	125
Tabela 13: Resumo das Soluções de Compensação Financeira concedidas no âmbito da primeira edição do PROSMIM	127

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução (O que, por que, pra que?)	12
a) Por que e para que é a pesquisa?	12
b) O que é a pesquisa?	17
Capítulo 2 – Metodologia	22
a) Considerações teórico-metodológicas	22
b) Procedimentos metodológicos.....	33
Capítulo 3 – Fundamentação Teórica	44
a) O surgimento do urbano como objeto de uma sociologia específica	45
b) O macro problema da pobreza nas Ciências Sociais	54
c) O surgimento das favelas no Brasil.....	69
Capítulo 4 – Conhecendo o PROSAMIM	81
a) Componente Urbanístico/Ambiental	91
b) Componente Social	111
Capítulo 5 – Análise de Dados	123
a) Perfil dos entrevistados	133
b) Caracterização do domicílio.....	135
c) Nível de organização da comunidade.....	140
d) Equipamentos públicos	141
e) Educação sanitária e ambiental	146
f) Orçamento familiar	147
g) Grau de satisfação do usuário.....	148
Capítulo 6 – Conclusões	150
ANEXO A	157
Questionário Survey elaborado e aplicado pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE aos beneficiários da primeira edição do PROSAMIM.....	157
ANEXO B	166
Fotografias.....	166
Bibliografia Consultada.....	174

Capítulo 1 – Introdução (O que, por que, pra que?)

a) Por que e para que é a pesquisa?

Certa feita me disseram que sociólogo gosta de pobreza. Daí fiquei pensando que lógica seria essa que leva alguém a proferir tal afirmação. Mas eis que me veio esse pensamento de que as pessoas podem estar certas, de alguma maneira.

Sociólogos gostam de pobreza porque gostamos de gente inquieta, de gente que corre atrás de resolver dificuldades, de gente que se movimenta, e a gente quer contribuir para resolver esses problemas. Quando falo nós, já vou colocando palavras em discurso alheio na boca dos outros, mas gosto de pensar que essa ideia de fazer da profissão um meio de transformar o mundo em algo menos opressor é, sim, digna dos sociólogos.

E nesse contexto de mudanças tão rápidas (e assustadoras, aliás), a pobreza estampa, de maneira incômoda. A pobreza põe na nossa frente os resultados da desigualdade e obriga-nos a pensarmos e a nos movermos para sua superação. Então, a pobreza ainda me parece envolver uma das mais urgentes e complexas problemáticas, porque é difusa e tensa e, também, por isso mesmo, me fascina e desafia. É nesse despertar de curiosidade, de desafio profissional, que está o meu interesse pelo tema da urbanização de favelas.

A vivência dessa realidade, na verdade, se antecipou ao meu interesse teórico sobre o tema. Em 2009, comecei a ter contato com o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM por meio de uma oportunidade de estágio. O objetivo desse trabalho era avaliar a execução da primeira edição desse Programa, que se propôs a intervir na dinâmica de ocupação urbana da região central da cidade de Manaus.

Com o desenvolvimento do trabalho de consultoria para avaliação externa da iniciativa, o meu interesse acadêmico acabou se expandindo na direção dos conteúdos do programa, ou seja, inclusão e exclusão social, periferias, favelas, desigualdade sócio-espacial, ocupação territorial urbana, e a gama de assuntos que está relacionada a esse tema da habitação nas grandes cidades.

A minha participação na avaliação do PROSAMIM, participação essa que recentemente completou 2 anos e meio, me possibilitou conhecer a fundo a estrutura e o desenvolvimento do Programa, tanto na perspectiva da equipe gestora quanto da perspectiva do beneficiário do

Programa. Munida dessa vivência, composta de conhecimentos e imersões em áreas até então pouco exploradas por mim, decidi que seria muito rico me dedicar a essa iniciativa pública na busca de respostas para lacunas observadas durante o processo avaliativo.

Nesse sentido, não coube a este trabalho, e nem foi sua intenção, realizar uma avaliação da execução do Programa, uma vez que isso já estava sendo realizado em decorrência de uma exigência contratual dos seus financiadores. Aqui, tentei apreender aspectos que não se desvelaram quando da abordagem quantitativa que foi utilizada para a avaliação das atividades da área social do Programa e, mais ainda, busquei trazer à tona questionamentos que me pareciam fundamentais para contribuir para a melhoria de ações que, como esta, têm sido desenvolvidas por todo o país.

Entretanto, o primeiro passo, aqui, é apresentar uma ideia geral a respeito da abrangência da atuação do Programa. Assim, poderei delimitar o recorte de atuação do meu trabalho e abrir espaço para sugerir outras reflexões. Todas as informações aqui apresentadas sobre o PROSAMIM são melhor e mais detalhadamente discutidas no capítulo 4, no qual abordo todos os componentes do Programa.

Parece-me válido resgatar, preliminarmente, um argumento histórico, pra situar o PROSAMIM, na realidade manauara. Entre os anos de 1970 e 2003, a cidade de Manaus viu sua população quintuplicar, pulando de 300 mil para cerca de dois milhões de habitantes (GOVERNO DO AMAZONAS, 2008). Historicamente, verificou-se que as causas dessa intensa ocupação local têm raízes na construção e inauguração da Zona Franca de Manaus, que motivou um grande fluxo de migração para a capital amazonense. Em consequência dessa grande ocupação humana, a cidade, sem estrutura para abrigar tantos novos habitantes de uma vez, viu as margens dos igarapés que entrecortam Manaus serem ocupados para fins de moradia pelas populações de baixa renda.

Com o passar dos anos, essa prática se intensificou, de maneira que a maior parte desses igarapés, situados na área urbana, se tornou um destino das famílias pobres, com problemas de habitação, na cidade de Manaus. A ocupação dessas áreas causou grande impacto ambiental e social à cidade, uma vez que os detritos provenientes da ocupação humana, atrelados à falta de esgoto e condições de habitabilidade, comprometeram a qualidade das águas dos igarapés ocupados, e submeteram grande número de famílias a condições indignas de sobrevivência. Tornando-se uma espécie de esgoto a céu aberto, visível em praticamente

qualquer parte da cidade, os resultados do processo de favelização de Manaus constituíram-se em sério problema de ordem pública, exigindo respostas e soluções imediatas por parte do governo local¹.

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM foi idealizado pelo Governo do Estado do Amazonas e financiado a partir da parceria deste Governo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para colaborar com a reversão desse cenário de favelização e deterioração ambiental. Criado no ano de 2004, o citado Programa pretende interferir em cerca de 70 km de cursos d'água, componentes das duas principais sub-bacias localizadas na área urbana da cidade: Educandos-Quarenta e São Raimundo. As sub-bacias foram escolhidas pelo critério de densidade populacional e gravidade dos problemas sociais e ambientais dos respectivos igarapés componentes, definindo uma abrangência para uma intervenção prioritária. A bacia Educandos-Quarenta consistiu, então, na primeira intervenção, ou PROSAMIM I, e a sub-bacia do São Raimundo compôs a área de intervenção do PROSAMIM II. Além dessas duas edições, uma terceira já está sendo viabilizada entre o governo do estado do Amazonas e o BID. Neste estudo, será pesquisada a área de intervenção apenas da sub-bacia Educandos-Quarenta, ou seja, o PROSAMIM I.

Dentro dessa sub-bacia, cinco igarapés foram beneficiados com as obras previstas pelo Programa, sendo 3 realizados com financiamento de US\$ 140 milhões do BID, e os outros 2, realizados com financiamento de US\$ 60 milhões, provenientes da contrapartida do Estado do Amazonas em parceria com a Caixa Econômica Federal.

As duas principais frentes de intervenção do programa são a recuperação dos igarapés deteriorados pela ocupação humana dentro da abrangência definida para atuação, e a posterior remoção e reassentamento de famílias em situação de risco e/ou em condições precárias de moradia. Foi estimado um número de 4.300 famílias nessa situação residindo dentro da área de abrangência do Programa, compondo um quadro misto de imóveis residenciais e comerciais, número que abrange a totalidade das famílias moradoras das palafitas localizadas ao longo desses cursos d'água.

A concessão do benefício proveniente da remoção da família do local de origem independe da condição de propriedade do morador, ou seja, inquilinos, moradores de imóveis cedidos ou quaisquer outros tipos de relação do morador com o imóvel garantiram o

¹Mais adiante, no capítulo quatro, faço uma discussão mais detalhada sobre o assunto.

recebimento de alguma modalidade de solução de reassentamento. Dessa maneira, nenhum dos moradores atingidos pelas obras do Programa ficou sem algum tipo de benefício ou deixou de ter sua moradia reposta.

No Plano de Reassentamento de Populações e de Reposição de Moradias (AMAZONAS, 2004), elaborado pela equipe gestora do PROSAMIM, foram oferecidas quatro modalidades de solução habitacional, condicionadas às características do tipo de relacionamento da família com o imóvel, explicitadas abaixo:

- Bônus Moradia: benefício oferecido a proprietários de imóveis com valor inferior a R\$ 21.000,00;
- Indenização: benefício oferecido a proprietários moradores de imóvel com valor superior a R\$ 21.000,00;
- Casa no conjunto habitacional: benefício oferecido a pessoas que moram em casa alugada ou cedida, sendo a nova moradia localizada fora da área de intervenção, em conjuntos habitacionais que atendem à política habitacional do Estado;
- Unidade Habitacional: benefício oferecido a proprietários moradores, sendo a moradia construída na mesma área, ou em áreas próximas daquelas de onde foram removidas as moradias originais.

Além das remoções e das obras de recuperação ambiental realizadas na área de abrangência da intervenção, o PROSAMIM realiza trabalhos de educação ambiental, profissionalização e fomento à organização comunitária com parte das famílias reassentadas, buscando a garantia da sustentabilidade do projeto, em longo prazo.

Atualmente, o PROSAMIM é uma referência em termos de políticas públicas para a recuperação ambiental e a reurbanização de favelas. Os resultados ambientais, e, principalmente, estéticos, já são visíveis, e suscitam questionamentos a respeito dos desdobramentos dessa política pública em termos sociais.

Como dito anteriormente, a concessão do financiamento pelo BID exigiu a realização de avaliação do Programa em suas diferentes áreas de atuação. Em razão disso, a equipe gestora contratou empresa de consultoria especializada para proceder à avaliação do impacto das atividades realizadas na primeira edição do PROSAMIM, equipe de consultores, esta, da qual faço parte. Foi também com o subsídio dos resultados da avaliação social realizada pela empresa de consultoria, atrelado aos resultados qualitativos da aplicação de entrevistas

semiestruturadas (com alguns representantes do público afetado pelos reassentamentos), que essa pesquisa se realizou e pretende, aqui, trazer contribuições para a discussão desse importante tema relacionado à pobreza e à problemática urbana e das condições de moradia, em grandes cidades.

O que percebi, depois de participar desse processo avaliativo, é que os resultados dessa avaliação não abordam as causas do problema, até porque a mesma não tem esse foco. Levanto, aqui, questionamentos a respeito dos impactos da reurbanização de áreas de reassentamentos precários. Ou seja, até que ponto o conjunto de fatores que motivam o crescimento das áreas faveladas da cidade tem sido também reforçados, negativa ou positivamente, por esse tipo de política urbana.

Diante do que foi exposto, e do alcance social do referido Programa, pareceu-me (e é uma impressão que não se esgota) fundamental explicitar seus desdobramentos e suas implicações de um ponto de vista que não é o da alçada específica de uma política de intervenção urbana, ao buscar entender um conjunto de dimensões e complexidades envolvidas em tal política. É nesse ponto que se coloca mais fortemente o trabalho, por exemplo, do sociólogo, ou do historiador, do geógrafo e de tantos outros profissionais que procuram, fundamentalmente, descrever e explicar os fenômenos (sociais, neste caso), e aceder a realidades menos evidentes ao olhar do senso comum; o que requer um esforço teórico e analítico, nem sempre plausíveis no delineamento e, mesmo, na avaliação (muitas vezes meramente burocrática) de determinados programas de intervenção urbana. Nesse sentido, os resultados dessa pesquisa podem ajudar a compreender quais são os entraves que impedem a realização dos objetivos de inclusão social do Programa em longo prazo e qual, o que passa, também, por buscar o entendimento dos beneficiários a respeito de que melhorias poderiam ser realizadas para obtenção de melhores resultados.

Nessa mesma linha de preocupações, o estudo, aqui realizado, também procurou compreender que aspectos sociais permitem o reaparecimento das condições que levam famílias beneficiadas por programas como esse a ocupar irregularmente outros locais das cidades, contribuindo, novamente, para aumentar o número de favelas nos grandes centros urbanos. Com esses resultados, e em face de tamanha abrangência desta discussão, já seria bastante poder identificar, minimamente, quais são esses aspectos limitadores da ação do citado Programa, para, futuramente, em intervenções similares, poder agir com consequência sobre eles e atingir resultados melhores e mais duradouros.

b) O que é a pesquisa?

A configuração mental de um objeto de pesquisa, para mim, nunca seguiu um encadeamento lógico unilinear. Do mesmo jeito que estou pensando numa pergunta, percebo que já dispunha de um monte de ideias a respeito do fenômeno, antes mesmo de saber qual é a minha indagação sobre ele. Além do mais, as experiências vão se agregando aos pensamentos de maneira contínua. Então esse caminho lógico da formação do objeto, aqui apresentado, nada mais é do que um esforço intelectual de orientar a compreensão (e, há pouco tempo, a própria execução) da pesquisa e de seus resultados.

Esse objeto se insere numa gama de preocupações surgidas da constatação de que os problemas das grandes cidades têm se agravado, assim como a busca por soluções eficientes para eles. As cidades brasileiras têm crescido ao longo do tempo e é possível notar uma repetição de problemas comuns ao crescimento desordenado e acelerado pelo qual o país tem passado. Um desses problemas diz respeito à questão da habitação, e as discussões a respeito da importância de rever a distribuição social do território das cidades, e de compreender sua lógica de reprodução, têm se fortalecido proporcionalmente ao agravamento das questões relacionadas ao tema.

As políticas públicas urbanas reagem aos problemas das grandes cidades, propondo intervenções que visam a solucionar questões que se solidificaram historicamente, interferindo na realidade de grupos sociais específicos e modificando a sua dinâmica social. Essas intervenções atendem a diversos propósitos, sejam eles de inclusão social, de divisão social do espaço da cidade, de recuperação da qualidade ambiental ou de perseguição de um modelo modernizador das grandes cidades, entre outros. Cada política pública incide sobre uma realidade e provoca mudanças que se relacionam com diferentes objetivos, incidindo sobre a vida das populações envolvidas de maneiras decisivas e também múltiplas. Isso significa que essas políticas criam novas formas de lidar com a dinâmica social própria das cidades e que as pessoas que foram afetadas por tais iniciativas estão constantemente sendo levadas a construir novas formas de sociabilidade que sejam compatíveis com as novas situações a que estão sujeitas, voluntária ou involuntariamente.

O PROSAMIM se configura uma dessas tentativas locais de responder às demandas do crescimento urbano e das suas complicações. O citado Programa, envolvendo áreas tradicionais de ocupação de famílias pobres, tem como objetivo principal a recuperação dos

igarapés da cidade de Manaus e, secundariamente, possui uma frente de intervenção habitacional, refletida na grande quantidade de famílias reassentadas involuntariamente em decorrência da execução das suas obras.

Esse estudo de caso pretende analisar as consequências sociais decorrentes da política de reassentamento à qual foram submetidas as famílias pertencentes às envoltórias de intervenção do Programa. Pretende-se, desse modo, compreender e explicar a relação entre determinada política urbana e seus impactos sociais, em um contexto histórico e espacial específico. O objetivo principal é buscar um entendimento a respeito da relação entre inclusão/exclusão social nesta política urbana específica, motivo pelo qual esse trabalho é um estudo de caso e não um trabalho comparativo.

Fatalmente, de alguma maneira, as informações aqui disponibilizadas podem ensejar reflexões comparativas sobre outros programas similares ao PROSAMIM, embora não seja esta a proposta da minha dissertação. Aqui, quero apenas me dedicar aos temas relacionados a essa iniciativa específica, que se localiza em determinado contexto histórico, tem suas causas específicas e seus desdobramentos próprios. Embora haja casos similares, não é pretensão minha sugerir qualquer relação entre as conclusões, aqui, apresentadas e a trajetória de outros programas urbanos desenvolvidos ou em desenvolvimento no país.

A minha pergunta principal, minha maior preocupação nesta pesquisa é saber se

- Programas de políticas urbanas que objetivam inclusão social de uma população por meio de intervenções habitacionais podem também ensejar processos de exclusão social?

Nesse contexto, delinearam-se, os seguintes objetivos:

- Objetivo Geral
Compreender e explicar qual a relação (se existe) entre inclusão/exclusão social em um programa de política urbana.
- Objetivos específicos
 - I. Identificar qual a origem histórica dos problemas urbanísticos que envolvem e justificam a realização da política urbana estudada, resgatando o registro histórico da idealização, execução e modificação do traçado urbanístico da cidade de

Manaus;

- II. Identificar os aspectos definidores da política urbana estudada, buscando as questões centrais a partir das quais a intervenção foi idealizada e estruturada, ou seja, que questões centrais estavam-se procurando responder/interferir/modificar quando da idealização dessa política pública;
- III. Identificar a relação entre políticas habitacionais e políticas de urbanização, buscando evidenciar a diferença entre elas e os interstícios entre os dois tipos, no estudo de caso aqui proposto;
- IV. Identificar quais foram os ganhos e perdas sociais e urbanísticos provenientes dessa política pública, a partir da compreensão dos seus principais desdobramentos nessas duas esferas de atuação do Programa.

Para responder os questionamentos propostos por essa pesquisa, são apresentadas, aqui, as 6 hipóteses preliminares consideradas no projeto deste trabalho, que visaram a relacionar peças importantes da composição do contexto trabalhado, na busca de compreender a complexidade do fenômeno em pauta. Em todas elas, está implícito o pressuposto de que políticas habitacionais não significam, necessariamente, políticas de urbanização de favelas.

- I. Os problemas característicos das áreas de favelas na cidade de Manaus são, na verdade, parte de um problema que exige intervenção de políticas habitacionais e não de políticas de urbanização de favelas;
- II. As políticas de urbanização de favelas têm sido sobrecarregadas com as demandas por políticas habitacionais, nas grandes cidades, incluindo Manaus, de maneira que os resultados obtidos em termos de promoção da igualdade social são solapados pela ausência de impacto nas motivações que provocam os fenômenos de favelização das cidades;
- III. As políticas de urbanização de favelas não são realizadas conjuntamente com as políticas habitacionais e nem priorizam a sustentabilidade dos projetos de inclusão social, de maneira que os seus resultados perdem durabilidade e comumente empurram as famílias de volta à condição de precarização da moradia;
- IV. As políticas de urbanização de assentamentos precários tendem a ser a alternativa mais disponível para realização de objetivos próprios das políticas habitacionais, sendo, desse modo, um fator de multiplicação de favelas em outras partes da cidade, cujos moradores projetam nessas novas invasões suas esperanças de atendimento por essas

- políticas;
- V. O ganho social obtido pelo programa tem pouca durabilidade e é basicamente reservado àqueles que receberam a solução Unidade Habitacional. Para os que receberam uma das outras três soluções de reassentamento, o programa ofereceu solução paliativa e, possivelmente, empurrou seus beneficiários a invadir áreas impróprias para habitação em outras regiões da cidade.
- VI. O ganho urbanístico e ambiental obtido pelo programa é mais duradouro, em comparação ao ganho social, e cumpre a função de “limpar” o centro da cidade de Manaus, embelezando a cidade e beneficiando o setor de turismo local, em detrimento do atendimento das necessidades das famílias de baixa renda da cidade de Manaus.

Para a apresentação desse estudo, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma:

▪ Capítulo 2 – Metodologia

Nesse capítulo, serão abordadas questões teórico-metodológicas fundamentais para me situar diante do meu. Além disso, são apresentados e discutidos os procedimentos adotados no processo investigativo desta pesquisa de forma detalhada, tanto para a etapa quantitativa quanto para a etapa qualitativa da pesquisa.

▪ Capítulo 3 – Fundamentação Teórica

Este capítulo reúne o escopo teórico que me ajudou a compreender minimamente o meu objeto de estudo e que me forneceu as ferramentas para aprimorar os meus próprios questionamentos sobre a realidade que me propus conhecer.

▪ Capítulo 4 – Conhecendo o PROSAMIM

Neste capítulo, será apresentada a proposta geral do programa, seus subcomponentes (obras/urbanístico, ambiental e social) e seus resultados aferidos por avaliação externa. Há também alguma discussão sobre a importância da iniciativa para a cidade de Manaus e as perspectivas de continuação do Programa.

▪ Capítulo 5 – Análise dos Dados

Nesta parte, o *survey* e as entrevistas serão analisadas, relacionadas, e trabalhadas a partir dos questionamentos desse estudo. Aqui, serão feitas considerações sobre uma visão passado/presente que considero rica e capaz de abrir espaço para reflexões sobre o desdobramento do Programa; ou, melhor seria dizer expectativas;

▪ Capítulo 6 – Conclusões

Finalmente, tento responder minhas próprias perguntas, sem desconsiderar que muitas outras surgiram no curso da investigação. Nesse capítulo, procuro fazer novos questionamentos e novas perspectivas de pesquisa, reflexões e tentativas de avançar nessa discussão. Resumo aqui, da melhor forma que posso, os desdobramentos pessoais, profissionais e acadêmicos dessa experiência e desse estudo.

- Anexo – Relatório Fotográfico

A fotografia, desde o início, foi pensada como um dos alicerces desse trabalho. A máxima “uma imagem fala mais que mil palavras” aqui encontra paradeiro. Imagens chocantes, tanto negativa quanto positivamente, são aqui apresentadas. O objetivo é fazer uma linha temporal fotográfica que transporte o leitor até Manaus, realidade tão particularmente interessante, e que permita que esse leitor acompanhe e compartilhe, quem sabe, do sentimento que essas mudanças provocaram na vida de tantas pessoas.

Enfim, o meu principal desafio foi lidar academicamente com tantas questões em espaço tão restrito para desenvolver essas ideias. De qualquer modo, espero que sejam, de alguma forma, válidas. Para mim, são impagáveis, independente do rumo que seguirão.

Capítulo 2 – Metodologia

a) Considerações teórico-metodológicas

Estudar a ciência como produto e como processo depende da maneira como se entende a mesma. Essa maneira pode variar entre entender a ciência *apenas* como produto ou pode querer inserir a discussão a respeito do processo, no tratamento do assunto, o que sugere uma complicação exponencial da explicação. Essa preocupação em criar uma metateoria da ciência, se é que se pode chamar assim, não é recente. Alguns trabalhos são muito interessantes para mostrar de que maneira esse debate se desenvolveu e quais são as preocupações que passaram a fazer parte da tentativa de elucidar o que significa fazer ciência.

A teoria construtivista é, sem dúvida, importante na consolidação dessa discussão. Segundo essa corrente teórica, a ciência é uma prática social, que deve ser analisada como um processo de construção de conteúdos científicos, ou verdades científicas, por meio de associações entre indivíduos, interesses e objetos. Para os teóricos adeptos dessa corrente é necessário sempre se perguntar qual o significado daquilo que se faz em nome da ciência e dentro da dinâmica da construção de fatos. Nessa acepção, fazer ciência não significa estar apartado de condicionantes históricos, políticos, ambientais ou de qualquer outra ordem, mas, pelo contrário, é estar em constante adaptação e negociação com esses aspectos.

Para o construtivismo, a criação de fatos científicos tem esse caráter mesmo de criação, construção de uma realidade, que é, intrinsecamente, representativa. Nesse sentido, não haveria uma descrição fiel da realidade, uma vez que toda e qualquer tentativa de descrição da realidade necessitaria do intermédio de símbolos que são irremediavelmente condicionados a visões parciais e nada neutras, advindas do mundo da comunicação. Da captação dos fatos reais, digamos assim, até o ponto de descrevê-los, há um abismo intransponível que interdita qualquer projeto de verdade absoluta. A realidade só pode ser acessada, portanto, por meio de representações, segundo a corrente referida anteriormente.

Nesse ponto, chegamos ao questionamento sobre o sentido da produção científica. Se a realidade não é empiricamente acessível, para que, então, fazer ciência? Talvez essa não seja a pergunta correta, porque, para a teoria construtivista, fazer ciência não significa elucidar os mistérios do mundo por meio da verdade absoluta, mas significa oferecer mais uma ferramenta para interagir com a realidade, mesmo que não haja garantia de que essa interação

seja de fato uma representação do real tal como ele se dá efetivamente. Nós saímos da tríade positivista antiga conhecer-controlar-normalizar para uma nova relação entre conhecimento e ação, qual seja, conhecer-interagir-modificar.

Talvez seja preciso entrar mais na argumentação dos autores para que essas ideias se tornem menos abstratas. Escolhi, para isso, apresentar a argumentação de Bruno Latour, em seu livro *Ciência em Ação* (2000). Nessa obra, o autor procura demonstrar que o entendimento da ciência depende basicamente de como se estuda o fenômeno da criação de verdades científicas. Para ele, analisar a ciência a partir do processo, em vez de partir do produto, oferece um ângulo inovador para entender o que de fato significa produzir fatos científicos.

Latour afirma que é preciso escolher a porta de entrada do estudo científico para definir a partir de qual perspectiva deve ser construído o entendimento a respeito do fenômeno. Ele escolhe a porta que dá acesso aos cientistas em ação, nos diversos momentos em que trabalham na construção de caixas-pretas, como ele chama os fatos científicos bem amarrados e amplamente aceitos. Optando por esse viés de análise, o autor cria alguns personagens que tornam a compreensão do seu objeto mais fácil, porque trabalha com comparações entre a ciência pronta e a ciência em construção.

Seu argumento gira em torno da compreensão do aspecto social que está envolvido no ato de criar fatos científicos. Para ele, a diferença entre qualquer tipo de saber e o saber científico não reside na ilusão de que a ciência pode revelar a verdade, tal como ela é, mas no fato de que há um grande número de pessoas que foram arregimentadas para o lado da ciência e transformaram a verdade científica em um grande artifício a respeito da sua capacidade de falar pela natureza ou pela sociedade. Ou seja, o número de pessoas conectadas, formando redes de associação em torno de interesses que se realizam no produto da prática científica transforma a conexão entre eles muito mais forte do que a conexão existente no conhecimento chamado de senso comum, ou qualquer outro fora das redomas da ciência. Quanto mais fortes essas conexões, mais difícil será bater de frente com essa verdade.,

É importante notar, nessa acepção, que toda a construção de verdades, toda produção de conhecimentos envolve a intensa disputa entre grupos diferentes. Essa disputa, cujo objetivo é decidir que conteúdo prevalecerá ao final de uma discussão, acontece por meio de associações, de negociações e embates entre os indivíduos e os objetos envolvidos na ação.

Os interesses colocados em jogo determinam que tipos de associação podem ser feitas em prol da legitimação de um resultado criado em laboratório ou em pesquisas de campo, que preço se está disposto a pagar para tornar esse “fato mole” em um “fato duro” e que tipo de concessões será preciso fazer para arregimentar aliados capazes de garantir a continuação na disputa. É por isso que não se pode falar em verdades absolutas. A verdade é definida a partir da resolução – seja ela parcial ou definitiva – de uma controvérsia. Sendo a verdade científica o produto de uma rede social, uma rede em que as pessoas, por meio de negociações chegam a um determinante comum na busca da construção de uma caixa-preta, a qualquer momento essa verdade pode ser suplantada por uma segunda verdade, talvez completamente distinta ou apenas modificada de acordo com os novos interesses que estão em jogo.

O processo de interação entre atores humanos e não humanos, na criação de redes de força internamente coerentes, é suscetível a diversos tipos de confronto; falam em nome de grupos específicos e, dependendo de sua capacidade de manter os aliados unidos na reprodução desses conteúdos, podem ou não criar uma verdade mais forte ou mais fraca, revelando ora poder de agrupamento, ora poder de dispersão. O termo “verdade” parece perder um pouco do seu significado amplo de propriedade de estar conforme com os fatos ou a realidade; exatidão, autenticidade, veracidade são expressões que, para a linha construtivista, acabam ganhando um significado de conteúdo volátil, que pode ou não ser refutado de acordo com o tipo e a força das associações escondidas no seu processo de construção.

Essa ideia sobre redes sociais, já inserida na discussão tecida em *Ciência em Ação*, revela um dos aspectos fundamentais da teoria ator-rede: o social não é apenas formado por componentes humanos. A interação entre pessoas e objetos pode ser decisiva na solução de controvérsias e consequente criação de verdades. Mas o que seria a Teoria Ator-Rede, ou, no original, *the Actor Network Theory*? Essa teoria surge a partir dos estudos de Michel Callon (1991) e de Bruno Latour (1992), na pesquisa sobre o a criação de fatos científicos. Para eles, na formação progressiva dessas redes de associações, tanto os fatores humanos quanto aqueles não humanos assumem identidades importantes que não podem ser desconsideradas na análise conjuntural desse processo. Conceitos como “translação” e “actantes” são utilizados para explicar como ocorre o processo de arregimentação de aliados e consolidação de um discurso científico numa arena de dimensões políticas importantes. O objetivo principal dessas redes seria possibilitar uma estabilização dos conteúdos que permitissem longevidade, mobilidade e condições propícias para apropriação de um discurso científico. Mesmo reconhecendo a

importância dos fatores não humanos na resolução de controvérsias, é preciso salientar que esses fatores têm uma atuação relativamente passiva, uma vez que apenas os cientistas podem inserir ou retirar componentes da rede que sustenta o sistema de criação de fatos científicos. A *Actor Network Theory* aponta para o fato de que não é a técnica que deve estar no centro da análise da produção do conhecimento, mas a associação que se faz entre fatores que influenciam e modificam a forma com que os produtos científicos são construídos.

O que interessa nisso tudo, e essa é a conclusão que me vem à cabeça depois de algumas leituras sobre epistemologia da ciência, é que só faz sentido acreditar na ciência como ferramenta de interação com a realidade. Nesse aspecto, a ciência não tem como ser subjetiva ou encarada como artifício dispensável. O fato de ela ser amplamente aceita – não entro no mérito dos motivos pelos quais ela é aceita – torna a ciência uma ferramenta muito poderosa nos processos de interação do ser humano com o meio e dos seres humanos entre si. E aqui mora o segredo que me fez arregimentar o Latour para minha causa. Estudar sobre urbanização de favelas e inclusão/exclusão social a partir dos moldes da ciência e utilizando seus métodos não é mais do que estudar formas de interagir com essa realidade na busca de modificar aquilo que me parece necessário modificar. Dentre tantas formas de interação, essa é a que eu escolho. Assim é que eu busco ser ouvida, falando não só com a minha voz, mas com a soma de muitas vozes, e faço propagar uma mensagem mais alta e eventualmente acreditável.

A intenção é aproximar a ciência do coletivo, fazer uma ciência que inspire proximidade, que responda aos anseios de uma coletividade que tem diversas maneiras de obter respostas para os questionamentos sobre suas realidades. A pobreza e seus desdobramentos não são mais do que outros desses anseios, e o construtivismo talvez mostre como se pode fazer ciência e construir conhecimento *para* a população em geral e não *apesar* dela.

Esse compromisso do conhecimento com a interação e transformação da realidade não é uma concepção que só se restringe ao legado do Construtivismo. Como demonstrou Anthony Giddens (1991: 39), em *As Conseqüências da Modernidade*, é característica da modernidade a ação reflexiva, tanto no campo da produção do conhecimento quanto no campo da apropriação desse conhecimento na vida cotidiana. Segundo ele,

“Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente [quando comparada às sociedades pré-modernas, em que há o predomínio da reflexividade associada à justificação das tradições]. Ela é introduzida na própria

base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si.[...] A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.” (GIDDENS, 1991:39)

Seria, então, um das contribuições da sociologia oferecer algumas dessas informações que são constantemente apropriadas e ressignificadas na reprodução do tecido social, pois cria uma constante relação de troca entre o discurso e a prática social dos indivíduos. A reflexão sobre a vida social moderna é uma maneira de interferir nessa realidade, uma vez que a apropriação desses conteúdos acaba por redefinir e modificar o comportamento das pessoas em sociedade, reiniciando um ciclo de produção e acumulação do conhecimento/apropriação do conhecimento/mudança de comportamento/nova produção de conhecimento. Ele diz: “A modernidade é ela mesma profunda e intrinsecamente sociológica” (GIDDENS, 1991: 43). Uma vez que há sempre uma grande renovação de saberes ocasionando novos comportamentos sociais e alimentando o ciclo acima citado, é de se compreender que, na verdade, a modernidade oferece nada mais do que um mundo de certezas voláteis, caracteristicamente instável e mutável.

O conceito de reflexividade em Giddens pode, então, auxiliar a compreensão da realidade, no sentido de um compromisso com mudanças sociais. É a tentativa de fazer sociologia para produzir conhecimentos que serão apropriados pela sociedade; conhecimentos esses que produzirão novos sentidos e, principalmente orientarão novas práticas relacionadas à questão estudada. É considerar o conhecimento acadêmico como uma ferramenta de produção de sentidos para a melhoria da realidade social, a ser manuseada tanto pela comunidade acadêmica quanto pela comunidade que está fora da universidade, lidando com a rotina dos problemas estudados na academia.

Assim, nada mais apropriado do que inserir a temática da pobreza, das favelas e da inclusão/exclusão social, enquanto problemas sociológicos, como o cerne orientador desse estudo. Estudar esses temas, principalmente no que se refere às iniciativas de superação dessas questões sociais, parece trazer à tona questões extremamente importantes e atuais para o debate a respeito de mudanças na estrutura de uma sociedade secularmente construída sobre bases desiguais de oportunidade. Mais do que isso: possibilitam a construção parcial de uma contribuição cidadã para interferir nas realidades às quais esses objetos de estudos estão referenciados.

Nesse ponto retrocedo, de alguma maneira, ao início da discussão para inserir outro aspecto importante que é a escolha de métodos para o proceder à realização da pesquisa. Se considero, aqui, que a produção científica está inserida em um contexto social, cultural, político e econômico que deixa suas marcas no pesquisador e provoca questionamentos sobre o significado da ciência que se está fazendo, o resultado prático disso é a compreensão da importância de o pesquisador ter consciência que a escolha de métodos reflete algumas das respostas para estes questionamentos, com suas dificuldades, contradições e ganhos, característicos de toda dinâmica social. A produção científica não é uma produção neutra, desprovida de valores pessoais e inclinações culturais, mas persegue uma rigorosidade metodológica que permite a minimização desses fatores na busca da produção de um conhecimento válido enquanto produto de uma ciência social. A epistemologia não poderia, portanto, deixar de questionar as contribuições e contradições das diferentes metodologias de pesquisa e ajudar na construção de uma consciência a respeito do significado do ofício do pesquisador.

E escolher a metodologia para o estudo dos fenômenos urbanos envolve uma discussão acerca do significado e importância de determinados métodos e técnicas de investigação nas Ciências Sociais. Desse modo, penso ser necessário entender que toda pesquisa que pretende conhecer aspectos da realidade está diretamente relacionada a pressupostos epistemológicos, valores e práticas sociais distintos. O método existe basicamente para viabilizar a produção do conhecimento, não podendo, pois, ser um fim em si mesmo, mas o meio utilizado para a obtenção de um produto cientificamente válido.

Não há razão, portanto, para que alguns métodos sejam cristalizados como modelos ideais para a produção do conhecimento, no campo das Ciências Sociais. Cada objeto exige um método específico de abordagem, que está sujeito à análise das condições de viabilidade da realização da pesquisa e à preferência do pesquisador por uma ou outra forma de investigar a realidade. Ademais, não se pode desconsiderar a forçosa relação entre o método escolhido e os pressupostos teóricos e epistemológicos a ele relacionados, sendo, portanto, a escolha do método etapa fundamental para garantir bons resultados ao final do estudo proposto.

Segundo Gamboa (2007), não pode haver método que esteja alheio ao seu contexto histórico e nenhuma escolha deve ignorar o legado epistemológico que cada método traz em sua concepção. Segundo ele, as mistificações de alguns métodos só contribuem para dificultar o processo de entendimento da pesquisa como portadora de um corpo teórico que exige um

método apropriado de execução para produzir resultados relevantes. O importante é utilizar o método para promover o sucesso da investigação do objeto. A validade, exatidão e definição operacionais são extremamente importantes, mas quando referenciadas à necessidade de trabalhar o objetivo da pesquisa, e não visando meramente à promoção do método escolhido. A escolha da metodologia de pesquisa, portanto, exige cuidado e atenção para as necessidades do objeto do estudo.

Feitas essas considerações, este estudo propôs a utilização de uma combinação das metodologias quantitativa e qualitativa para abordar o seu objeto. Aqui discorro brevemente sobre as potencialidades e limitações dessa escolha e, então, mais adiante, descrevo detalhadamente os procedimentos metodológicos adotados na execução da pesquisa.

A metodologia quantitativa de pesquisa é recomendada quando se procura aferir resultados que possam ser generalizados para um universo de indivíduos pesquisados e possibilitem associar variáveis na busca de demonstrar relações de causa e efeito. Segundo Santos,

“Ao trabalhar com técnicas quantitativas busca-se analisar o comportamento das variáveis individualmente ou na sua relação de associação ou de dependência com outras variáveis (quando há causalidade). São elaborados diversos gráficos ou tabelas de frequências univariadas (uma variável), com cruzamentos de duas variáveis (bivariadas) ou mais (multivariadas), no intuito de identificar características ou fatores explicativos dos fenômenos em estudo. Os dados podem apresentar diferentes níveis de medição, possibilitando trabalhar com estatísticas descritivas ou inferenciais, com probabilidades, proporções ou correlações entre variáveis.” (SANTOS, 2009: 126)

Essa metodologia de pesquisa é caracterizada pelo uso de números, que permitem descrever detalhadamente o fenômeno e enquadrá-lo em modelos elaborados para testagem e comprovação de teorias.

Muitos instrumentos de coleta de dados podem ser utilizados para o levantamento das informações em pesquisas de metodologia quantitativa, sendo o questionário (*survey*) o mais conhecido deles. O questionário pode ser utilizado quando as possibilidades de respostas para o público entrevistado puderem ser identificadas com segurança. Ele servirá para registrar a frequência com que esses casos ocorrem em determinada situação.

As vantagens da utilização da metodologia quantitativa de pesquisa são a possibilidade de generalização dos dados (a depender da escolha da técnica de seleção de amostra), a possibilidade de testar hipóteses, validar ou invalidar teorias por meio da utilização do instrumental estatístico disponível. As desvantagens são, geralmente, a falta de aprofundamento das questões propostas no questionário, os problemas relacionados à interpretação de perguntas e respostas e ao peso da inclinação do entrevistado a responder aquilo que é socialmente mais adequado (CORTES, 1998: 11).

A metodologia qualitativa de pesquisa, por sua vez, é recomendada quando é preciso interpretar redes complexas de significados que motivam ou caracterizam determinados tipos de fenômenos. Ou seja, é utilizada para gerar explicações mais detalhadas a respeito das causas, motivações e características de um fenômeno particular.

Há muitas formas de produzir dados utilizando a metodologia qualitativa, embora a mais conhecida seja a entrevista. Esta pode acontecer de forma individual ou coletiva, pessoalmente ou por meio de recursos tecnológicos, como telefones ou e-mails. A entrevista possibilita sondar o entrevistado a respeito de um tema específico, acessando de diversos ângulos as suas opiniões e impressões sobre o tema e permitindo o esclarecimento de tópicos que não tenham sido bem compreendidos pelo pesquisador.

Nesse sentido, os especialistas recomendam usar a entrevista quando as possibilidades de respostas para o público entrevistado não puderem ser identificadas com segurança, quando se espera coletar dados mais profundos a respeito de um tema e/ou quando os públicos estão pouco receptivos em relação à possibilidade de preencher formulários escritos.

As vantagens da utilização dessa metodologia estão na possibilidade de descrever de forma mais completa as características de um fenômeno, apreendendo e interpretando as dimensões subjetivas da ação humana (CORTES, 1998). Por sua vez, as desvantagens giram em torno da falta de representatividade do dado qualitativo, desde que se esteja interessado nela.

A presente pesquisa, como dito anteriormente, preconizou a combinação de diferentes métodos de investigação, utilizando metodologias quantitativas e qualitativas de forma paralela. Dessa maneira, o objeto, aqui, proposto será abordado a partir de diversos ângulos que se complementam, almejando uma análise mais complexa e completa do fenômeno em questão. O objetivo era, a partir da utilização de técnicas de investigação qualitativa, respaldar

os resultados encontrados na coleta de dados amostrais produzidos quantitativamente, selando a complementaridade das conclusões obtidas por meio das duas técnicas de produção de dados.

A ideia de combinar metodologias e técnicas nesse estudo se originou na compreensão de que a triangulação de métodos é capaz de apreender mais aspectos da realidade estudada do que quando há o predomínio de apenas uma metodologia de investigação. A esse respeito, Minayo (2009) define a triangulação como uma dinâmica de investigação que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazendo dele um constructo específico. Dessa forma, a triangulação propicia meios para que, no desenvolvimento do processo de investigação e de análise, os que implementam as ações se apropriem da compreensão dos dados quantitativos e qualitativos gerados pelo trabalho e recolham subsídios para atingir o objetivo primeiro do empreendimento investigativo, qual seja, nesse caso específico, a compreensão do fenômeno urbano PROSAMIM. Esta metodologia é particularmente recomendada para estudos de avaliação (MINAYO, 2006), embora particularmente veja um potencial elucidativo importante no seu uso para os estudos científicos e acadêmicos. Na prática, a triangulação é a combinação e a intersecção dos seguintes aspectos (DENZIN, 1979; MINAYO & SANCHES, 1993; MINAYO & CRUZ NETO, 1999):

- 1) Desenvolvimento de múltiplos pontos de vista a respeito de um mesmo objeto;
- 2) Reunião de esforço conjunto de profissionais de áreas diferentes;
- 3) Apresentação da visão de vários informantes;
- 4) Emprego de uma variedade de métodos e técnicas de coleta de dados que acompanham o trabalho de investigação.

A etapa quantitativa do estudo foi pinçada da pesquisa amostral realizada pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE, empresa responsável por empreender a avaliação externa do PROSAMIM. Em face dessa contribuição importante, é válido fazer alguma ressalva referente à produção dos dados quantitativos daquela avaliação, porque

também se insere em um contexto específico que condiciona a própria contribuição dos dados para o meu estudo.

A avaliação de programas e projetos sociais é um processo sistemático de conhecimento, análise e mensuração de uma determinada realidade que pode apresentar um problema social, como por exemplo, a questão socioambiental dos Igarapés de Manaus, no Estado do Amazonas. A avaliação de programas sociais também pode ser compreendida como “um conjunto de atividades técnico-científicas ou técnico-operacionais que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção em sua implantação, implementação e resultados” (MINAYO, 2009; AGUILLAR & ANDER-EGG, 1994).

Para Minayo (2009), a utilidade prática de uma avaliação é amenizar as incertezas, aperfeiçoar as ações programadas e fundamentar as tomadas de decisões para as demais etapas. Para efetivação da avaliação a autora aponta quatro objetivos: 1) promover a transparência da utilização dos recursos públicos utilizados no programa ou projeto social, tendo em vista o controle social por parte dos beneficiários, da sociedade e do governo concedente dos recursos; 2) nortear os parceiros e investidores sobre os resultados das ações; 3) atender aos objetivos dos atores envolvidos (instituições, gestores e técnicos); 4) otimizar as atividades relativas ao projeto.

Minayo ainda ressalta que geralmente o processo de avaliação tem como finalidade a execução de ações que visem o fortalecimento dos direitos de cidadania da comunidade envolvida, ou “empoderamento”, como denominam alguns autores (MINAYO, 2006; Minayo, 2009; GOHN, 2004; CARVALHO & GASTALDO, 2008; RODRIGUES & SANTOS, 2001). O empoderamento, tradução brasileira do termo *empowerment*, tem como um dos significados o processo e prática de mobilização com intuito de estimular o desenvolvimento de sujeitos e comunidades autônomas e conscientes de sua realidade social (GOHN, 2004; CARVALHO & GASTALDO, 2008; RODRIGUES & SANTOS, 2001). Para que esse fortalecimento ou empoderamento ocorra são necessários esforços que podem ser definidos em quatro dimensões, a saber: 1) a utilidade da avaliação; 2) a viabilidade política, prática e a relação custo-benefício do empreendimento; 3) os aspectos éticos e respeito aos valores dos atores envolvidos e 4) eficácia e eficiência técnica da avaliação (MINAYO, 2009).

A avaliação de políticas sociais tradicionalmente usa metodologia e instrumentos quantitativos para a análise das estruturas dos programas e, respectivamente dos processos e

resultados das ações e metas desenvolvidas, bem como a serem alcançadas. Segundo Minayo, a avaliação das estruturas, o estudo dos processos e a análise dos resultados têm finalidades específicas e complementares para a compreensão do programa. A avaliação das estruturas deve conter dados sobre recursos físicos, humanos, materiais e tecnológicos disponíveis, informações sobre a organização, funcionamento, normas e procedimentos. Já o estudo dos processos deve abordar os aspectos técnicos e relacionais referentes aos recursos humanos responsáveis pelas ações interventivas. Por fim, a análise de resultados deve ter como foco onexo entre os efeitos e aos produtos que as ações e os procedimentos geraram no decorrer do processo e a finalidade da intervenção previamente estabelecida (MINAYO, 2009).

Desde os anos 80, com intuito de compreender a complexa dimensão que envolve as políticas, programas e projetos sociais, o processo avaliativo agregou metodologias e instrumentos qualitativos, com o objetivo de possibilitar a apreensão das percepções dos atores sociais envolvidos na intervenção - beneficiários, gestores, executores e financiadores. O processo de avaliação e monitoramento é fundamental para o acompanhamento e aperfeiçoamento dos processos e resultados e para a efetividade das metas do Programa em análise, bem como dos indicadores previstos.

Dentro dessa perspectiva, a avaliação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM aconteceu também por triangulação de métodos e técnicas – contrafactual², longitudinal, avaliação quantitativa e qualitativa dos aspectos ambientais e urbanísticos e oficinas para a avaliação do reassentamento, da participação comunitária e do Programa como um todo. A avaliação foi dividida em dois momentos: o primeiro avaliou os resultados preliminares do reassentamento das famílias e da participação comunitária; o segundo avaliou o Programa em todas as suas dimensões.

Esse trabalho se apropria da pesquisa quantitativa realizada naquele contexto para relacionar as variáveis estudadas com as percepções mais subjetivas dos atores envolvidos no processo, nesse caso, os beneficiários do Programa. Por sua vez, a etapa qualitativa do

² A metodologia contrafactual ou método experimental é uma técnica matematicamente embasada e desenvolvida inicialmente para estudar o efeito de tratamentos biomédicos em populações com agravos de saúde (PEREIRA, 1999). A avaliação contrafactual ou método experimental possibilita contrastar de maneira controlada as evoluções de duas populações: o grupo experimental (no caso, aquele que sofreu alguma intervenção referente ao PROSAMIM) e o grupo controle (aquele que não sofreu nenhuma intervenção referente ao PROSAMIM). Ou seja, a avaliação contrafactual ou método experimental para avaliação do programa resume-se na comparação entre a evolução das famílias sujeitas às intervenções do PROSAMIM e a evolução das demais famílias, com vistas a identificar se aquelas apresentam melhorias reais em relação a estas, atribuíveis inequivocamente ao programa de reassentamento.

trabalho será aquela que foi realizada por mim, via aplicação de entrevistas semi-estruturadas, nos moldes demonstrados no item posterior.

Ademais, cabe informar que boa parte das informações citadas no item referente à descrição do Programa e de seus resultados preliminares são originárias das pesquisas avaliativas realizadas pela COBRAPE, segundo os princípios acima demonstrados. Sempre que necessário, daqui por diante, estão demonstradas as fontes das informações apresentadas e as formas com que foram coletadas, de maneira que não haja dúvidas da origem da informação (não só a fonte, mas, se necessário, as formas de produção e coleta de dados).

b) Procedimentos metodológicos

Como dito anteriormente, para a realização desta pesquisa, foi utilizada uma combinação de dois métodos de abordagem sensíveis às temáticas sociais: o método qualitativo e o método quantitativo. Escolheu-se utilizar a combinação das metodologias quantitativa e qualitativa, na tentativa de compreender a complexidade do fenômeno urbano, aqui proposto, utilizando as técnicas de investigação e produção de informações identificadas e desenvolvidas nos itens que se seguem.

I. Pesquisa de natureza qualitativa

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com beneficiários do PROSAMIM, buscando compreender as questões mais subjetivas, ligadas à experiência da participação do beneficiário no Programa. A intenção era dar voz à população para que ela expusesse suas reais impressões sobre os benefícios e prejuízos de ter participado dessa política pública, indo além das informações e números oficiais disponibilizados pela equipe gestora do PROSAMIM, que, fatalmente, pela natureza reducionista dos números, não pôde apresentar satisfatoriamente o lado menos objetivo dos desdobramentos dessa experiência.

Para participar da etapa qualitativa, foram escolhidos 12 indivíduos beneficiários do Programa, levando em consideração os seguintes critérios:

- A quantidade mínima de 10 anos de residência nos igarapés que sofreram intervenção do PROSAMIM I;
- A solução de reassentamento recebida, se Casa no Conjunto Habitacional ou Unidade Habitacional;

- Se se identifica como responsável pelo domicílio;
- Se tem disponibilidade para realizar a entrevista.

O número de entrevistados foi escolhido levando em consideração a saturação dos dados³ que eu estava procurando e a possibilidade de, caso não houvesse saturação, apresentar um quadro complexo e heterogêneo de questões envolvidas com a temática central desse estudo.

Como se comprovou na prática, o número de entrevistados se mostrou suficiente para a obtenção de quantidade (e qualidade) satisfatória dos dados procurados, uma vez que as respostas aos itens que interessavam no estudo passavam a ser muito recorrente, o que me possibilitou fazer as conexões entre a atuação do programa e a questão de inclusão/exclusão social, que a priori me propus nesse debate.

Definiu-se que os entrevistados deviam ter morado por, pelo menos, 10 anos nas áreas de intervenção do Programa, por entender que eles já teriam seus laços sociais com o local e sua comunidade bem formados e já teriam vivido por muitos anos os problemas estruturais e sociais decorrentes da fixação da residência nesses lugares.

Os informantes foram identificados a partir de parceria com a Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – UGPI. A equipe responsável pelas atividades sociais junto aos beneficiários do programa disponibilizou o acesso assistido ao banco de dados do PROSAMIM, com o intuito de selecionar os potenciais entrevistados que se adequassem ao perfil procurado.

Uma vez de posse dessas listas, divididas por solução de reassentamento aplicada, a escolha final dos entrevistados foi feita por mim, evitando que qualquer aspecto subjetivo relacionado à equipe responsável pelo trabalho social do Programa afetasse a escolha dos meus informantes.

³ Segundo Strauss e Corbin (2008), uma categoria analítica é considerada saturada quando parece não haver novas informações a serem acrescentadas no processo de codificação dos dados qualitativos em uso. Nesse sentido, todos os desdobramentos analíticos possíveis de serem relacionados a determinado assunto já teriam aparecido, tornando desnecessário continuar coletando novos dados, uma vez que eles já não trariam novas dimensões e perspectivas sobre o objeto estudado. A saturação se refere, especificamente, ao estágio da pesquisa no qual coletar dados adicionais se torna contraprodutivo, já que as novas informações trariam conteúdos já revelados por outras entradas de dados anteriormente consideradas.

Escolhidos os informantes, contei com a colaboração da equipe social do Programa para realizar o contato com os beneficiários escolhidos, o que facilitou o acesso aos entrevistados e encurtou o processo de aproximação com eles. Apesar de participar dos contatos com os indivíduos selecionados, nenhum representante da equipe do programa esteve presente na realização das entrevistas, a fim de evitar constrangimentos por parte dos entrevistados que deram depoimentos conflitantes com o posicionamento institucional da equipe do programa.

O roteiro de entrevista abordou basicamente três tópicos:

- Percepção sobre a vida no antigo local de moradia, incluindo aí benefícios e prejuízos relacionados a ela;
- Percepção sobre a vida no atual local de moradia, incluindo aí benefícios e prejuízos relacionados a ela;
- Percepção dos beneficiários a respeito de ter participado do PROSAMIM.

Deve-se levar em consideração, segundo Sánchez Gamboa (2007) (e, de fato, isso foi decisivo no processo embrionário deste trabalho), a variável tempo como um processo importante e contínuo, envolvido em um contexto histórico e, portanto, portador de características específicas e contradições próprias. O tempo precisa ser considerado além da amplitude de um dado, mas enquanto um processo contínuo que extrapola os limites de um recorte estático, mesmo porque a realidade social é extremamente dinâmica e isso precisa ser levado em consideração ao se realizar pesquisas nessa área.

Nesse sentido, lidar com a percepção dos entrevistados sobre o passado e suas memórias, cheias de sentimentos e emoções, foi uma situação à parte, que mereceu atenção e preocupações especiais nesse estudo. Aqui não confronto as impressões dos entrevistados sobre o passado com nenhuma espécie de dado empírico que possa ou não confirmar suas falas. A legitimidade de seus discursos dá-se unicamente por meio do valor da vivência pessoal de cada entrevistado, a despeito de destoarem, por algum motivo, de alguma fala ou informação oficial dadas pela equipe gestora do Programa. O abismo lógico que existe entre o provedor e o usuário do benefício impede que essas duas visões sejam sobrepostas à procura de uma perfeita justaposição. Aqui, cada um tem seu espaço de fala. Ambos respeitados dentro de suas potencialidades e limitações.

As entrevistas, depois de realizadas, foram transcritas e analisadas com o suporte do software NVIVO, que me auxiliou na percepção das relações semânticas que, talvez, ficassem indisponíveis caso observasse as falas “a olho nu”. A utilização deste software tornou a análise dos meus dados o mais objetiva possível, embora seja de amplo conhecimento que a própria escolha de falas específicas ou de trechos considerados importantes tenha sido feita arbitrariamente, a partir do julgamento e discernimento do meu faro de pesquisadora. Acho importante que isso também exista no meu trabalho, sob o risco de apresentar uma seleção de repetições de palavras ou números, que pouco diz de novo sobre o objeto se não há quem os relacione, compreenda, interprete, comente.

II. Pesquisa de natureza quantitativa

Os financiamentos concedidos pelo BID exigem que o órgão financiado selecione equipe de avaliação externa para medir resultados e impactos provenientes da realização do programa. Por meio de licitação, foi selecionada empresa de consultoria que realizou essa avaliação, aplicando um conjunto de metodologias na busca da aferição dos impactos da iniciativa. Essa combinação de metodologias contemplou abordagens qualitativas e quantitativas, sendo esta última executada por meio de aplicação de *survey*, em abordagem contrafactual e longitudinal (prospectiva).

Dessa maneira, a consulta às informações provenientes desse banco de dados, disponibilizado pelo PROSAMIM, consistiu na etapa quantitativa deste trabalho.

A avaliação longitudinal do PROSAMIM foi realizada paralelamente à avaliação contrafactual, embora aqui só me interesse reproduzir os procedimentos metodológicos da primeira modalidade de pesquisa. A avaliação longitudinal ou horizontal se classifica em retrospectiva e prospectiva (PEREIRA, 1999). Na retrospectiva, estudam-se casos e controles. Compara-se um grupo de pessoas que sofreu uma intervenção previamente (casos), por exemplo, as famílias que participam do PROSAMIM e receberam uma solução habitacional do Programa, com outro grupo de indivíduos que não sofreu a intervenção (controles), por exemplo, famílias residentes em Igarapés, mas que não fazem parte do PROSAMIM ou de outro programa de reassentamento. Esses estudos de caso/controle são retroanalíticos, uma vez que partem de grupos de casos devidamente identificados e retroagem em suas trajetórias com o intuito de identificar os fatores e situações passadas consideradas agentes causais do

efeito reassentamento, avançando até a causa/fator determinante (identificação dos fatores que levaram ao reassentamento, a exemplo das condições deficitárias de moradias).

Já a avaliação longitudinal prospectiva é o acompanhamento de um grupo populacional com características específicas e seguido ao longo do tempo, partindo da causa/fator determinante (reassentamento) para os efeitos do mesmo, isto é, buscando aferir os resultados ou impactos na vida das pessoas que sofreram a intervenção (PEREIRA, 1999). A avaliação longitudinal do PROSAMIM foi prospectiva, uma vez que averiguou as transformações ocorridas nas condições de vida das famílias reassentadas em função da sua participação no Programa.

Compuseram o universo da pesquisa 5.054 famílias atendidas pelo programa supracitado, nos Igarapés de Manaus, Bittencourt, Mestre Chico, Quarenta e Cachoeirinha, todos alocados na sub-bacia Educandos-Quarenta, prevista para intervenção na primeira edição do programa. As famílias foram selecionadas a partir do cadastro do PROSAMIM (Sistema Habitar) e podem ser classificadas em quatro grupos, de acordo com o tipo de solução que receberam do Programa:

1. Bônus: benefício oferecido a proprietários de imóveis com valor inferior a R\$ 21.000,00;
2. Casa em Conjunto Habitacional: benefício oferecido a pessoas que moram em casa alugada ou cedida, sendo a nova moradia localizada fora da área de intervenção, em conjuntos habitacionais que atendem à política habitacional do Estado;
3. Indenização ao Proprietário Morador: benefício oferecido a proprietários moradores de imóvel com valor superior a R\$ 21.000,00;
4. Unidade Habitacional: benefício oferecido a proprietários moradores, sendo a moradia construída na mesma área, ou em áreas próximas daquelas de onde foram removidas, nas moradias originais.

A distribuição das famílias em cada local de intervenção e segundo os grupos acima o elencados é apresentada na tabela 1.

Tabela 1: Universo da pesquisa quantitativa de avaliação do PROSAMIM I

UNIVERSO	MANAUS	BITTENCOURT	MESTRE CHICO	QUARENTA	CACHOEIRINHA	TOTAL
Bônus	62	38	273	949	663	1985
Casa Conj. Habitacional	38	21	131	506	282	978
Unidade Habitacional	446	192	331	0	0	969
Indenização Prop. Morador	247	13	34	484	344	1122
TOTAL	793	264	769	1939	1289	5054

Fonte: AMAZONAS, 2009.

O procedimento de seleção das famílias foi feito por amostragem estratificada, com alocação proporcional e seleção aleatória simples sem reposição dentro de cada estrato. O quantitativo de famílias a compor a amostra em cada grupo é calculado pela fórmula⁴

$$n = \frac{\sum_h \frac{W_h^2}{W_h} \sigma_h^2}{\frac{e^2}{z^2} + \frac{1}{N} \sum_h W_h \sigma_h^2}$$

onde z é calculado a partir da distribuição normal padrão e do nível de confiança desejado (para 95%, z=1,96, aproximadamente), e é a margem de erro (0,05 no caso em questão), wh é a proporção da amostra a ser alocada no estrato h, σ_h^2 é a variância no estrato h, Wh é o tamanho relativo do estrato h ($W_h = N_h/N$) e N é o tamanho total do universo.

Como a variância dentro dos estratos não é conhecida a priori, adota-se a solução conservadora

$$\sigma_h^2 = 0,25$$

que representa a variância máxima de uma variável dicotômica. Assim, garante-se a precisão desejada qualquer que seja a heterogeneidade das variáveis dentro dos estratos. Por outro lado, se os dados coletados indicarem pouca variabilidade das respostas dentro dos estratos, será possível elaborar estimativas com margem de erro menor do que a prevista.

Para a alocação da amostra nos estratos, foi adotada a solução de Neyman, que indica, nesse caso, a alocação proporcional ao tamanho do estrato, visto que não há informação a priori acerca das variâncias e que o custo de levantamento dos dados pode ser tomado como constante entre os estratos. Assim, tem-se:

$$w_h = W_h = \frac{N_h}{N}$$

⁴ Todos os procedimentos estatísticos apresentados neste capítulo, bem como suas referências teórico-metodológicas foram realizados em conjunto com um técnico especialista na área, cuja contribuição foi converter as expectativas da área social da pesquisa de avaliação em uma abordagem estatística/ matemática metodologicamente válida.

onde n_h é o tamanho da amostra no estrato h .

Tem-se que o tamanho global da amostra assim calculado (n) é o mesmo que seria indicado para uma amostra simples; no entanto, a estratificação permite estimativas mais precisas quando se verifica, a posteriori, homogeneidade dentro dos estratos. Esse ganho de precisão é chamado na literatura de Design Effect (KISH, 1965).

Assim, obtém-se um plano amostral auto-ponderado, isto é, no qual as probabilidades de inclusão de primeira ordem são idênticas para todos os elementos do universo. Com efeito, tais probabilidades são dadas por

$$\pi_i = \frac{n_h}{N_h} = \frac{n}{N}$$

onde h é o estrato do elemento i .

Tendo em vista o desenho amostral exposto, será utilizado como estimador da média populacional a própria média na amostra:

$$\hat{\mu} = \frac{\hat{t}}{N} = \frac{1}{N} \sum_{i \in s} \frac{y_i}{\pi_i} = \frac{1}{N} \frac{N}{n} \sum_{i \in s} y_i = \frac{\sum_{i \in s} y_i}{n}$$

onde \hat{t} é o estimador de Horwitz-Thompson para o total de uma variável y (SÄRNDAL *et al*, 1991).

Para os fins dessa pesquisa, foi calculada amostra com grau máximo de erro de 5% e nível de confiança de 95%.

Aplicando a metodologia acima descrita, chega-se aos seguintes quantitativos, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2: Seleção amostral da pesquisa quantitativa de avaliação do PROSAMIM I

Amostra	Manaus	Bittencourt	Mestre Chico	Quarenta	Cachoeirinha	Total
Bônus	10	06	44	154	108	322
Casa Conj. Habitacional	11	06	37	143	80	276
Unidade Habitacional	127	55	94	0	0	276
Indenização Prop. Morador	63	03	09	124	88	287
TOTAL	211	70	184	421	275	1.161

Fonte: AMAZONAS, 2009.

Foram feitas, ao todo, 121 perguntas para os indivíduos entrevistados nessa pesquisa, abordando sete conjuntos temáticos de variáveis, quais sejam:

- Perfil socioeconômico;
- Características do domicílio;
- Nível de organização da comunidade;
- Equipamentos públicos;
- Educação sanitária e ambiental da população;
- Orçamento familiar;
- Grau de satisfação do usuário.

Os dados coletados nos dois *surveys* foram sistematizados e analisados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e mensurados por escalas contínuas e escalas categóricas construídas a partir das variáveis previamente testadas. Os casos foram analisados de forma amostral, produzindo dados relacionados à situação média da população em dois momentos diferentes de coleta de dados, embora aqui neste estudo só tenha me apropriado dos dados relativos à primeira aplicação do *survey* elaborado pela consultora. A data de corte considerada para a primeira aplicação dos questionários foi de agosto de 2010.

No item de apresentação dos dados da pesquisa, foram selecionadas variáveis consideradas importantes para compreender quem são os componentes desses grupos de beneficiários que foram entrevistados. Na ocasião dessa apresentação de dados, estão identificadas quais são essas variáveis e seus respectivos percentuais de respostas, de forma relacionada com os dados qualitativos produzidos o âmbito desta pesquisa.

Vale ressaltar que, embora os dados quantitativos disponíveis sejam ricos em conteúdo sobre a população estudada, não é de interesse aqui reproduzi-los integralmente, não apenas pela sua extensão, mas pela impossibilidade de trabalhar com todos eles a contento. Se optasse por apresentá-los, o texto acabaria se alongando em demasia, então optei por manter prioritariamente aquilo que era fruto mesmo de meu trabalho original.

De qualquer maneira, no capítulo de análise de dados comento brevemente os conteúdos abordados na pesquisa quantitativa, para que se tenha ideia da abrangência desta ferramenta, que consistiu aqui em parte importante na composição do perfil dos beneficiários do Programa. Em resumo, esse conteúdo quantitativo não será explorado intensivamente, aqui, mas apenas servirá para ilustrar uma ou outra parte do meu trabalho.

Capítulo 3 – Fundamentação Teórica

Devo confessar que discernir a respeito do que deveria entrar e sair dessa revisão bibliográfica não foi tarefa fácil. Depois de muito ler a respeito do meu objeto de pesquisa, foi inevitável (embora recompensador) expandir os horizontes para questões teóricas que não necessariamente tinham sido previstas por mim como algo a ser tratado de forma mais minuciosa.

Isso tem a ver, imagino, com algumas ideias compartimentadas que eventualmente promanam do ambiente acadêmico. O temido risco de perder o foco (ou de não atingir o foco), de não saber definir bem as fronteiras entre o meu trabalho específico e a imensa quantidade de coisas disponíveis para serem estudadas, ou mesmo esse fascínio pelo especialista e seus “especialismos” (caso me permitam o neologismo) me confundem até hoje e, de alguma maneira, dificultam o meu processo de separação entre o que é relevante e o que não é.

Mas esses dilemas serão apenas tangenciados, neste ponto do trabalho. O importante é que, mesmo sob o risco de parecer confusa, resolvi encampar a estratégia de abordar o objeto a partir de algumas perspectivas que me pareceram fundamentais para situar o problema tanto no campo teórico quanto na vida prática. Essas abordagens, que aqui apresento, trazem a questão dos problemas brasileiros de habitação dentro de um contexto que nada mais é do que a discussão da pobreza no Brasil (e no mundo, por que não?) e de suas alternativas de superação.

De forma resumida, a favela como objeto de estudo nos empurra para uma discussão acerca da inclusão e da exclusão social, da segregação sócio-espacial, da segurança, do imaginário social a respeito da criminalidade (e do criminoso), da história da construção de guetos sociais no país e da própria formação da nossa sociedade. E assim poderia seguir escrevendo por algum tempo. Mas me parece proveitoso resgatar, mesmo que de forma breve e sucinta, algumas muitas peças desse quebra-cabeça sem fim. Porque só assim eu posso colocar a minha pecinha um pouco mais adiante de uma forma que possa se constituir em alguma contribuição.

Por isso, enumero as grandes categorias teóricas que estão, daqui por diante, apresentadas, todas elas criadas a partir do meu entendimento sobre o delinear deste objeto. São, elas:

- i. O surgimento do urbano como objeto de uma sociologia específica
- ii. O macro problema da pobreza nas Ciências Sociais
- iii. O surgimento das favelas no Brasil

a) O surgimento do urbano como objeto de uma sociologia específica

O surgimento da sociologia como disciplina está permeado pelos questionamentos a respeito das cidades e das novas formas de relações estabelecidas em função da preponderância do modelo industrial das sociedades capitalistas. A questão urbana se coloca para essa nova disciplina não de forma sistematizada, criando uma espécie de teoria da cidade, mas aparece, originalmente, de maneira dispersa, como parte do contexto no qual às questões prementes da sociologia clássica se debruçaram inicialmente.

Carlos Benedito Martins (1994) afirma que as grandes mudanças pelas quais as sociedades passaram em função da revolução industrial impactaram os indivíduos de forma única em curto espaço de tempo, de maneira a provocar o surgimento de novas formas de organização social que nunca antes foram vividas. O ritmo intenso dessas mudanças teria elevado a sociedade ao patamar de objeto de estudo, como um problema que passou a merecer uma investigação sistemática. Em suas palavras,

“A sociologia constitui em certa medida uma resposta intelectual às novas situações colocadas pela revolução industrial. Boa parte de seus temas de análise e de reflexão foi retirada das novas situações, como, por exemplo, a situação da classe trabalhadora, o surgimento da cidade industrial, as transformações tecnológicas, a organização do trabalho na fábrica etc. É a formação de uma estrutura social muito específica - a sociedade capitalista – que impulsiona uma reflexão sobre a sociedade, sobre suas transformações, suas crises, seus antagonismos de classe. Não é por mero acaso que a sociologia, enquanto instrumento de análise, inexistia nas relativamente estáveis sociedades pré-capitalistas, uma vez que o ritmo e o nível das mudanças que aí se verificavam não chegavam a colocar a sociedade como "um problema" a ser investigado”. (MARTINS, 1994: 16)

As cidades industriais e seus desdobramentos, desse modo, são o cenário dessas grandes mudanças e, desde então, problemas relacionados a essas novas formas de organização social são debatidos pelos teóricos da sociologia. Para Karl Marx e Friedrich Engels, a questão principal era fazer a crítica a esse novo tipo de sociedade, demonstrando

seus problemas e contradições, em vez de manter uma preocupação mais sistemática com a formulação de novas teorias sociológicas. As suas obras, principalmente no que tange à discussão sobre as causas da luta de classes, estão permeadas pela discussão acerca das novas formas de organização social das cidades industriais, levantando questões referentes às condições de trabalho, à exploração do operariado pela burguesia e às condições insalubres de sobrevivência, às quais estavam sujeitos os indivíduos que habitavam as regiões de grande produção fabril da Inglaterra pós-revolução industrial.

Em seu livro “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” (1984), Engels descreve como viviam os operários das fábricas londrinas, aglomerados em cômodos insalubres e sobrevivendo em condições precárias. De acordo com esse autor,

“Todas as grandes cidades possuem um ou vários ‘bairros de má reputação’ – onde se concentra a classe operária. [...] Estes ‘bairros de má reputação’ são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com porões habitados e quase sempre irregularmente construídas. [...] Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. [...] O mercado está instalado nas ruas; cestos de legumes e de frutos, todos naturalmente de má qualidade e dificilmente comestíveis, ainda reduzem a passagem, e deles emana, bem como dos açougues, um cheiro repugnante. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, são tão sujas no exterior como no interior e têm um tal aspecto que ninguém as desejaria habitar”. (ENGELS, 1984:38-39)

Segundo Engels (1984, p. 25), a questão do acesso à moradia caracterizou-se como facetas dos novos problemas sociais decorrentes de uma realidade desigual, que se abateu sobre a sociedade de modelo capitalista. Esses problemas, apesar de intensos, não eram, para ele, algo inédito nas sociedades, mas uma situação que sempre atingiu de forma bem semelhante todas as classes sociais oprimidas em todos os tempos. Em 1872, em seu texto *Contribuição ao Problema da Habitação*, o autor faz uma relação entre a questão da habitação e a industrialização nascente, dando destaque às precárias condições de vida e de habitação do proletariado urbano observadas com o passar do século XIX na Europa. A aceleração do processo de industrialização que estava em curso seria, para ele, causa de um agravamento

desse problema social, que, com o tempo, passaria a atingir não somente a classe operária, mas se estenderia a camadas médias da sociedade.

A questão do acesso à moradia foi, então, caracterizada por Engels como um problema estrutural do modo de produção capitalista, em virtude da desigualdade na distribuição da renda, que acentua o aprofundamento da miséria, e reverbera, por conseguinte, nas condições de habitação das populações empobrecidas. O acesso restrito à moradia é percebido como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo, enquanto sistema de produção e um produto necessário da ordem social burguesa (ENGELS, 1984: 137). Para além da moradia, a discussão do autor gira em torno da precarização, em termos gerais, que se abateu sobre a realidade das famílias operárias no período pós-revolução industrial e enfatiza a nova relação entre trabalho e espaço urbano que se criou em função desse novo sistema econômico.

A questão urbana também faz parte das preocupações de Émile Durkheim, que também vai abordar a temática das cidades de forma transversal, embora seja de outra ordem a preocupação principal de suas obras. Suas teorias, de forma geral, buscam compreender que espécie de arranjo social cria condições para que as sociedades modernas, altamente diferenciadas e atomizadas, permaneçam coesas. Mas é principalmente na sua obra *Da Divisão Social do Trabalho* (2008), originalmente publicada em 1893, que o autor desenvolve mais sistematicamente questões relacionadas à especialização da mão-de-obra e à reprodução da vida cotidiana nas grandes cidades industriais, remetendo-se, como dito anteriormente, a um cenário caracteristicamente urbano, no qual, priorizando aspectos específicos que caracterizam a complexidade das sociedades urbanas, desenvolve também temas relacionados aos desdobramentos dessa urbanização para as sociedades modernas.

Apesar de Marx, Engels e Durkheim se debruçarem transversalmente sobre a temática das cidades grandes e da urbanização característica das sociedades industriais, é Max Weber que vai tratar a cidade de forma mais sistemática, em sua teoria sociológica. O trecho a seguir reúne as características por ele imputadas à definição de cidades:

“‘Cidade’ [...] se trata [...] de um assentamento fechado (pelo menos relativamente), um ‘povoado’, e não de uma ou várias moradias isoladas. [...] é um povoado grande. [...] isto é, um assentamento com casas contíguas, as quais representam um conjunto tão extenso que falta o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, específico de associação de vizinhos. [...] Se se tenta definir a cidade do ponto de vista puramente econômico, seria um povoado cujos habitantes, em sua grande maioria, não vivem

do produto da agricultura, mas sim da indústria ou do comércio”. (WEBER, 2004: 408-409)

Para Weber, o acúmulo de funções diversas e a combinação de diferentes tipos urbanos caracterizam a cidade ocidental, que, para ele, não se efetivou no Oriente, por este não reunir concomitantemente as condições necessárias que caracterizariam as cidades. Debatendo sobre o surgimento da questão urbana como objeto de estudo da sociologia e as contribuições de Weber para a formação de uma teoria das cidades, Bárbara Freitag (2006, p. 27) aponta quais seriam essas características necessárias. Nas palavras da autora,

“Segundo Weber, [...] a nova cidade ocidental, que supera a cidade medieval, é ao mesmo tempo sede econômica do comércio, da manufatura, fortaleza política, sede da jurisprudência, eventualmente cidade-caserna, e resulta, administrativamente, de irmandades, confrarias, grupos associados que se comprometem a defender os interesses coletivos com base em juramentos. Essa é a essência, o núcleo duro da nova cidade, que se prepara para fornecer a moldura sistêmica capaz de sediar o dinheiro, o capital, o modo capitalista de produção”. (FREITAG, 2006: 27)

Weber é, desse modo, o primeiro dos três clássicos da sociologia que trata da questão das cidades como parte de seu objeto de estudo, definindo categorias de análise e apresentando tipificações das grandes cidades em contextos de diferentes países e utilizando também outros recortes temporais. Com base nessas considerações gerais, as cidades poderiam ser definidas como grandes assentamentos caracterizados a partir do tamanho, troca regular de bens e serviços e diversificação de funções (FREITAG, 2006: 25). De acordo com essa autora, Weber apresenta uma tipificação das cidades, proposta no âmbito de sua sociologia da dominação, que abarcaria os seguintes modelos:

1. A cidade do príncipe, que cumpre função de abrigar a sede do governo e suas atividades administrativas;
2. A cidade do consumo, cuja dinâmica gira em torno de atividades não produtivas, a exemplo de cidades universitárias e afins;
3. A cidade produtora, cuja função principal se relaciona às atividades industriais, e, finalmente,
4. A cidade comercial, voltada basicamente para o escoamento de mercadorias, entre outras atividades relacionadas.

Na segunda década do século XX, é que se pode dizer que o fenômeno urbano tornou-se, de fato, objeto de estudo da sociologia. Diversos trabalhos (HARVEY, 1996; LOJKINE, 1981; LIPIETZ, 1990; E GOTTIDIENER, 1993; por exemplo) se propuseram a estudá-lo, dando origem a diferentes escolas de pensamento, que se dedicaram sistematicamente a este tema. Não é de interesse desta revisão apontar todo o histórico da construção da teoria sociológica sobre as cidades, nem adotar perspectivas próprias de alguma escola teórica específica (o que me parece um caminho para engessar a construção livre do pensamento), mas construir um quadro teórico capaz de focalizar, histórica e conceitualmente, o desenvolvimento da cidade como objeto de estudo da sociologia. Visando a compor um quadro teórico que atenda a essas necessidades, foram escolhidas, principalmente, as contribuições teóricas de Manuel Castells e Henry Lefebvre para situar o urbano como objeto de estudo da disciplina.

É importante ressaltar que há outras abordagens da questão urbana que não foram aqui desenvolvidas em função da pouca relação que têm com o objeto de estudo dessa pesquisa, a exemplo de Richard Sennett (1988), que, como outros autores, aborda questões ligadas à problemática urbana segundo o enfoque das novas sociabilidades produzidas por ela, além de discutir a construção de novas identidades que são possibilitadas pelas transformações na estética das grandes cidades.

Manuel Castells, sociólogo espanhol, publicou, em 1970, o livro “A Questão Urbana”, que se tornou uma referência importante para os estudos urbanos brasileiros. Esse livro, que reúne partes da sua tese de doutorado e inclui alguns outros estudos dispersos, desenvolveu de forma cuidadosa conceitos caros ao estudo empírico das grandes cidades ocidentais, motivo pelo qual se tornou um marco teórico na discussão sobre a temática urbana. A contribuição desse livro para a formulação de uma teoria sociológica das cidades girou em torno de fazer uma leitura crítica das contribuições até então oferecidas por autores ligados às ciências sociais e buscar os aspectos que realmente permitem compreender, e não apenas descrever, o fenômeno urbano.

A inovação trazida pelo autor ao estudo dos fenômenos urbanos foi a consolidação das categorias conceituais de análise próprias do estudo da questão urbana, concebidas a partir de uma longa discussão entre os autores, ligados às ciências sociais, que o precederam. É daí que surge sua definição do termo urbanização, como se vê no trecho seguinte:

“O termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição das formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana. (CASTELLS, 2009: 46)

Segundo Bárbara Freitag (2006), Castells reforça a importância da discussão sobre a problemática urbana nas sociedades atuais, assinalando a necessidade de desenvolver esse tema sob bases científicas e não ideológicas, como era feito até então. Para isso, reconhecer os reais problemas colocados pela urbanização e seus desdobramentos e desenvolver categorias analíticas utilizáveis para compreendê-los são passos fundamentais para dar prosseguimento a uma abordagem sociológica do assunto. Além disso, a autora destaca como contribuição de Castells a percepção de que é necessário, para compreender o atual processo de urbanização, integrar a análise do espaço com a questão das lutas sociais e também priorizar a sua relação com os processos políticos vividos no local que se quer estudar.

O autor afirma que “o espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não é organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social” (CASTELLS, 2009: 182). Por isso, é necessário abordar o fenômeno urbano em suas raízes históricas, a fim de compreender as circunstâncias que promoveram a eclosão desse fenômeno, além de tentar compreender a difusão dessa cultura própria do ambiente urbano, que se desenvolve concomitantemente à expansão física urbana.

Em sua abordagem histórica, o autor afirma que o surgimento das cidades ocorreu como uma modalidade residencial cuja característica era o acúmulo de funções administrativas, políticas e comerciais, em detrimento de atividades agrícolas, que se realizavam em outra localidade. (CASTELLS, 2009: 42). Na origem do processo de urbanização, Castells destaca o papel preponderante da oferta de postos de trabalho nos centros industriais, como atrativo para o crescimento populacional urbano, atrativo esse que seria, até hoje, fator contribuinte para o inchaço das cidades (CASTELLS, 2009: 45). A necessidade de criar uma estrutura física que permitisse a fixação da mão-de-obra das indústrias locais próximo aos postos de trabalho orientou a estruturação desses centros urbanos, de maneira que servisse ao desenvolvimento da lógica de produção capitalista industrial.

Se, na Europa, a lógica da estruturação das cidades foi uma resposta às demandas de alocação da mão-de-obra empregada nas indústrias crescentes, na América Latina, segundo Castells, essa lógica se inverte. O fator incentivador dos inchaços das cidades continuou sendo o industrial, mas a vinda da população rural para os grandes centros foi incentivada pela esperança de mudar de vida, de acessar oportunidades que não existiam no campo, mesmo sem haver certeza da oferta de vagas nas cidades grandes. Há, portanto, um descompasso histórico entre as causas que levaram ao crescimento das cidades na América Latina e na Europa, sendo a característica principal desse processo, neste último, a incapacidade de absorção da mão-de-obra crescente, pelas indústrias dos grandes centros. Essa relação entre a oferta de trabalho e a demanda por parte do mercado industrial latino-americano favoreceu a proliferação de populações desempregadas nas cidades. Consequentemente, também se acumularam e agravaram os problemas relacionados à pobreza e a precarização da vida urbana nos grandes centros.

Segundo o autor,

“A urbanização latino-americana caracteriza-se [...] pelos traços seguintes: a população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; aceleração crescente do processo de urbanização, falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, consequentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo”.

(CASTELLS, 2009: 99)

Historicamente, as cidades passam a ser organizadas de forma que o traçado urbanístico acaba evidenciando a segregação social que emana do próprio sistema vigente nesses países, ou seja, grandes quantidades de pessoas em estado de pobreza extrema, que acabam sem acesso a condições de moradia dignas e imprimem nas cidades a imagem da segregação sócio-espacial na figura de periferias, favelas, barracos, palafitas. A moradia seria, portanto, um dos aspectos mais visíveis do desdobramento das contradições que se estabelecem em torno do sistema capitalista característico das cidades industriais modernas, embora não seja o único.

Para Castells, a segregação urbana seria a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de

hierarquia.” (CASTELLS, 2009: 250). Dessa forma, a cidade pode ser observada em termos da localização espacial das classes, ou seja, às classes menos favorecidas são ofertados, como opção de moradia, os locais com maior precariedade de infraestrutura e acesso a serviços e equipamentos públicos, constituindo uma espécie de cidade informal, em detrimento da cidade formal, que dispõe de todas as benesses proporcionadas pela vida urbana, como aquelas citadas acima. O acesso à cidade e as suas oportunidades se torna, portanto, um direito, cujo acesso não é concedido de forma homogênea entre todos os cidadãos. A organização espacial das moradias anuncia o conflito entre dois tipos de cidade, uma mais favorecida em termos de estrutura e oportunidades do que a outra, e serve como medida para compreender a disparidade dos desdobramentos de uma relação entre capital, trabalho e acesso aos direitos dos cidadãos das cidades. Essa discussão é desenvolvida por Henri Lefébvre, que vai abordar essa questão de forma mais específica.

Henri Lefebvre foi um sociólogo francês que se dedicou ao estudo da questão urbana, cujas principais publicações acerca desta temática foram *A Revolução Urbana* (1999) e *O Direito à Cidade* (2010). Seus estudos propõem uma abordagem da problemática social considerando a importância das forças produtivas sobre a organização do espaço urbano físico e tratam da relação entre os indivíduos e o espaço de interação social, sempre abordando os desdobramentos políticos e ideológicos da reprodução física e social das cidades.

Para o autor, o marco histórico do início da urbanização das cidades aconteceu em função da inserção da indústria como aspecto caracterizador de um novo modelo econômico. A lógica produtiva na qual as cidades estavam inseridas acabou por transformá-las em um produto industrial, cujas características e leis se assemelham àquelas que orientam a produção de mercadorias. Desse modo, o espaço urbano começa a se estruturar a partir das demandas que se impõem em função da importância crescente da indústria para o fortalecimento da economia do Estado, que estava agora comprometida com o franco desenvolvimento deste novo modelo econômico, ficando à mercê da lógica produtiva do capital e, portanto, prezando pela necessidade de reproduzir a força de trabalho.

O autor discute o papel do Estado na definição da organização espacial das cidades, que, segundo ele, exerce controle social e manutenção das hierarquias por meio da manipulação das políticas públicas, capazes de modificar o seu traçado urbano. A cidade,

além de possuir importância para a reprodução do modelo econômico vigente, se mostra fundamental como instrumento político do Estado (LEFÉBVRE, 1999: 288).

Dessa maneira, as melhorias oriundas da consolidação da vida urbana nos moldes industriais não atingiram a todos de forma igualitária, mas funcionaram como uma barreira de acesso/restrição a posições sociais de destaque ou de pouco prestígio dentro das sociedades. Para o último autor, a chamada burguesia passa a utilizar a definição do acesso ao território urbano como forma de delimitar poder entre as classes conflitantes, de maneira que locais privilegiados da cidade abrigariam as classes abastadas, enquanto os cidadãos das classes mais baixas são empurrados para as periferias das cidades, processo denominado pelo autor como “destruição da urbanidade” (LEFÉBVRE, 2010). O urbanismo, considerado pelo autor como forma ideológica de intervenção do espaço, configurou-se basicamente como principal instrumento de manipulação política da burguesia e se tornou maior responsável pela definição de espaços físicos e políticos dentro da cidade.

Cabe aqui ressaltar que esse papel preponderante do Estado no enfrentamento das desigualdades, no controle social e na manutenção das hierarquias não é visto, aqui, como uma questão necessária à toda lógica da reprodução urbana. Especificamente, no tratamento do objeto aqui selecionado para estudo, a atuação do Estado se mostra, dentro de uma perspectiva democrática, como uma alternativa para solucionar questões que afligem às sociedades.

Não faria sentido, claro, ignorar nenhum dos tipos da atuação do Estado, nem a repressora, nem a inclusiva. O que é importante é compreender, em cada caso, que contribuição, negativa ou positiva, pode ser atribuída ao Estado, em suas diversas facetas. No caso de Manaus, os dados apontam que há, sim, um caráter positivo em sua atuação; questão essa que será discutida mais longamente, no capítulo de análise de dados.

Voltando à questão e às contribuições do último autor, pode-se dizer que é nessa relação entre acesso e restrição ao leque de possibilidades aberto pela consolidação do espaço e da cultura urbana que Lefébvre vai cunhar seu conceito de “direito à cidade”. Segundo ele,

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar [bem como] o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”. (LEFÉBVRE, 2010: 134)

Expandindo esse conceito para os aspectos que atualmente estão no bojo da questão urbana, adoto aqui o conceito de direito à cidade de uma forma abrangente, como o faz Martins (2006):

“O 'direito à cidade' e à cidadania é concebido como direito fundamental e concerne à participação dos habitantes das cidades na definição legítima do destino que estas devem seguir. Inclui o direito a terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento ambiental, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Abrange ainda o respeito às minorias, a pluralidade étnica, sexual e cultural e o usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, etnia, raça, linguagem e crenças” (MARTINS, 2006: 134).

Como disse anteriormente, ainda há outras grandes questões relacionadas com a problemática da moradia urbana, que colocam em cena o modo como as Ciências Sociais abordam tema da pobreza.

b) O macro problema da pobreza nas Ciências Sociais

Se quisermos entender onde nasce o problema de déficit habitacional e do surgimento de favelas no Brasil, é preciso resgatar algumas discussões que foram amplamente realizadas nas Ciências Sociais durante muito tempo. O problema de habitação não existe sozinho, mas é uma parte da grande questão que abrange a pobreza e a exclusão social, especificamente aqui abordadas em seus aspectos urbanos.

Claro que, em função de uma estratégia analítica, todos esses temas relacionados à pobreza são subdivididos, separados, considerados em sua dimensão individual, até pela impossibilidade de tratar de todos eles concomitantemente de forma adequada. Mas não se pode desconsiderar que a realidade, antes de virar um objeto de estudo, é um todo, com relações intermináveis de variáveis que produzem aquilo que se vê ordinariamente e se tenta, exaustivamente, compreender por meio, também, de exercícios acadêmicos como esse.

Assim, saltou aos meus olhos a necessidade de inserir aqui um pouco da discussão a respeito da pobreza e da exclusão social, suas causas, conflitos e questões relacionadas, além, claro, da tentativa exaustiva de se chegar a um conceito que defina ambos os termos. Não foi meu interesse fazer um resgate histórico das publicações que se debruçaram sobre o tema ou

resgatar sua evolução como teorias explicativas, nem seria factível nos limites de um trabalho de dissertação, bem como em razão de minhas próprias dificuldades para lidar com discussões de tão grande complexidade. Aqui, apenas apresento algumas reflexões que remetem à história do país, bem como suas interfaces com o cenário mundial, que podem ser úteis para localizar e compreender o problema específico deste trabalho no seu contexto de origem, ou seja, no contexto da pobreza e das ações, tanto dos governos quanto da sociedade civil, para reverter, atenuar ou simplesmente conviver com as consequências destas questões.

E o começo dessa conversa tem muito a ver com a formação da sociedade brasileira. Discussão antiga e que me colocará diante do risco de ter de repetir o que já é muito difundido, não só entre especialistas, mas de parcela considerável do público mais bem informado a esse respeito.

É sabido que a sociedade brasileira, desde o princípio, se estruturou a partir de relações de exploração de um pequeno grupo de aristocratas sobre uma grande população de escravos e trabalhadores estrangeiros imigrados, respeitando aí a cronologia de inclusão de cada um deles na história do Brasil. Sabe-se também que as mudanças na modalidade de governo, de monarquia para república, e a transição da mão-de-obra escrava para a incorporação da mão-de-obra assalariada em larga escala foram processos que, no Brasil, se efetivaram com algum lapso temporal quando comparados aos vizinhos latino-americanos, por exemplo. O que há de novo para se dizer (não é exatamente novo e eu não estou descobrindo a pólvora) é que a historiografia brasileira tem trabalhado no sentido de desmistificar a ideia de que essa caracterização da sociedade brasileira em formação era unívoca, abrindo espaço para questionar os padrões das relações de trabalho que se formaram desde então e deram origem às comunidades empobrecidas da atualidade.

Sobre isso, Simon Schwartzman (2004) afirma que ser escravo no Brasil colonial podia representar diferentes situações, desde a ideia corriqueira do escravo atrelado exclusivamente ao trabalho nas lavouras até aqueles chamados escravos de ganho, que desfrutavam de relativa independência em relação aos senhores de engenho e, não raramente, conseguiam, por conta própria, adquirir sua liberdade, paga com rendimentos adquiridos pelo exercício do artesanato e em prestação independente de serviços variados.

O desdobramento disso, argumenta o autor, é a formação de uma sociedade composta majoritariamente por comunidades empobrecidas:

“Era assim a população brasileira, ao final do século XIX: uma pequena elite branca, os remanescentes de uma economia escravocrata em decadência, e uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos empobrecidos, e pobres imigrantes trazidos da Europa e do Japão. Viviam sobretudo no campo, muitas vezes em grandes fazendas, mas em grande parte como parceiros, produzindo, se tanto, o suficiente para a sobrevivência; mas também nas cidades como vendedores, artesãos, caixeiros, biscateiros, agregados, desempregados e mendigos ocasionais.” (SCHWARTZMAN, 2004:20).

Mas o que isso exatamente quer dizer? Utilizando-se de uma análise marxista dos desdobramentos históricos da formação dessa sociedade, o autor propõe uma discussão a respeito das características dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira na tentativa de elucidar o porquê de a classe trabalhadora não ter se transformado, no Brasil, nos portadores da semente revolucionária conclamada por Marx, em seu Manifesto Comunista. O processo de movimentação social em busca de superação da exploração de classes teria encontrado a barreira da falsa consciência dessas camadas populares sobre sua própria condição social.

Essa população, que não era, portanto, proletariada, no sentido estrito do termo, somente se encaixava na projeção societária marxista como sobras de uma sociedade corrompida que seria varrida assim que a revolução se concretizasse.

“O que dava aos proletários esse lugar especial [na conclamação revolucionária marxista] era seu papel na divisão social do trabalho, como os que efetivamente trabalhavam, como grandes exércitos, na produção da riqueza, que os burgueses expropriavam. Ao lado desses pobres virtuosos, portadores do futuro, estavam os marginais, os decaídos, vítimas da dissolução das antigas classes sociais em decadência. Eram, segundo Marx, ‘a classe perigosa, a escória social, as massas que apodreciam ao serem expelidas pelas camadas mais baixas da sociedade antiga’. É dessa forma que Marx traz de volta, pela porta dos fundos, a distinção moral entre pobreza digna, revolucionária, do proletariado, e a pobreza indigna, reacionária, corrompida e corruptível, a escória do lupemproletariado, os marginais.” (SCHWARTZMAN, 2004:18).

E assim Schwartzman aponta para uma discussão que vai ocupar muito espaço na produção científica das ciências sociais mundo afora: o embate entre a noção de pobreza digna e de pobreza indigna, já moldada na raiz da teorização social a respeito da pobreza e da sua superação.

A tradição teórica americana a respeito dessa questão esteve, no geral, associada ao que se convém chamar de *blaming the victim*, por um lado, e, de outro, esteve marcada pela visão que atribui a questões estruturais as causas do problema da pobreza no país (KOWARICK, 2009). O termo utilizado para aludir às populações empobrecidas, *underclass*, já demonstra o teor ético da discussão a respeito de como essa questão foi, e ainda é, embora não exclusivamente, considerada pela tradição teórica e política norte-americana.

“(...) importa notar que a questão da pobreza sempre teve uma tônica fortemente ética, na qual os indivíduos que se encontravam nessa situação eram por ela responsabilizados, pois careciam de atributos como força de vontade e energia moral. (...) Insisto nesse ponto, pois a forma de culpabilizar a pobreza, associando-a à indolência, desorganização familiar e até mesmo à criminalidade, continua sendo uma tônica dominante no debate americano”. (KOWARICK, 2009:30-31)

Chama atenção neste debate o grande enfoque nas questões culturais, enquanto o aspecto estrutural acabou ficando marginalizado. A realidade da pobreza esteve, então, associada ao que se passou a chamar de *cultura da pobreza*, cujas características, segundo Kowarick, eram a “resignação, a passividade e o fatalismo, círculo de relações sociais restrito e pouco diferenciado, respostas voltadas ao imediato, aspirações limitadas e sentimento de inferioridade” (KOWARICK, 2009:34). Segundo o autor, a propagação dessa concepção sobre a cultura da pobreza influenciando negativamente determinadas populações e empurrando-as para a pobreza (ou mantendo-as nessa condição) resultou num encolhimento de propostas de políticas públicas para essa população nas décadas de 1970 e 1980, alimentando a noção de que, ao beneficiar esse tipo de comunidade, estava-se, na verdade, fomentando a ociosidade e a incentivando o parasitismo.

É no governo Bill Clinton que o entendimento da pobreza como problema decorrente de questões estruturais veio se aproximar de verdade da concepção e implantação de políticas públicas para comunidades empobrecidas. É instaurada uma série de exigências para obtenção e manutenção do benefício como forma de garantir que o Estado não promoveria o parasitismo social, criando as bases que muito influenciaram a concepção e execução de políticas brasileiras para este mesmo tipo de público. “O espírito do novo programa colocava em xeque o princípio de prerrogativas (*entitlement*) pois a concepção de contrapartida passa a ser condição necessária para a obtenção de benefícios.” (KOWARICK, 2009: 41)

Apesar dessa aproximação entre as visões conservadoras e progressistas, se é que se pode usar esses termos sem correr o risco de criar inimizades, o que se constatou é que a *culpabilização* (ou não) da vítima nunca deixou de figurar na discussão sobre a pobreza norte-americana e nas suas propostas de intervenção. Está aí imbricada, vale salientar, uma análise baseada em estereótipos de raça, principalmente aquelas que qualificam (ou seria desqualificam?) as populações de ascendência negra. Por muito tempo, vai ressaltar o autor, essas visões conflitantes sobre a culpa da pobreza foram nocivas principalmente para essas populações, que nos Estados Unidos acabaram criando segregações socioespaciais intensas e incentivando a divisão da cidade entre bairros negros e bairros brancos, diferenças essas reproduzidas, inclusive, na infraestrutura e condições de habitabilidade, nos quais brancos estão muito melhor servidos que negros.

Na França, entretanto, este debate esteve cercado da ideia sobre a função principal do Estado na promoção das condições de reinserção social das populações empobrecidas. Em síntese, pode-se dizer que o Estado francês toma pra si a responsabilidade pela situação de vulnerabilidade daquela população, sendo a questão principal a forma de lidar com o problema e não de quem é a responsabilidade pela sua existência (KOWARICK, 2009).

Segundo Kowarick (2009), a origem do debate francês está associada à ideia do desenraizamento do cidadão e da vulnerabilidade social e econômica, problemas e reverberações de uma questão estrutural que vai além dos aspectos econômicos a ela associados. A crise da sociedade salarial desencadeou um processo de instabilidade econômica e social que terminou por fragilizar todo o tecido social francês.

“(…) nestes locais esfacelou-se um modo de vida de tradição operário-popular, ocorreu um processo de urbanização que também produziria a desumanidade dos grandes conjuntos habitacionais, onde houve esvaziamento das atividades fabris e da capacidade organizativa de associações, sindicatos e partidos de esquerda” (KOWARICK, 2009:55).

Essa desestruturação social e suas reverberações foram tratadas por diversos termos, dentre os quais o autor destaca “desqualificação social”, “fratura urbana” e “desinserção”, criando polos de inclusão e exclusão, participação e não-participação, em uma perspectiva desenvolvida a partir de uma ótica que problematiza a noção de coesão social da sociedade francesa. E, conseqüentemente, se foca na atuação do Estado no sentido de coibir a reprodução dessa lógica, entendida, em termos conceituais, como a questão social francesa.

“(…) à diferença do caso americano, o republicanismo francês sempre priorizou a ação estatal enquanto mediadora de interesses e conflitos e, neste sentido, criou aparatos que lhe conferem a responsabilidade de agir contra a marginalização. Os embates e debates não se centram, portanto, na polaridade ‘culpar ou não culpar as vítimas’ – ponto modal da controvérsia norte-americana –, mas procuram criar instâncias públicas que interfiram nessas situações e nas causas que as produzem”. (KOWARICK, 2009:64).

As políticas sociais francesas se valem de uma prerrogativa de direitos, sendo dispensada qualquer contrapartida vinda da população beneficiada por políticas relacionadas à promoção da reinserção social de comunidades marginalizadas.

À parte a discussão entre teóricos de tradição francesa e americana, voltemos ao aspecto histórico da formação da nossa sociedade. Então, as cartas estavam na mesa: maior parte da população brasileira era pobre, descendentes, na maioria, de grupos já impossibilitados de se encaixar numa lógica capitalista desde a superação oficial da escravatura brasileira, resultando num aglomerado de circunstâncias fatalmente incongruente com a noção de modernidade.

Analisando esse padrão histórico de desenvolvimento, Ribeiro (2007) vai corroborar com a noção de que os moldes por meio dos quais a população empobrecida se foi desenvolvendo ao longo do tempo são basicamente reverberações de uma economia pouco inclusiva, que atendeu aos interesses de grupos específicos e massificou um processo de exclusão que fatalmente se veria reproduzido ao longo de muitos anos, principalmente quando se analisam as causas da pobreza urbana.

“Basta afirmar que a expansão industrial entre nós não realizou o mito de uma sociedade competitiva, na qual o mercado passa a ser o distribuidor das oportunidades de participação na distribuição da riqueza. Para Celso Furtado (1981), a questão distributiva tem centralidade na explicação dos impasses históricos da sociedade brasileira. Entretanto, ao contrário do que muitos economistas defendem, Furtado entende que a chamada problemática de distribuição da renda é a tradução econômica de uma estrutura de poder sustentada por uma correlação de forças altamente favorável aos interesses da elite econômica, social e política, que se organiza na forma de um poder corporativo, representado sobretudo pelos principais atores que participam da acumulação urbana: capital imobiliário, capital empreiteiro, capital concessionário e capital patrimonial.” (RIBEIRO, 2007:536)

É a suposta modernidade que se buscou alcançar, com a chegada da república, sob os gritos de ordem e progresso, dirá Schwartzman, que traz à tona, pela primeira vez de forma substancial, a discussão sobre o que fazer com essa população empobrecida. Os adeptos da corrente modernizadora positivista afirmavam que “o país necessitava de um governo forte, centralizado, que fizesse uso dos conhecimentos científicos para educar o proletariado, planejar a economia e livrar o país da ignorância e da superstição das elites tradicionais” (SCHWARTZMAN, 2004:20).

Apesar do embate entre a visão dos positivistas e das oligarquias agrárias, crenes de que os problemas relacionados à pobreza derivavam basicamente do caráter mestiço e de sua influência sobre a cultura brasileira, os debates a respeito do futuro dessa grande sociedade de pessoas empobrecidas vão se consolidando, até anos de 1930.

A década de 30 marca, então, a convergência dessas ideias num entendimento a respeito da organicidade do todo social, sob a ótica dos modelos autoritários então vigentes na Itália e Alemanha. Sobre isso, Schwartzman afirma:

“Nesta concepção, a sociedade deveria ser entendida não como um conjunto de indivíduos agindo autonomamente, conforme os interesses de cada um, como pensavam os economistas clássicos, mas como um organismo preordenado, no qual cada um ocuparia um lugar previsto e determinado. Não se trataria de um sistema igualitário – diferenças e hierarquias continuariam existindo, associadas à divisão do trabalho, da autoridade e da responsabilidade entre os diversos grupos sociais”. (SCHWARTZMAN, 2004:21)

Nesse sentido, as ações de filantropia e assistência social, até então basicamente oriundas de iniciativas privadas, passam a ser incorporadas na agenda de obrigações públicas, sob o olhar e administração do Estado, exercidos por meio da incorporação dessas atividades nas instituições oficiais do governo.

Ao mesmo tempo, organizações de trabalhadores começavam a se formar, apostando num sistema de ajuda mútua que pudesse ser viabilizado sem a espera da ajuda governamental. Sindicatos, cooperativas e outros tipos de associações começavam a figurar como uma alternativa para a superação da pobreza, realizada pela própria sociedade civil, que, então, se organizava.

É nesta década que se promulgam as primeiras leis trabalhistas e se constitui, sob a ditadura varguista, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Se, por um lado, essas leis trabalhistas garantem formalmente alguma segurança ao trabalhador brasileiro, a exemplo da criação do sistema de previdência pública gerido pelo Estado, por outro, as leis que regiam a formação de sindicatos acabaram desmantelando a autonomia das associações deste tipo, que, a partir de então, estariam inevitavelmente subordinadas à estrutura administrativa daquele ministério.

Estão dadas as bases do que seria considerado o Estado do bem-estar social brasileiro:

“Com a promulgação de leis de proteção aos trabalhadores, a organização dos sindicatos patronais e de trabalhadores, a fundação dos institutos previdenciários e a criação da Justiça do Trabalho, que deveria administrar as relações de classe na sociedade brasileira, fica formada a base do nosso Estado do bem-estar social, dentro de uma concepção bastante específica, que é a organização corporativa da sociedade brasileira”. (SCHWARTZMAN, 2004:24)

Esse sistema corporativo estaria comprometido com a um princípio igualitário, segundo o qual o Estado assume o compromisso de garantir o bem-estar daqueles que não se encontravam inseridos no sistema produtivo e, portanto, constituíam uma população socialmente vulnerável. Apesar desse comprometimento, esse sistema agia, por outro lado, no sentido de coibir a formação de organizações sociais e políticas, na tentativa de reafirmar a hierarquia do sistema e garantir a submissão da população à totalidade de suas regras.

Sobre este período, Ribeiro (2007) afirma:

“A urbanização e industrialização desencadeadas em 1930 geraram pressões do operariado e das camadas populares por incorporação (...). Através da face populista da ditadura do Estado Novo, instituem-se na sociedade brasileira os direitos sociais (proteção ao trabalho moradia social, etc.) corporativamente distribuídos entre os segmentos da classe operária, como forma de integração política de suas organizações sindicais e profissionais. Duas importantes consequências: os direitos sociais nascem de cima para baixo e as organizações da sociedade já nascem tuteladas pelo Estado”. (RIBEIRO, 2007:527)

Dando um salto temporal para o período de redemocratização do país, a partir de 1985, um novo marco legal define formalmente a inclusão dos direitos sociais entre os direitos dos cidadãos brasileiros, apesar de ele estar sendo praticado, de alguma maneira, desde a época do

Estado Novo. A Constituição de 1988, considerada a Constituição Cidadã (RIBEIRO, 2007:528), garante, para a totalidade dos brasileiros, um conjunto amplo de direitos, abrangendo desde o direito ao emprego, educação, passando pelo direito à habitação e garantia de atendimento nas redes de saúde pública e proteção social.

Segundo T. W. Marshall (1967), os direitos sociais são resultado de um processo histórico de reivindicação por parte dos cidadãos, que, primeiramente, possibilitou o surgimento dos direitos civis, posteriormente, dos políticos, até que se garantisse o surgimento dessa categoria de direitos, a partir da emergência e mobilização das classes operárias lutando por melhores condições de trabalho. Esses direitos, entre os quais estão o direito à saúde, à educação, à habitação, à previdência social, entre outros, permitem ao cidadão usufruir minimamente da riqueza material criada e disponibilizada pela coletividade.

Recentemente, foram incorporados nessa classificação os chamados direitos difusos (PEREIRA, 2008:104), que se relacionam com temas de abrangem toda a humanidade e reivindicam aplicação das noções de solidariedade e fraternidade.

A emergência dos direitos sociais, como um desdobramento das lutas populares por inserção social, exercício da liberdade, da participação e da igualdade (PEREIRA, 2008), provocou uma nova maneira de entender a própria cidadania. “A cidadania acabou por constituir uma fusão entre os direitos individuais e sociais, em que os direitos civis constituem a base de sustentação e de ampliação dos direitos políticos e sociais, ao mesmo tempo em que são fortalecidos por eles”. (PEREIRA, 2008, 106)

Sendo o Brasil marcado por um desenvolvimento chamado de “modernização conservadora” (SCWARTZMAN, 2004:32), caracteristicamente marcado pelo não-acesso da população às esferas política e econômica, além da impossibilidade, por parte de determinadas camadas sociais, de usufruir dos benefícios da modernidade, a Constituição de 1988, com sua extensa lista de direitos sociais garantidos, atesta a incongruência entre o “dever ser” e a realidade vivida pela maioria da população brasileira.

Decorre disso a questão de que há um grande grupo de pessoas que estão à margem do acesso a esses benefícios públicos prometidos. Enquanto uns usufruem de serviços que visam à garantia dos direitos sociais, outros não conseguem fazer parte desses sistemas, originando aí o conceito de desigualdade, que fatalmente será levado em consideração na própria definição do que seria a exclusão social.

A exclusão social seria, portanto, algo além da vivência da desigualdade social, da desigualdade de acesso a determinados bens e serviços. O termo exclusão

“(…) alude à não-efetivação da cidadania, ao fato de que, apesar da legislação social e do esforço das políticas sociais, uma grande massa de indivíduos não logra pertencer efetivamente a uma comunidade política e social. Indivíduos que vivem no espaço de uma sociedade nacional trazem contribuições a essa sociedade, mas não tem acesso ao consumo dos bens e serviços de cidadania. Embora a lei lhes garanta direitos civis, políticos e sociais, tal garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos”. (SCHWARTZMAN, 2004:36)

A exclusão social seria, então, algo diretamente relacionado ao próprio exercício da cidadania, no caso, a não possibilidade de usufruir dos direitos políticos e sociais relacionados ao viver em uma sociedade de direitos. A Constituição de 1988 consagra essa ideia da cidadania, abrindo espaço formal para a população exigir do Estado o cumprimento desses direitos, sem que haja, necessariamente uma reflexão a respeito das possibilidades financeiras reais do o Estado promover tal grau de inclusão social.

“Na percepção da maioria da população, os direitos sociais lhe são devidos independentemente da existência ou não de recursos e condições adequadas para satisfazê-los. Por isso, as grandes desigualdades que existem hoje entre os diferentes grupos sociais (...) não são vistas como uma injustiça social, mas como uma limitação que deveria ser superada pela expansão dos direitos já conquistados por alguns aos direitos ainda a conquistar pelos demais.” (SCHWARTZMAN, 2004:27)

Mas aqui reside o nó górdio (metodológico) quando o assunto é utilizar a expressão “exclusão social” como categoria de análise, que é o que me proponho a fazer aqui.

Escorel (2006) afirma que “exclusão social [...] pode designar toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito” (ESCOREL, 2006: 23). Nesse caso, a discussão sobre o processo pelo qual a exclusão social se realiza abrange a questão da materialidade dessa desigualdade social, a pobreza. Segundo a autora, há dependência entre os dois fenômenos, numa relação de reforço mútuo de desempenho. A pobreza contemporânea, de acordo com a autora, teria uma caracterização bem específica: concentração metropolitana, existência de uma camada robusta de pobres estruturais, diferenciação acentuada de desenvolvimento e níveis de pobreza entre as regiões do país e concentração de renda (ESCOREL, 2006).

O real drama de lidar com a exclusão social como uma categoria de análise é justamente o fato de ela abarcar uma gama de situações que se referem à relação entre diferentes tipos de segmentação social, que não se relacionam apenas à questão da pobreza, mas acabam se aplicando a diversas temáticas, como a inserção de categorias alheias às questões especificamente materiais, a exemplo dos estrangeiros. Tentando estabelecer limites capazes de definir o conceito de exclusão social, Escorel afirma que

“O núcleo duro da exclusão social [seria caracterizado por] uma integração macro e microssocial evidenciada em diversos processos, grupos populacionais, formas e modalidades de exclusão e excluídos, cujo ponto em comum é a ruptura de vínculos sociais, materializados e simbólicos. [São] resultantes de diferentes processos de conflitos de valores ou de perspectivas e marcados pelas diferenças (visíveis ou não[...]) que constituem as vigas mestras das atitudes de rejeição e exclusão” (ESCOREL, 2006: 59)

A construção dos significados atribuídos à expressão é marcada, então, por uma tensão dual entre os incluídos e os excluídos, criando uma ideia de fragmentação total de uma sociedade que é, na verdade, analisando o caso brasileiro e aquele específico ao qual se refere este trabalho, uma constante negociação de acessos e restrições aos diferentes grupos sociais. Isso equivale a dizer que quem se encontra em situação de exclusão social, na verdade não vive essa exclusão de modo tão exclusivista. Seria o caso de dizer que há diversas exclusões, que podem por vezes atingir fortemente determinado grupo em vez de outro, que não está livre, por sua vez, de sofrer processos de privação, apartamento ou separação em outros contextos que evocam a ideia de participação e usufruto coletivo de benefícios e direitos.

Além da questão do dualismo, presente em toda a construção histórica de conceitos/noções associados à essa questão (como marginalidade, *underclass*, entre outros), a própria infinidade de possibilidades contida na noção de exclusão social parece desabonar o seu uso para definir categorias-chave de apreensão da realidade social. Por isso aqui reproduzo as conclusões de Escorel a respeito de ser essa uma categoria conceitual válida, argumentando duas coisas.

A primeira é que reconhecer as limitações do uso do termo não necessariamente invalida sua utilização. Toda tentativa de definir conceitos, elaborar padrões que apreendam a realidade são, em última instância, falhos. Daí voltamos àquela discussão de viés mais epistemológico sobre as limitações do recorte acadêmico, da dinâmica social sempre em

mutação, da dificuldade de trabalhar com a realidade sem estabelecer um recorte temporal que garanta um mínimo controle (sem o temor da palavra) sobre o objeto de estudo. Entre todos os benefícios que adotar essa categoria de análise pode trazer, os prejuízos são contornáveis, desde que se esteja alerta.

Segunda questão é que trabalhar com temas relacionados à pobreza, exclusão, sofrimento, desvinculação, exigem, de alguma maneira, algum tipo de sensibilização, que é quase um conclave a essa solidariedade humanitária que exige alguma identificação entre o eu e o outro. Para não tornar essa questão muito subjetiva, arrisco dizer que utilizar essa noção de exclusão social é uma forma de, como pressuposto, abrir o espaço para que se fale sobre como as pessoas criam estratégias para lidar com situações desse tipo, ou seja, considerar previamente que essa exclusão social é um fato. Aqui, não se trata de definir se há ou não exclusão social, mas reconhecer previamente sua existência e investigar as formas pelas quais elas se desdobram, sendo acentuadas ou atenuadas. Se não fosse tratada como pressuposto, penso que seria muita ingenuidade empreender tanto esforço apenas para supostamente descobri-la, de fato.

Evocarei, como anunciado, a Escorel no seguinte trecho, que acho excelente na definição do que quero evitar aqui:

“[A definição de conceitos e a rigorosidade desse processo] é uma parte árida do trabalho e que encerra um risco: mergulhando nas palavras, noções, conceitos ou categorias, perder de vista os seres humanos e suas condições de vida cotidianas. [...] O risco da (necessária) busca de precisão conceitual é acabar erguendo um muro suficientemente alto que impossibilite visualizar a realidade vivida e sentida cotidianamente pelos excluídos e, invertendo as prioridades, conduzir a um trajeto onde já não teria importância de quem estamos falando e sim o que estamos falando, processo que não deixa de ser uma forma de transformar seres humanos em objetos.” (ESCOREL, 2006: 24)

Daí vem a pergunta: qual é a vantagem de adotar uma categoria tão ampla de significados para tentar apreender a realidade de determinado grupo altamente marcado por um processo de não-participação, ou de não usufruto das benesses oferecidas pela cidade? A resposta é justamente essa: a sua amplitude e possibilidade de negociação.

Neste ponto, apresenta-se uma solução parcial para tamanho dilema conceitual: a definição jurídica e institucional da exclusão social, que se relaciona basicamente à não

realização dos direitos sociais, que são basicamente as formas de garantir mínimo acesso e usufruto dos bens coletivos à comunidade de cidadãos.

Vale a ressalva de que essa definição específica não implica o abandono das demais compreensões a respeito da exclusão social que se organiza no nível do simbólico, compreensão que será retomada quando da análise das entrevistas realizadas entre os beneficiários do Programa.

Os direitos sociais são, nesse sentido, legítimos, e é de responsabilidade do governo cumpri-los. Mas como fazer isso? As políticas públicas e, mais especificamente, as políticas sociais são possibilidades de resposta para essa pergunta.

As políticas públicas estão, segundo Potyara Pereira (2008), relacionadas ao ramo do conhecimento chamado *policy science*, surgido originalmente no contexto do pós-guerra nos Estados Unidos e na Europa. Esse ramo do conhecimento tem como objetivo discutir amplamente o papel do Estado na convivência em sociedade, abordando questões relacionadas às responsabilidades de governos e comunidades na promoção/garantia de direitos e efetivação da cidadania; está diretamente ligado às reverberações da criação de um Estado de bem-estar social, em vias de consolidação nesses países no período pós-guerra.

O objeto da *policy science* era a política pública, desde sua idealização até as formas de execução, dando ênfase ao aspecto mais prático da questão, no sentido de se dedicar menos aos aspectos legais que regem esse tipo de ação e mais aos efeitos de sua existência sobre a dinâmica social. As características principais desses estudos seriam a multidisciplinaridade, o seu caráter interventor e a sua dimensão normativa, no sentido de preocupar-se não apenas com aquilo que “é”, mas com aquilo que “deve ser” (PEREIRA, 2008).

A política pública seria, então, um tipo sistemático de ação que se relaciona com o interesse comum e existe para a comunidade, estimulando a soberania do povo.

“A palavra ‘pública’ que sucede a palavra ‘política’, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo.” (PEREIRA, 2008:94).

A política pública tem como objetivo efetivar direitos sociais que já tenham sido legalmente garantidos, dando aplicabilidade, por meio de programas e projetos operacionais, aos referidos direitos. Além disso, podem representar maneiras de distribuir os bens públicos de forma racional, considerando determinadas demandas e possibilidades específicas.

É importante frisar o caráter participativo que, por definição, faz parte da ideia de política pública. Nela, tanto governo quanto sociedade tem papéis a cumprir, sendo um espaço de afirmação do poder decisório da comunidade e do caráter ativo da ação do governo.

A presença do Estado é fundamental para que seja caracterizada uma política pública, embora outros agentes, governamentais ou não, possam variar de acordo com o cerne orientador de tal política. O mais importante é que a lógica da política pública se orienta por meio de uma racionalidade coletiva (PEREIRA, 2008:96), ou seja, está sempre às voltas com as demandas e necessidades comuns a determinados grupos sociais. “(...) as políticas públicas (...) resultaram de novas relações entre Estado e sociedade, em que os conceitos de justiça social e de equidade tornaram-se menos abstratos”. (PEREIRA, 2008: 98)

Políticas públicas estão inseridas em contextos de conflitos de interesses, que não podem ser ignorados e fazem parte da própria dinâmica de sua construção. É importante perceber que o caráter original da palavra “política”, aqui, se faz presente, não por acaso. A distribuição de poder entre diferentes autores, o processo de representação política, a arregimentação de aliados, entre outras questões comumente relacionadas ao exercício político tradicional, encontram paradeiro também no processo de formulação da política pública, sendo dimensão importante para compreender qualquer empreendimento desse tipo que se deseje problematizar.

O conceito de políticas urbanas utilizado neste estudo acompanha o entendimento, segundo o qual esses tipos de políticas são

“um conjunto de diretrizes, baseadas em princípios e pressupostos corporificados em instrumentos e mecanismos de intervenção urbana. Sua implementação está condicionada pela estrutura e a conjuntura do modelo de desenvolvimento nacional e local vigentes. Na perspectiva que a produção social do espaço resulta da articulação dialética entre ação e estrutura, o Estado, como elemento regulador do espaço urbano, através das políticas públicas, intervém na configuração do espaço, de forma extensiva ou pontual, alterando sua estruturação numa visão transformadora ou conservadora.” (BAHIA, 2000; 76).

Dentre os tipos de políticas públicas, figuram as políticas sociais. Essas políticas, especificamente voltadas para lidar com questões sociais das mais variadas, se guiam pelo mesmo raciocínio das políticas públicas, ou seja, racionalidade coletiva, participação ativa dos diversos atores envolvidos e efetivação das funções anteriormente apontadas.

Pereira (2008: 99-100) aponta uma classificação de política social que vem a calhar para os fins desta pesquisa. Seriam as políticas regulamentadoras, as políticas redistributivas, as políticas distributivas e as políticas constitutivas. As políticas regulamentadoras consistem em regras que orientam o comportamento do cidadão, das quais não se pode escapar sem sofrer as sanções previstas pelos códigos de conduta. Exemplo de políticas regulamentadoras seriam o código de trânsito e a lei do silêncio.

Políticas redistributivas seriam políticas cuja principal característica é redistribuir determinados benefícios, processo no qual, para o que se dá aos ganhadores, se tira dos perdedores. Esse tipo de arranjo é conhecido, como lembra a autora, por jogos de soma-zero. Exemplos desse tipo é a reforma agrária.

Políticas distributivas, ao contrário da tipologia anterior, não ensejam conflitos de interesses. “Os governos retiram de um fundo público constituído com recursos arrecadados da população um montante para atender demandas e necessidades sociais, geralmente de forma compensatória”. (PEREIRA, 2008:101). Exemplo são os programas de transferência de renda.

Por fim, o último tipo de política social, as políticas constitutivas têm relação com ações que definem competências sobre o poder constituído, a exemplo de revisões de leis e reformas institucionais; ações que, segundo a autora, afetam indiretamente o cidadão.

Nesse sentido, as políticas sociais são aqui entendidas como a forma de o Estado se comprometer ativamente com a questão da pobreza urbana no Brasil. Não se trata de ser ingênua e ignorar tantas outras variáveis que estão implicadas no exercício da atividade de governo, mas também não significa cair em outro clichê, segundo o qual deve-se rejeitar tudo o que vem do Estado em nome de sua face menos amigável relacionada à distribuição e exercício de um poder próprio e difícil de subverter.

Toda relação entre atores quaisquer e a figura do Estado envolve discussões sobre poder, legitimidade, democracia, cidadania. Questões que, por si sós, são tensas, carregadas

de desconfianças e pré-julgamentos (que não necessariamente são falaciosos). A questão que acho oportuno frisar, é que o Estado é um agente múltiplo, multifacetado, é uma instituição forte, porém, a priori, em sociedades democráticas, aberto a negociações, barganhas, pressões de agentes externos. É fonte de opressão, mas pode ser ferramenta de mudança social também. Depende de quem movimenta as peças. Questões políticas e suas manifestações partidárias confusas, associação de forças, manipulação de grupos sociais, jogos de poder, tudo isso existe e não vai sumir de uma hora pra outra: são infinitas as formas de subverter o que, na teoria, deve ser um Estado democrático. Mas a possibilidade de se utilizar do próprio aparato estatal para modificar uma sociedade construída sobre desigualdades múltiplas não me parece impossível.

Toda essa discussão se relaciona ao pensamento de Lefebvre sobre a incapacidade de o Estado promover igualdade e justiça social. O PROSAMIM é, em última instância, uma peça que contribui no sentido de tornar a ação do Estado benéfica para grupos que estão em situação de vulnerabilidade social. O que não desabilita a presença de fatores outros que estão intimamente ligados a essa faceta opressora e manipuladora que é inerente à condição dessa instituição. O que defendo é que é necessário ter muito discernimento e razoabilidade ao analisar políticas públicas, a exemplo da que é objeto do presente estudo, para que se cuide de “não jogar fora o bebê junto com a água do banho”. Há muita coisa entre os dois extremos da ingenuidade e da extrema desconfiança. Estou tentando me manter menos nas extremidades.

c) O surgimento das favelas no Brasil

Pode-se dizer que o surgimento das favelas no Brasil guarda fortes relações com dois aspectos específicos: a ocorrência da guerra de Canudos, na cidade de Belo Monte, interior da Bahia, fundada no ano de 1896, e a expansão e consolidação dos cortiços como alternativa de moradia para a classe desfavorecida no fim do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Esta associação de acontecimentos é argumentada por Lícia do Prado Valladares (2005), que interpreta o episódio baiano e sua posterior *publicização* em forma literária, por Euclides da Cunha, como marcos iniciais da descoberta das favelas no Rio de Janeiro como problema social, e, posteriormente, no Brasil como um todo, e também como um problema de estudo.

Em seu livro, Valladares faz uma reflexão interessante sobre a história da favela no Rio de Janeiro e de seus desdobramentos em termos de políticas públicas (para o estado fluminense e para a nação como um todo), resgatando personagens importantes que imprimiram suas marcas no tratamento da questão por diversos setores da sociedade, particularmente, pelas autoridades governamentais.

Os cortiços, que já existiam bem antes da eclosão do episódio bélico baiano, já eram alvos de controvérsias entre as autoridades cariocas em função da sua relação próxima, no imaginário popular, com a criminalidade e a marginalidade locais. As camadas populares que viviam nesses cortiços, desde sempre, foram alvos de questionamentos de ordem moral e sanitarista; questionamentos esses que, mais tarde, viriam a ser aplicados também às favelas urbanas.

“No Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em detalhar minuciosamente a cena urbana e seus personagens populares voltaram seus olhos para o cortiço. Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada ‘classe perigosa’. [...] Estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro demonstram que esse tipo de hábitat pode ser considerado o ‘germe’ da favela.”
(VALLADARES, 2005: 24)

Mas o mito de criação da favela carioca, como se conhece atualmente, estaria, segundo a autora, estreitamente relacionado à Guerra de Canudos, que aconteceu nos anos de 1896 e 1897 na cidade de Belo Monte, interior da Bahia. Para entender os motivos pelos quais ela eclodiu, é necessário remontar ao contexto social e político que envolvia o Brasil e, principalmente o sertão nordestino, no final do século XIX.

O fim daquele século trouxe muitas mudanças importantes para a população brasileira. Em 1888, no dia 13 de maio, aconteceu a abolição da escravatura. O governo brasileiro, pressionado pelo governo inglês, pela nova aristocracia agrária do Oeste Paulista e pelo movimento abolicionista, cede aos apelos pelo fim da escravidão, instituição que sustentou a economia do país durante três séculos. Embora tenha aceitado a necessidade de falir tal empresa, o governo monárquico não se prepara para absorver a mão-de-obra que agora se tornava livre, condenando grande parte dessa população alforriada a permanecer sob regimes de exploração da aristocracia ou a perecer com a miséria que se abatia sobre a discriminação racial, em razão da falta de oportunidades e de inserção social.

Grande parte dessas pessoas se refugiou em regiões nas quais o uso da terra era concedido em troca de outra carga de trabalho semi-escrava ao dono dos grandes lotes. A conjuntura fundiária do Brasil, como ainda hoje permanece, caracterizava-se pelo predomínio de latifúndios, com imensas terras sob domínio de um único senhor, que também personificava a figura do padrinho e mandatário das regiões de abrangência de suas fazendas. Essa estrutura patriarcal não se desfez ao findar-se oficialmente a opção escravista e, como resultado disso, eram muitas as cidades e vilarejos, principalmente em sua extensão rural, que estavam sob domínio de aristocratas.

Em 1889, é proclamada a república, e o estabelecimento de um Estado pretensamente laico foi uma das questões mais importantes que influenciaram e deram corpo ao movimento do Belo Monte. A instituição do casamento civil, a conseqüente redução da importância do casamento religioso e a laicização dos cemitérios fez cair tantos os lucros com matrimônios e enterros quanto diminuiu sensivelmente o poder de influência da Igreja Católica no país. O estabelecimento de normas burocráticas como únicos requisitos para validar questões desse tipo afastou o clero do seio das famílias, delimitando sua área de abrangência apenas àqueles que o faziam por vontade própria. Nesse sentido, o sistema republicano inaugurou um período de adoção de novos pressupostos que contrastavam com as tradições do povo brasileiro, acostumado com a governabilidade monárquica, mesmo que insatisfeito.

O sertão nordestino possuía peculiaridades que agravavam o clima de tensão política e social existente nessa época. Além dos acontecimentos que envolviam as instituições políticas, o regime de posse de terras era questão bastante conflitante, uma vez que excluía grande parte da população do acesso à renda e à segurança alimentar. As características climáticas da região dificultavam o manejo da terra para grandes lavouras sem uso de tecnologias dispendiosas, o que obrigava os produtores basicamente a investir em criação de animais de grande e médio portes. Muitos trabalhadores viviam da venda de sua mão-de-obra para essas grandes criações, mas o número de pessoas alocadas nessa atividade era potencialmente muito menor do que o número estimado para o caso de haver tradição em grandes lavouras. Em função dessa característica, muitas pessoas ficavam fora desse sistema econômico, principalmente quando se agravaram os períodos de seca na região, obrigando muitos fazendeiros a dispensar trabalhadores visando redução de prejuízos.

É nesse contexto de miséria e dificuldade que surge a figura de Antônio Conselheiro. Segundo Galvão (2001), Antônio Vicente Mendes Maciel era filho de comerciante, em uma

família conhecida de Quixeramobim – CE. Letrado, assumiu cargos de professor, caixeiro, rábula e escrivão de paz nas cidades em que morou enquanto casado. Ao se separar, Antônio resolve se dedicar a uma peregrinação pelo Nordeste oferecendo palavras reconfortantes para as pessoas oprimidas pelo sistema excludente do Brasil no século XIX. Corria, então, o ano de 1861. Nesse trabalho, inicialmente fez parte dos seguidores do famoso padre José Ibiapina, continuador de uma tradição de beatos e peregrinos do sertão nordestino. Antônio Conselheiro não foi um pioneiro nesse trabalho.

A provável explicação para a escolha de Canudos para o local da edificação do arraial pode estar no fato de que ele estava localizado às margens do rio Vaza-Barris, numa região onde correm alguns afluentes do citado rio, fazendo com que o pequeno povoado desfrutasse de posição privilegiada (NOGUEIRA, 1997).

Não demorou muito para que Antônio Conselheiro começasse a sentir o peso político de suas ações, que pareciam ameaçar as estruturas até então solidificadas da política e religião locais. Os latifundiários começam a temer que os seus trabalhadores abandonassem o trabalho e que não houvesse mão-de-obra barata a ser explorada por influência do carisma do missionário. Logo foram esquecidas as construções de igrejas e obras de utilidade pública e os padres começam a se dividir entre os que apoiavam e aqueles que rejeitavam a figura do Conselheiro. Para os refratários, o peregrino representava uma ameaça ao virtuosismo da ordenação para padres, uma vez que os discursos de Antônio eram mais frequentados e fervorosos do que aqueles promovidos pelos representantes locais da Igreja. O medo dos fazendeiros era que Conselheiro sublevasse seus discípulos a promover invasões em propriedades privadas, exigindo que findasse esse tipo de diferenciação (entre propriedade pública *versus* privada) entre os moradores das pequenas cidades. Além disso, havia a ameaça concreta de abandono das terras dos latifundiários pelos lavradores que seguiam o Conselheiro. Assim, a partir do momento em que se fixou em Canudos, em 1893, Conselheiro começa a sofrer perseguições, como tentativas de prisão, sob acusações de incitar a população a não pagar os impostos, a falar contra a República e a incitar a revolta popular. Daí por diante a história é bem conhecida a respeito do desfecho de Canudos.

O que se seguiu é que Canudos foi inteiramente queimada por ordem de Artur Oscar. No início do século XX, uma nova comunidade surgiu no terreno da antiga Canudos. Na década de 1970, Canudos foi destruída novamente, desta vez pela água: o governo militar constrói no local o açude de Cocorobó.

Com o fim do episódio e a dissolução da comunidade formada pelos conselheiristas, parte dos muito soldados recrutados para atuar na última expedição ficaram sem receber seus soldos atrasados. Em resposta a essa questão, boa parte dos soldados resolve se mudar para o Rio de Janeiro, capital federal à época, na tentativa de pressionar o governo, na então figura do Ministério da Guerra, a realizar os pagamentos em atraso. Durante esse processo, essas pessoas ocuparam o então Morro da Providência como uma forma de resolver a demanda provisória por moradia, o que acabou fundando uma tipificação desconhecida de habitação que se caracterizava pela irregularidade, insalubridade e ausência de traçados de ruas e disponibilidade de serviços públicos.

O termo favela, da forma que se conhece hoje, entretanto, só vai surgir em meados da década de 20, quando o Morro da Providência passa a ser conhecido como Morro da Favella em função da presença de vegetação homônima em sua composição. Para Valladares, há também outro motivo:

“A maior parte dos comentaristas apresenta duas razões para essa mudança de nome: 1ª) a planta favela, que dera seu nome ao Morro da Favella – situado no município de Monte Santo no Estado da Bahia – ser também encontrada na vegetação que recobria o Morro da Providência; e 2ª) a feroz resistência dos combatentes entrincheirados nesse morro baiano da Favella, durante a Guerra de Canudos, ter retardado a vitória final do exército da República. [...] Se a primeira explicação diz respeito apenas a uma similitude, a segunda tem uma forte conotação simbólica que remete à resistência e à luta dos oprimidos contra um adversário poderoso e dominador.” (VALLADARES, 2005;29)

Para a autora, essa apropriação de uma denominação específica, favela, que se relaciona a um conteúdo simbólico de resistência e rebeldia, só aconteceu em função da contribuição intelectual dada por Euclides da Cunha ao episódio sertanejo. A intelectualidade brasileira, que passava por um processo de descoberta e exaltação do valor da identidade nacional, fora amplamente influenciada por esta obra, que acabou criando um imaginário sobre esse outro brasileiro escondido na dicotomia sertão *versus* litoral.

A partir de então, com o novo batismo do Morro da Providência, logo todas as habitações sem traçado definido, com um caráter irregular e insalubre que foram se multiplicando pela capital federal seriam conhecidas pelo termo favela.

A descoberta da favela entra na história já como a expressão de um problema, ali ainda visto basicamente como uma questão de saúde, relacionada à insalubridade e à proliferação de condições propícias para o alastramento de diversas doenças. O imaginário social a respeito das favelas girava em torno da culpabilização da vítima pela situação de desfavorecimento social em que se encontravam, então referenciada por termos como “vadiagem”, “preguiça”, “malandragem” e com interpretação racista recorrente, assim, como visto anteriormente, embalaria as discussões a respeito da pobreza nos Estados Unidos. As favelas ficaram conhecidas como o local em que se aglomeravam as “classes perigosas”, que, além de exigir um tratamento referente à questão da saúde pública, devia ser tratada em termos de controle e resolução de conflitos morais. Era uma “contracorrente à ordem urbana e social estabelecida” (VALLADARES, 2005:28).

O conflito moral que urgia em relação às favelas era evitar a multiplicação de espaços que favoreciam a marginalidade social. Esse imaginário social que caracterizava as favelas no Rio de Janeiro era tributário de ideias que, na literatura, foram muito bem apresentadas e discutidas pela escola Naturalista. Segundo essa escola, o meio era capaz de subordinar o ser humano, imprimindo-lhes características que não necessariamente se desenvolveriam caso não fosse a influência do meio.

Sendo assim, era urgente e necessário controlar aquele fenômeno considerado uma “praga social”, que cada vez mais se espalhava pela capital federal e ameaçava a saúde dessa instituição política:

“[...] as respectivas representações [sobre as favelas] aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização. [...] a dualidade sertão *versus* litoral – presente no discurso do autor de Os Sertões – pode ser reencontrada [...] transposta para a oposição favela *versus* cidade.” (VALLADARES, 2005:36)

Vistas sob a ótica sanitária e responsabilizada, entre outros fatores, pela proliferação de doenças, as representações sociais em torno das favelas apontavam para conteúdos sobre doenças, patologia social e mal a ser combatido. O resultado seria, por conseguinte, adotar a ideia de extermínio da favela, retomando a “racionalidade técnica quanto à regulação do

conjunto da cidade. Acabar com elas seria, então, uma consequência ‘natural’.” (VALLADARES, 2006:41).

Mais adiante, entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930, um novo aspecto foi introduzido à discussão sobre o tema, acrescentando à visão técnica e sanitaria das favelas uma preocupação mais sistêmica com a reprodução da cidade como um todo. Estavam dadas as bases do urbanismo no Brasil, disciplina que trouxe como legado à discussão das favelas no Rio de Janeiro o entendimento da necessidade de bloquear a multiplicação desse tipo de habitação com estabelecimento de políticas de fiscalização que pudessem garantir essa medida.

Nesse período também são registradas as primeiras (porém tímidas) políticas de construção de habitação para proletários e comunidades socialmente fragilizadas, como idosos e crianças abandonadas. Apesar de o projeto existir e, por conta dele, terem sido derrubadas centenas de barracos espalhados por toda a capital, nunca se chegou a ver os prédios idealizados de forma concreta, ocasionando nova demanda de invasão em diferentes locais da cidade.

Até então, segundo Valladares (2005), não havia preocupação sistemática em compreender as causas do fenômeno das favelas, nem de agir sobre esses fatores na busca de solucionar o problema crescente na cidade. Mas foi a contribuição de um arquiteto e sociólogo chamado Alfred Agache que inseriu novas questões que transformaram a maneira de lidar com as favelas dali por diante.

Agache demonstra preocupação pelo entendimento das causas da origem das favelas na cidade e propõe novas formas de lidar com a situação, formas essas que incluem prover soluções alternativas para a população dependente desse tipo de habitação. Mesmo ainda o debate sendo marcado fortemente por um viés higienista e estético, há aqui a preocupação de evitar que novas invasões apareçam em função da não solução das causas que provocaram o problema inicial. Não apenas essa relação de causa e efeito é estabelecida em sua contribuição à discussão sobre favelas, mas o reconhecimento da importância dos laços sociais criados nesses locais de moradia e suas atividades econômicas relacionadas também figuraram como aspectos importantes em sua obra escrita.

A partir da Era Vargas, percebe-se que a discussão sobre favelas como um problema social ganha contornos que caminham paralelamente à vertente populista de Getúlio Vargas.

“O regime de Vargas retomou a temática higienista que atribuía a propagação de inúmeras doenças às más condições sanitárias das moradias populares. Getúlio Vargas afirmava que a propriedade de sua moradia e uma alimentação adequada eram legítimas aspirações dos trabalhadores. Para ele, a família constituía a célula política de base e a questão da moradia, uma questão maior.” (VALLADARES, 2005;50)

É, então, nesse período, que a discussão sobre favelas ganha contornos de proteção social e intervenção do Estado no sentido de promover o bem-estar social e a redução do estigma de inferioridade que até então caracterizou as populações faveladas. As autoridades designadas para tratar da questão social das favelas acabaram criando vínculos mais estreitos com as populações faveladas do Rio de Janeiro, dando também origem a um tratamento clientelista da questão, no qual os benefícios sociais estão inseridos numa lógica de troca de influências, incluindo a concessão de favores em troca de votos.

“A perspectiva higienista que havia acompanhado os discursos anteriores permanece, mas com uma nova inflexão: o reconhecimento, de fato, da existência das favelas e da necessidade de melhorar as condições de vida dos favelados, contrariando a solução única de sua destruição anteriormente proposta.” (VALLADARES, 2005:52)

A respeito desse período, referindo-se às primeiras medidas de provimento de moradias subsidiadas para trabalhadores urbanos adotadas na Era Vargas, Bonduki (1994) faz a seguinte afirmação:

“De uma maneira geral, pode-se dizer que estas medidas visavam, ao menos na aparência, garantir melhores condições de habitação e de vida urbana aos trabalhadores, aspecto que a propaganda oficial sempre buscou enfatizar. Constituem, portanto, o contraponto, a nível urbano, do imenso arsenal de medidas tomadas por Vargas e seus seguidores objetivando regulamentar relações entre o trabalho e o capital e defender as condições de trabalho dos assalariados urbanos, ações que criaram para o ditador a imagem de ‘pai dos pobres’.” (BONDUKI, 1994: 711).

A década de 1940 se caracteriza como um período no qual os levantamentos estatísticos ganham importância na definição de estratégias para lidar com o problema das favelas no Rio de Janeiro. Se até então todos os dados relativos à expansão e caracterização dessas habitações tinham origem em investigações jornalísticas, observações pouco

estruturadas desses locais ou interpretações racistas da questão, a partir daquela década, contando com o apoio da difusão dos princípios da estatística e dos seus potenciais de contribuição, eis que acontecem os primeiros estudos que abordam de maneira global os problemas ligados à temática, tendo como base toda a capital federal.

Esses estudos demonstraram, pela primeira vez, a complexidade que tinha o fenômeno das favelas. Abordando não só características socioeconômicas dos membros das famílias nessa situação de risco, as pesquisas levantaram informações sobre tipologia das habitações, benfeitorias, condições sanitárias, caracterização dos terrenos ocupados e quantidade (que se pretendia ser) exata das habitações. A novidade era, além da produção dos dados, o desdobramento dos resultados sobre o imaginário social referente aos habitantes das favelas.

Com a criação de órgãos oficiais e permanentes de coleta de dados, cada vez mais esse processo de produção de dados se fortaleceu, dando condições para que o a desmistificação do conteúdo marginal da favela começasse a se tornar mais palpável. Eu digo mais palpável porque a própria autora cita as interpretações dos dados como sendo ainda produtos de uma análise racista e de culpabilização da vítima. Mesmo assim, mais adiante, esses dados acabaram sendo utilizados para subsidiar interpretações menos preconceituosas e de cunho mais sociológico a respeito do tema.

Com os estudos realizados no final da década de 40 e início da década de 50, quando a primeira favela registrada na cidade já contava com 50 anos de existência, os primeiros resultados sobre a realidade dessas localidades foi surpreendente:

“Os resultados revelam uma imagem da população das favelas bastante diferente das representações até então dominantes. Por exemplo, dois terços dos habitantes das favelas eram originários do próprio Distrito federal (38%) ou do Estado do Rio de Janeiro (29%), não passando os imigrantes chegados do Leste ou do Nordeste de 6%. Ou ainda, os habitantes analfabetos com mais de sete anos correspondiam a 53% dos habitantes, e não a grande maioria, conforme se pensava.”
(VALLADARES, 2005:65)

O recenseamento das favelas realizado no ano de 1950 acabou trazendo à tona dados que mostravam que as favelas, ao contrário do que acreditava até então, estava povoada por uma população economicamente ativa e predominantemente trabalhadora, derrubando oficialmente o mito sobre a preguiça, indolência e marginalidade associado aos moradores desses locais. Ou seja, eram pessoas que estavam integrados à dinâmica social da capital

federal. Foram os critérios utilizados nesse recenseamento que definiram o conceito de favela no Brasil:

“Desse modo, foram incluídos na conceituação de favelas os aglomerados humanos que possuísem, total ou parcialmente, as seguintes características:

1. *Proporções mínimas* – Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
2. *Tipo de habitação* – Predominância no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
3. *Condição jurídica da ocupação* – Ausência no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
4. *Urbanização* – Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento”. (GUIMARÃES, 1953:259 apud VALLADARES, 2005:69)

Ainda discutindo os desdobramentos desses estudos sobre as estratégias de lidar com as favelas, vale a pena ressaltar a criação da profissão do assistente social. À medida que o problema das favelas ganhou contornos de problema social, que envolve a promoção de bem-estar social de determinadas populações e seu gerenciamento, a figura deste profissional refletiu a mudança do direcionamento das formas de tratar essa questão.

Mesmo historicamente o surgimento dessa profissão ter inaugurado novas relações de clientelismo e relações de superordenação/subordinação entre os atores envolvidos nessa temática, não se pode negar os avanços que ele trouxe ao enfrentamento da problemática relacionada às favelas como algo da alçada da ordem social, e não apenas no âmbito sanitário ou como algo moral, como antigamente fora tratado. A promoção das soluções cabíveis à questão das favelas girava agora em torno de um acompanhamento da questão da favela e das comunidades que ali moravam, e da construção efetiva da cidadania, e não como a simples tentativa de erradicação das habitações, sem controle do reaparecimento das causas e conseqüente repetição dos efeitos que se relacionam ao fenômeno.

“Não se tratava apenas de tirar as famílias dos espaços insalubres das favelas, fornecendo-lhes novas moradias de acordo com as regras sanitárias. O objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral. [...] As assistentes sociais foram mobilizadas para conhecer a população a ser realojada, acompanhando o processo e participando de sua

adaptação às novas condições de vida, sob seu estrito controle.” (VALLADARES, 2005:62)

Vale ressaltar que datam também deste período estudos que começaram a abordar a temática das favelas em outras cidades brasileiras, mesmo que tratadas sob diferentes denominações, a exemplo dos “mocambos”, denominação pernambucana para as favelas. Só mais adiante esses estudos passarão por uma espécie de uniformização da temática, conectando os saberes produzidos à efetivação das respectivas políticas públicas de intervenção às favelas.

“As favelas deixam de ser, por esse e outros motivos, um fenômeno à parte, próprio e exclusivo do Distrito Federal, com características inconfundíveis e essencialmente diversas de quaisquer outros aglomerados das classes pobres. Suas populações representam uma parcela, como tantas que integram a sociedade brasileira.” (GUIMARÃES, 1953:254-55 *apud* VALLADARES, 2005:71)

Estava, então, criada a favela, tanto como problema social e, como se verá mais adiante, como problema sociológico.

As favelas e seus habitantes passam a ser compreendidos, no âmbito das discussões sobre o espaço urbano e seus desdobramentos sociais, também como uma das formas de expansão dos territórios das cidades e de suas reverberações em termos de discriminação social e privação de direitos. Segundo Paviani (2009):

“A favela (...) é a outra face do alargamento do espaço metropolitano. Disseminadas às dezenas no espaço das metrópoles brasileiras, as favelas ocupam largas porções de periferia urbana. As características essenciais do favelamento são: a pobreza, o predomínio de habitações precárias, o desalinho do arruamento e falta de esgoto, de encanamento hidráulico de escolas, hospitais, isto é, falta de serviços do estado. Tornam-se o lugar dos periferizados, dos desassistidos, pobres, discriminados e excluídos. Em muitas cidades (...), a periferização parece incontrolável e cria a imagem de dois ambientes: o centro, com bairros ‘nobres’ e a periferia.” (PAVIANI, 2009:79)

Esse longo histórico pareceu-me importante pra demonstrar as bases do imaginário que existe em torno das favelas no Brasil, delimitando um recorte histórico da própria construção das representações sociais a respeito da população residente em favelas. Talvez sem essa imersão, não ficasse evidente de que maneira essa ideia sobre o universo das favelas

brasileiras foi criado; informação que me parece importante pra compreender como as questões referentes ao tema se desdobraram ao ponto de englobar o objeto de estudo desta dissertação.

Apesar das diferentes características que afastam a noção da favela carioca da realidade das palafitas manauaras, ambos os fenômenos guardam relação próxima com temas que discutem a sociabilidade entre comunidades faveladas e aquelas não-faveladas, bem como a relação dos moradores das favelas com a vida em sociedade, que extrapola o âmbito habitacional, estritamente falando.

Antes de adentrar na discussão a respeito das eventuais causas da aparição das palafitas em Manaus, é importante resgatar algumas definições que serão constantemente aportadas no percurso da análise de dados, qualitativa e quantitativa.

Capítulo 4 – Conhecendo o PROSAMIM

Para entender a que demandas sociais e urbanísticas o PROSAMIM se propôs atender, é preciso recuperar, mesmo que brevemente, a história da cidade de Manaus.

Manaus, capital do estado do Amazonas, localiza-se na região Norte do país, em território que estende por 11.401,077 km². Sua população atual, segundo o CENSO 2010, é de 1.802.014 habitantes, cidade mais populosa da região em que se encontra. O turismo ecológico e a grande rede industrial local chamam atenção na sua configuração econômica, sendo importantes aspectos para compreensão do crescimento que vem sendo observado no município Manauara nos últimos dez anos, que passou de 1.405.835 pessoas, segundo CENSO de 2000, para os atuais 1.802.014 habitantes, representando um total de 28,18% de crescimento populacional em uma década.

Durante o período colonial brasileiro, a cidade de Manaus permanecia pequena e pouco explorada. Em função de ser a cidade mais distante da capital do país, somadas às condições geográficas que dificultavam o acesso à região, unicamente realizado por meio de viagens fluviais exaustivas, Manaus ainda era considerada uma potência inexplorada. Segundo Mesquita (2006),

“A pequena cidade era cercada por um vasto e rico território, mantinha-se em condição de pobreza, pois não dispunha de braços para explorar suas riquezas naturais; sua população era rarefeita, sua agricultura quase nula e o comércio insignificante.” (MESQUITA, 2006:53)

Em termos de desenvolvimento urbanístico e arquitetônico, a cidade não contava com grandes edificações ou nenhuma espécie de padronização que lhe conferisse o status de desenvolvimento possuído por outras capitais de estados brasileiros, sendo, na verdade, uma “grande aldeia”, na qual o desenho da natureza, na figura dos acidentes geográficos e igarapés que entrecortavam a cidade, era a responsável por definir os limites dos bairros e da própria província (MESQUITA, 2006).

As dificuldades de realizar obras públicas para melhorias urbanas decorriam basicamente do isolamento da cidade em relação às demais unidades do Estado, atrelado à falta de mão-de-obra para realizar os empreendimentos. A falta de matéria-prima encarecia o custo total das obras e a dificuldade do acesso desestimulava a concessão de benefícios financeiros para desenvolver a região amazônica.

Apesar dessas dificuldades, Mesquita (2006) afirma que, aos poucos, a cidade foi incorporando serviços próprios dos centros urbanos da época, como iluminação pública, asfaltamento e abastecimento de água, mudanças constatadas basicamente a partir do período republicano brasileiro, compreendido entre os anos de 1889 a 1930. Além desses serviços, foram sendo construídas edificações que apontavam para modelos de desenvolvimento observados na capital do país e em outras cidades que tinham se beneficiado em termos de urbanização a partir de rendimentos oriundos de determinados ciclos econômicos, como o ciclo café.

A rapidez com que essas melhorias urbanas foram sendo implantadas em Manaus fez com que, nas primeiras décadas do século XX, a cidade apresentasse um alto grau de desenvolvimento urbano. As edificações, em sua maioria, apontavam para um padrão de desenvolvimento europeu (MESQUITA, 2006) e a sociedade manauara vivia os reflexos do desenvolvimento do ciclo da borracha, “goma elástica de origem vegetal, produzida pela seringueira, uma árvore de clima tropical que foi cientificamente denominada de *Hevea brasiliensis*” (MESQUITA, 2006:122).

“Os seringais nativos da Amazônia eram praticamente os únicos produtores de borracha e, a à medida que esta matéria valorizava-se no mercado internacional, o Brasil tornava-se o detentor do monopólio do produto. A exportação da borracha foi iniciada em 1927(...). A partir dessa data, a exportação foi aumentando continuamente em consequência da crescente demanda que se estabelecia nas indústrias”. (MESQUITA, 2006: 122)

Os lucros provenientes da exportação da borracha foram reinvestidos no incremento da própria produção local, de maneira a aperfeiçoar o processo e aumentar a capacidade produtiva. O aumento dessa produção traria como consequência a primeira onda migratória de grande relevância para a cidade de Manaus, formada pela população atraída pela promessa de riqueza oferecida por uma atividade econômica promissora; pessoas vindas, majoritariamente, da região Nordeste do país.

“Em 1877, quando violentas secas assolavam o sertão nordestino, principalmente o Ceará, obrigando os seus habitantes a se refugiarem em outras regiões que oferecessem melhores condições de sobrevivência, intensificou-se uma corrente migratória em direção à Amazônia, onde governantes e latifundiários acenavam, prometendo grandes melhorias nas condições de vida daqueles que pra lá se dirigissem. Os nordestinos eram atraídos por promessas de trabalho e

enriquecimento fácil, mas, na realidade, muitas vezes se tornavam escravos de um sistema rudimentar de trabalho, sendo explorados pelos ‘coronéis de barranco’ – donos de seringais que manipulavam as leis e reforçavam o seu domínio”. (MESQUITA, 2006:129)

Apesar de haver grande procura por postos de trabalho relacionados ao ciclo da borracha, outras atividades de outros ramos da economia, como agricultura, indústria e obras públicas, continuavam sofrendo de carência de mão-de-obra, como se observou na história pregressa do município de Manaus.

Os proventos oriundos desta atividade econômica acabaram fazendo prosperar a infraestrutura do município, uma vez que o governo garantia para si, por meio de impostos e tributos, parte relevante da riqueza produzida. Essa situação de prosperidade deu origem a uma elite de latifundiários e atravessadores de mercadoria enriquecidos pela atividade e inaugurou um período de grande consumismo na região. Para além da elite beneficiada com os lucros associados à produção da borracha, os trabalhadores da ponta, seringueiros e ocupantes de cargos pouco prestigiados, continuavam em situação de pobreza e vulnerabilidade (MESQUITA, 2006). Há que registrar que o custo de vida na cidade manauara e nos seus arredores era alto, haja vista a necessidade constante de utilizar serviços de transporte fluvial e aéreo para abastecer a cidade dos mais diversos itens, o que terminava por encarecer o valor de produtos ordinários necessários à reprodução da vida cotidiana.

Originalmente, afirma Mesquita, a ideia era povoar a região com mão-de-obra estrangeira, nos moldes da inserção que japoneses e italianos tiveram em outros estados do Brasil. Apesar de ter havido recursos destinados a essa campanha de atração de mão-de-obra estrangeira, o plano não vingou, de maneira que a solução foi aceitar a corrente migratória vinda do Nordeste, que deixaria suas marcas na composição étnica da região amazônica.

O período de prosperidade inaugurado pelo sucesso econômico do ciclo da borracha foi assim descrito por Mesquita:

“Enquanto a maioria dos Estados brasileiros passava por privações próprias das crises econômicas, São Paulo, Amazonas e Pará usufruíam de suas riquezas e ostentavam uma invejável prosperidade gerada pela exploração de seus produtos vegetais. A exportação do café paulista e da borracha amazônica reduziam o déficit do País na relação cambial, e os recursos provenientes da comercialização desses produtos contribuía para as reformas e embelezamento das capitais desses Estados,

assim como as grandes obras realizadas na capital federal.” (MESQUITA, 2006:134).

Em se tratando de incremento de infraestrutura urbana, o governo Eduardo Ribeiro se destacou como aquele que, dentre os governadores atuantes no período áureo do ciclo da borracha, teve a mais bem-sucedida administração (MESQUITA, 2006). O aspecto visual da capital amazonense teria se transformado em poucos anos, abrindo espaço para um gama de sucessores que, sob sua influencia, teriam também dado continuidade a políticas de embelezamento, modernização e higienização da cidade. Eduardo Ribeiro teria elevado a cidade da alcunha de “Tapera de Manaus” para a suposta “Paris dos Trópicos”. Seu nome, posteriormente, seria dado a avenidas, centros de cultura, entre outras múltiplas edificações da cidade, atestando sua importância como figura política local.

A crise da produção da borracha amazônica se consolidou, na década de 20, em função do desenvolvimento da extração da borracha em outros países, a exemplo da Indonésia e da Malásia, barateando os custos de produção e, conseqüentemente, o valor do produto final. Com o fim do monopólio local da produção da borracha, a concorrência acabou desestruturando o sistema produtivo do produto brasileiro, inaugurando a crise daquele ciclo, o que levou muitas cidades, inclusive a própria Manaus, a viver períodos de recessão, desemprego e decadência.

A população que estava, à época, alocada nas atividades seringueiras acaba migrando para a cidade de Manaus em busca de emprego, principalmente pela falta de condições de retornar às suas cidades de origem. Segundo Castro, Farias e Menezes (sem data), esse inchaço da cidade de Manaus vai impactar diretamente sobre o padrão de ocupação do solo urbano local, gerando aquilo que ficou conhecido, a partir da década de 20, por cidade flutuante.

“O processo de esvaziamento da economia levou à concentração de uma massa de desempregados às margens dos igarapés que tangenciam o porto eo mercado, áreas que foram desprezadas pelos habitantes de alta renda. A saturação das áreas disponíveis ao assentamento residencial na periferia do núcleo urbano levou à construção de casas-palafitas, junto às margens dos cursos d’água.” (BRASIL, 2002:28)

Sem mudanças radicais na quantidade da população alocada no centro urbano manauara desde a decadência do ciclo da borracha, é na década de 60 que se registrará uma

nova onde de migração que causará forte mudança na lógica de ocupação do solo urbano local. O motivo dessa ocupação massiva foi a instalação da Zona Franca de Manaus, empreendimento que se consolida na esteira do desenvolvimento tecnológico e industrial executado pela ditadura militar brasileira.

Para Ferreira (2010), o empreendimento da Zona Franca de Manaus provocou um revigoramento da economia local e também trouxe à baila novas formas de arranjos do espaço urbano, que acabou impactado pela quantidade de migrantes atraídos pela promessa de empregos e oportunidades financeiras; uma revisitação daquela onda migratória já observada em função do decadente ciclo da borracha. O autor apresenta números que corroboram sua afirmação:

“Em 1970 (...) Manaus tinha pouco mais de 1500 hectares para uma população de 138.685 habitantes, com densidade demográfica média de 112 habitantes por hectare, um declínio da relação habitante/hectare que aponta para o crescente aumento da especulação fundiária. A cidade se amplia para as margens dos igarapés, num modelo de ocupação mista, entre intenções planificadoras e a ânsia da ocupação espontânea”. (FERREIRA, 2010: 02)

Apesar do grande crescimento populacional observado em função da Zona Franca, a oferta de equipamentos e serviços públicos não acompanha a demanda, criando um contingente sujeito às instabilidades de uma vida sem garantia de direitos sociais básicos, como educação e saúde, além, claro, da questão relacionada à habitação urbana.

“Se a expansão urbana da cidade de Manaus é descrita como desordenada, a ocupação do solo urbano parece possuir um ordenamento lógico que se reflete no próprio valor imobiliário dos terrenos. Primeiramente, são ocupados os terrenos dos interflúvios tubulares, onde se instala a população de maior poder aquisitivo. Em face das características dos terrenos, o processo de urbanização destes locais é extremamente facilitado. Posteriormente, são ocupadas as encostas e terrenos mais acidentados, cuja implantação da infraestrutura urbana é difícil e tem alto custo. Por último, dá-se a ocupação indevida das planícies de inundação dos igarapés, normalmente, pela população de menor poder aquisitivo.” (NASCIMENTO, sem data)

O déficit de estrutura imobiliária e urbana acessível que abrigasse de forma digna toda essa população empobrecida na cidade de Manaus resultou numa ocupação intensa dos igarapés que entrecortam a cidade, criando uma situação que se configura, nos termos

discutidos anteriormente sobre o acesso às benesses urbanas, como ausência de direitos, como indicam Castro, Farias e Menezes (sem data), ao se referirem às populações moradoras dessas palafitas:

“(...) suas moradias são construídas nas margens dos igarapés, locais esses que não correspondem às expectativas do cidadão, enquanto possuidor de direito, excluídas do convívio social, onde a falta de moradia viola também o direito à segurança, à intimidade, ao convívio familiar e à integridade física e psicológica”. (CASTRO, FARIAS & MENEZES, sem data)

O final da década de 60 marca, desse modo, a continuidade do desenvolvimento periférico do tecido urbano da capital do Amazonas, marcado pelo surgimento de inúmeras ocupações que, posteriormente, dariam origem a diferentes bairros da cidade, a maioria carentes de infraestrutura urbana compatível com o desejável para o uso residencial daquelas áreas.

“Esse processo se acentuou no final dos anos noventa, especialmente na Zona Norte (...). (...) o espaço urbano da cidade de Manaus foi produzido, em parte, a partir de ocupações. No período entre 2002 e 2004, surgiram em Manaus 54 novas ocupações, e desse total 40 se consolidaram, transformando-se em bairros com carência de infraestrutura urbana de toda ordem. Em decorrência, o número de bairros, reconhecidos ou não pela Prefeitura, quase dobrou a partir de 2002, passando de 60 para 110”. (CASTRO, FARIAS & MENEZES, sem data)

As margens dos igarapés vão compor uma dessas tipologias de ocupação espontânea do solo urbano manauara, caracterizados fortemente pela ausência de infraestrutura urbana básica, como abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação pública, ausência de controle sobre o uso e ocupação do solo, ausência de regularidade fundiária e agravantes relacionadas à vulnerabilidade ambiental, como a sujeição aos riscos de alagamento e deslizamento de solo (NASCIMENTO, sem data).

O PROSAMIM surgiu como uma tentativa de solucionar alguns desses problemas que se tornaram característicos da cidade de Manaus. Como dito anteriormente, em 2004, o Programa se estruturou em torno de duas questões principais, “a Recuperação Ambiental e Requalificação Urbanística dos Igarapés de Manaus e [o] Resgate Social das famílias residentes nos Igarapés de Manaus, Bittencourt e Mestre Chico” (AMAZONAS, 2007: p.8). Para alcançar tal propósito foram previstas ações com vistas à viabilização do saneamento das

áreas afetadas, ao desassoreamento dos igarapés e à utilização racional do solo às suas margens, assegurando a manutenção do patrimônio natural e a melhoria das condições de vida da população envolvida, bem como o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento socialmente integrado e ambientalmente sustentável.

A previsão era realizar intervenções, para esta primeira etapa, em 70 km de cursos d'água, compreendendo 5 igarapés da Sub-bacia Educandos-Quarenta, a saber: Bittencourt, Cachoeirinha, Manaus, Mestre Chico e Quarenta, sendo o Igarapé do Quarenta e o Igarapé Cachoeirinha atendidos pela contrapartida do estado do Amazonas. O prazo de implementação inicialmente previsto para a primeira edição do Programa foi de seis anos, a contar de 2004, embora o cronograma para sua finalização tenha sido esticado para 2013.

A estratégia desenhada no âmbito do PROSAMIM deu prioridade às áreas de intervenção com base na relação benefício/custo socioambiental, considerando a densidade populacional e a gravidade dos problemas sociais e ambientais, ocasionados por redução das matas de proteção, contaminação por efluentes residenciais e industriais, excessiva impermeabilização do solo, entre outros.

A bacia do Igarapé Educandos/Quarenta, em função da sua densidade populacional de 115 hab/ha e uma população abaixo da cota 30 do Rio Negro⁵ de 31.973 pessoas, foi selecionada como prioritária. De acordo com Nascimento,

“As áreas (...) do PROSAMIM selecionadas para intervenção são caracterizadas por (...) condições de degradação ambiental, habitacional, urbana e socioeconômica que definem um quadro de exclusão em relação à ‘cidade regular’” (NASCIMENTO, sem data).

O custo total do Programa foi, inicialmente, orçado em US\$ 200 milhões de dólares americanos, sendo US\$ 140 milhões financiados pelo Banco e US\$ 60 milhões provenientes da contrapartida local, oriundos de recursos do estado do Amazonas e de financiamentos da Caixa Econômica Federal, investimentos aplicados especificamente nas sub-bacias dos igarapés Cachoeirinha e Quarenta.

⁵ Estudos do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) apontam que, durante o período de chuva, o Rio Negro pode subir até a altura máxima de 30m. Dessa forma, toda população que reside em áreas que estão abaixo desta cota de 30m de altura, a contar das margens do referido rio, é considerada população em situação de risco pelas autoridades locais.

É importante ressaltar que os valores disponibilizados inicialmente para a execução das obras foram significativamente reduzidos não só pela variação cambial, como também por adequações nas obras que resultaram em acréscimos nos valores previstos para as mesmas. As Unidades Habitacionais, por exemplo, tiveram que ser adequadas às normas da Prefeitura Municipal de Manaus e às necessidades das populações que nelas foram reassentadas, causando modificações no projeto das moradias. Para a implantação dos prédios tiveram de ser executados vias de acesso, paisagismo, iluminação, mobiliário urbano e outras alterações que resultaram em custos adicionais àqueles originariamente considerados para as obras.

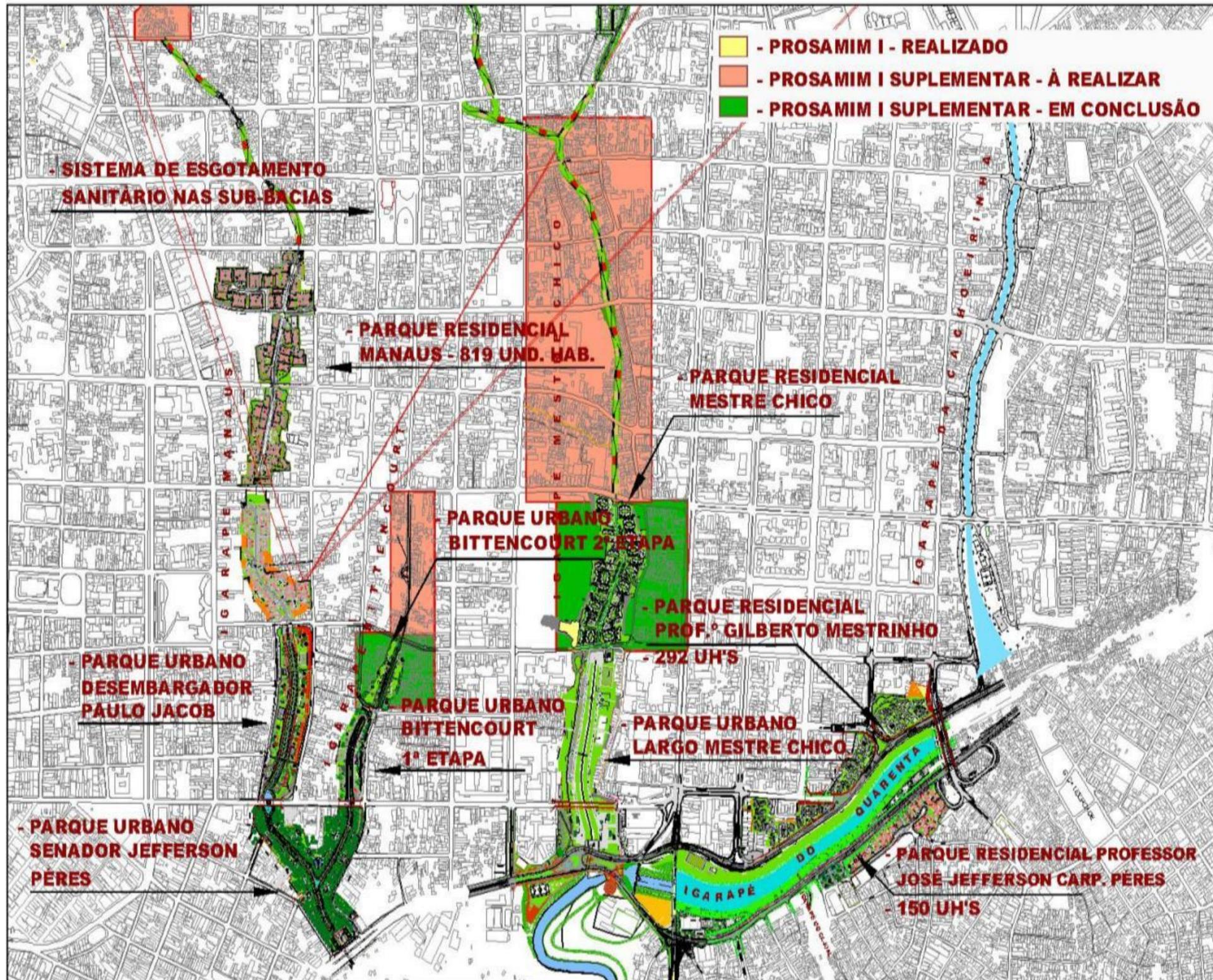
Fez-se necessária também a criação de dois novos parques residenciais, Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Peres e Parque Residencial Gilberto Mestrinho, pois as normas de adensamento e afastamento entre prédios, exigidas pela Prefeitura Municipal de Manaus, implicaram uma concentração menor de unidades habitacionais nas áreas previstas anteriormente. Houve também acréscimo na metragem das áreas de implantação dos parques, o que também resultou em custo adicional ao projeto original.

A avaliação externa do componente financeiro do Programa mostrou que as alterações nos parques residenciais trouxeram um acréscimo de R\$ 53 milhões (valores de 2008) aos custos previstos pelo Projeto Básico. Houve também acréscimo nas áreas de implantação dos parques urbanos de lazer e nos parques residenciais, o que resultou num custo adicional de R\$ 27,5 milhões (valores de 2008) em obras e serviços.

Dadas as alterações ocorridas, foi assinado um contrato suplementar, com vistas a suprir o lapso financeiro causado pelas mudanças no projeto original. Nenhuma meta nova foi adicionada ao projeto do PROSAMIM I, de forma que o contrato suplementar apenas teve como objetivo disponibilizar mais dinheiro para a realização das obras previstas.

A figura 1 mostra as áreas afetadas pelo Programa no centro da cidade de Manaus.

Figura 1: Mapa das áreas afetadas pelo PROSAMIM I no centro da cidade de Manaus



Fonte: Arquivo PROSAMIM.

Cada uma das esferas de atuação deu origem a um componente do Programa: 1) Urbanístico/Ambiental e 2) Social, definidos de acordo com a natureza das intervenções. O primeiro componente inclui as obras e o segundo, as intervenções para desenvolvimento comunitário, incluindo outras ações relativas ao reassentamento, tais como soluções alternativas para reposição de moradia, promoção de atividades de geração de renda e alocação de beneficiários no mercado de trabalho, além do fortalecimento institucional das entidades públicas que participam do Programa.

Aqui, apresento, para cada componente, as ações prioritárias e os seus resultados já aferidos por avaliação externa. Cada componente tem uma data de corte diferente para realização das avaliações, as quais são indicadas em cada tópico. É importante lembrar que, apesar de as obras referentes ao PROSAMIM II já terem sido iniciadas, algumas etapas do PROSAMIM I ainda estão em fase de execução, motivo pelo qual alguns dos resultados apresentados a seguir não representarem o estado final do cumprimento das metas, mas a situação em que se encontravam no momento da realização de cada avaliação. De qualquer maneira, essa questão é recuperada quando da apresentação de cada componente, nos tópicos seguintes.

a) Componente Urbanístico/Ambiental

O primeiro componente, referente às obras para requalificação urbanística da cidade e recuperação ambiental dos igarapés, realizou um conjunto de atividades visando ao combate de problemas que historicamente foram se estruturando em torno da cidade de Manaus. A ocupação desordenada do solo, a destruição das coberturas vegetais, a poluição dos corpos hídricos e a deficiência de saneamento básico são exemplos desses problemas que foram alvo de intervenção das obras do PROSAMIM I. O objetivo dessas ações, primeiramente executadas pelo Governo do Amazonas e, posteriormente, em alguns casos, repassadas para operação e manutenção da Prefeitura de Manaus, é reduzir os passivos ambientais e promover melhoras na qualidade de vida da população.

As intervenções urbanísticas realizadas nas áreas de abrangência do PROSAMIM I foram concebidas de forma integrada, envolvendo os seguintes segmentos:

- Remoção das palafitas;
- Implantação de macro e micro drenagem;
- Implantação de parques residenciais, para alocação de beneficiários do Programa;

- Implantação de parques públicos de lazer;
- Implantação de redes de abastecimento de água;
- Implantação de redes de esgotamento sanitário;
- Implantação de redes de abastecimento de energia elétrica e de iluminação pública;
- Melhorias no sistema viário no entorno da área do projeto.

As obras de macro e microdrenagem foram programadas com o objetivo de solucionar os problemas de alagamento ocasionados pelo do regime de chuvas locais. As obras previstas para este componente incluíram a construção e reabilitação de canais de micro e macrodrenagem, construção de galerias e de coletores de águas pluviais.

A implantação de parques residenciais incluiu as obras de remoção das antigas palafitas e a construção dos Parques Residenciais: 1) Manaus, 2) Mestre Chico, 3) Professor José Jefferson Carpinteiro Peres e 4) Gilberto Mestrinho.

Os Parques Residenciais foram construídos propositalmente ao longo dos igarapés que sofreram intervenções, tanto em função da necessidade de reassentar a população beneficiada próximo ao local original de sua moradia, preservando assim seus laços de vizinhança, quanto pela necessidade de manter a referência histórica do processo de ocupação do solo da cidade de Manaus, corrigindo, entretanto, seus problemas estruturais. No projeto arquitetônico das edificações, buscou-se um desenho diferenciado do padrão de habitação popular tradicional, que usualmente apresenta traços pouco diversificados e construções de traçados arquitetônicos pouco arrojados, de maneira a requalificar o centro antigo da cidade.

Cada unidade habitacional possui 2 dormitórios, sala, banheiro e cozinha, totalizando, em média, uma área de 56m². As primeiras unidades construídas chegaram até a 61m², mas todas as unidades, inclusive aquelas construídas pelos segundo e terceiro projetos de edificação, possuem, pelo menos, 54m². Esse tipo de solução habitacional foi oferecido para os proprietários moradores das antigas residências, assegurando o direito de reconstrução da moradia na mesma área, ou em áreas próximas daquelas de onde foram removidas as moradias originais.

Ao final das obras previstas para a primeira edição do Programa, foram realizados 3 diferentes projetos de unidade habitacional, como mencionado acima. O primeiro deles foi adotado na implantação das primeiras quadras residenciais. É constituída de edificações com três pavimentos, nas quais o pavimento térreo corresponde a uma unidade habitacional e os

dois pavimentos superiores correspondem à outra unidade, em formato duplex. A tipologia 1 apresentou dificuldades tanto no que diz respeito às soluções arquitetônicas como no que se refere à aceitação por parte dos moradores.

Entre as dificuldades enfrentadas, destaco algumas, aqui. Como não houve correspondência entre as plantas do nível térreo com a dos pavimentos superiores, essa tipologia apresentou problemas de solução de passagem de tubulação hidrossanitária e, também, de infiltração. Além disso, constataram-se custos muito elevados por utilizar várias lajes em balanço e áreas de varandas, ampliando a área de construção. As esquadrias utilizadas oferecem riscos a quem passa nas calçadas, principalmente às crianças, porque suas aberturas são dispostas para fora e acabam invadindo o espaço das calçadas e atrapalhando o fluxo de pedestres, além de os vidros de grandes dimensões dificultarem a sua manutenção.

A planta térrea oferece diversas possibilidades de alteração da tipologia das edificações para instalação de comércio, o que é proibido pelo Programa. Nos apartamentos duplex, a solução de quartos num pavimento e sala, banheiro e cozinha em outro não foi bem aceita, principalmente pela necessidade de utilização das escadas para acessar o banheiro no período noturno. Houve casos também de moradores que chegaram a retirar o corrimão da escada interna de acesso aos quartos, comprometendo a segurança da residência e exigindo intervenção da equipe de engenharia do Programa. A implantação de edificações com até 24 unidades habitacionais cada, nas Quadras 1 e 2 do Parque Residencial Manaus, provocaram grande número de reclamações por conflitos entre vizinhos.

Na segunda tipologia, foram eliminados os modelos de apartamento duplex e as unidades passaram a concentrar todos os cômodos no mesmo nível, atendendo ao padrão usual dos moradores, mas ainda mantendo o jogo de volumetria apresentados no primeiro projeto de edificação executado. Nessa tipologia, permaneceram ainda as dificuldades de solução das passagens de tubulações hidráulicas e de custos muito elevados por utilizar muitas lajes em balanço e áreas de varandas, ampliando a área de construção.

Na terceira tipologia executada, as edificações também são de três pavimentos, porém as plantas das unidades habitacionais são iguais e se sobrepõem umas às outras. O jogo volumétrico foi bastante simplificado, equilibrando custos pela eliminação das lajes em balanço, resolvendo os principais problemas de passagem de instalação hidráulica e atendendo às necessidades dos usuários em relação à disposição dos cômodos dentro da

residência. Essa solução também diminuiu os problemas com infiltrações que ocorriam nas outras tipologias de unidade habitacional.

Figura 2: Tipologia Habitacional 1 da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

Figura 3: Tipologia Habitacional 3 da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

As tipologias habitacionais sofreram alterações ao longo do período de implantação em função de quatro fatores principais: (i) redução dos custos; (ii) diminuição do tempo de execução das obras; (iii) correção de inconsistências do projeto; (iv) adaptação às necessidades do usuário. Verificou-se, também, que as edificações com mais de 12 unidades habitacionais apresentaram mais problemas relativos a conflitos de vizinhança, o que resultou na adoção de edificações com número máximo de 12 apartamentos. Deve-se levar em consideração que a população de beneficiários não estava acostumada com o padrão vertical de habitação, já que tinham uma tradição de construir casas como opção de moradia, o que dificultou o processo de adaptação ao novo estilo de moradia proposto pelo Programa.

O Parque Residencial Manaus, onde foram adotadas as unidades habitacionais tipo 1 e 2, tem 819 unidades construídas, conta com uma quadra esportiva e opções para realização de atividades culturais, como se pode ver no quadro 1.

As quadras 1 e 2 são as que apresentam maior densidade populacional e maiores problemas de conservação dos espaços públicos, em especial a quadra 2. O que se observa também nas quadras do Parque Residencial Manaus é que a tipologia adotada para as edificações favorece a alteração de uso residencial para comercial nas unidades habitacionais localizadas no pavimento térreo.

Tabela 3: Resumo das Intervenções no Parque Residencial Manaus no âmbito da primeira edição do PROSAMIM

Componentes	Unidade	Quadra 1 e 2	Quadra 3	Total
Tipologia das UH	1,2 e 3	1	2	-
UH	quantidade	567	252	819
Vias	ml	986,40	293,32	-
Quadra esportiva	unidade	1	-	1
Espaço p/ organização comunitária	unidade	-	Sala da base	1
Espaço para atividades culturais	unidade	-	1 praça e instalações da base	2
Galeria de água pluvial	ml	596,24	338,19	919,43
Total de área urbanizada	m ²	65.653,75	984,52	66.638,27

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

As três quadras que compõem o Parque Residencial Manaus dispõem de amplos espaços livres de uso público entre as edificações, dotados de calçadas, praças, quadra de esportes e mobiliário urbano. A disposição das edificações no terreno e as distâncias mantidas entre elas garantem as condições de ventilação e iluminação natural, bem como a privacidade dos seus ocupantes. Há, no entanto, um volume significativo de reclamações em relação ao isolamento acústico entre unidades habitacionais de um mesmo prédio.

No que diz respeito aos aspectos de mobilidade, os moradores das quadras utilizam a rede de transportes que circula nas vias do entorno, sem necessidade de grandes deslocamentos para alcançar as paradas de ônibus mais próximas.

As quadras residenciais são dotadas de infraestrutura de abastecimento de água e energia elétrica, esgotamento sanitário e drenagem pluvial e dispõem dos serviços de iluminação pública e coleta de resíduos sólidos. As lixeiras são coletivas e dispostas ao longo das vias internas das quadras.

As obras realizadas de aterros, taludes, galerias e implantação de áreas verdes possibilitaram que riscos de inundações e deslizamentos fossem minimizados, e as áreas verdes mantidas entre as edificações garantem a permeabilidade do solo.

O Parque Residencial Mestre Chico possui 498 unidades habitacionais e encontra-se em fase final de execução. No Parque Residencial Mestre Chico foi adotada a unidade habitacional tipo 3. Nessa tipologia, os espaços livres de uso público entre as edificações são menos generosos que nas Tipologias 1 e 2 sem que, no entanto, se perca a qualidade desses espaços. Da mesma forma que nas tipologias 1 e 2, as áreas abertas são dotadas de calçadas, praças, mobiliário urbano e vegetação. A disposição das edificações no terreno e as distâncias mantidas entre elas garantem as condições de ventilação e iluminação natural, bem como a privacidade dos seus ocupantes.

A quadra residencial já conta com infraestrutura de abastecimento de água e energia elétrica, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, e já estão implantados também a iluminação pública, o paisagismo e mobiliário urbano. Há também a preocupação com a acessibilidade para pessoas com deficiência física e a garantia de reserva de vagas para esta população no estacionamento coletivo do parque residencial.

Figura 4: Equipamentos e espaços de lazer instalados no Parque Residencial Manaus no âmbito da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

Figura 5: Vaga para deficientes sinalizada e estacionamento coletivo instalados no Parque Residencial Manaus no âmbito da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

As unidades habitacionais encontram-se conectadas individualmente aos serviços de abastecimento de água e energia elétrica, dispondo de medidores individuais. O serviço de esgotamento sanitário também é individualizado, tendo cada UH a sua caixa de gordura. As lixeiras são coletivas e dispostas ao longo da via de acesso à quadra.

O Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Peres teve as obras concluídas em julho de 2008 e possui 150 unidades habitacionais do tipo 1 construídas, com 249,87m de sistema viário implantados, totalizando 20.339,17m² de área urbanizada. A tabela 4 detalha as informações referentes às intervenções realizadas neste Parque.

Esse parque residencial dispõe de espaços livres de uso público entre as edificações, dotados de praça, quadra de esportes, calçadas e mobiliário urbano. A disposição das edificações no terreno e as distâncias mantidas entre elas garantem as condições de ventilação e iluminação natural, bem como a privacidade dos seus ocupantes. À semelhança dos demais conjuntos edificados, há um volume significativo de reclamações em relação ao isolamento acústico entre unidades habitacionais de um mesmo prédio.

Tabela 4: Resumo das Intervenções no Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Peres no âmbito da primeira edição do PROSAMIM

Componentes	Unidade	Tipo / Quantitativos	Total
Tipologia das UH	1,2 e 3	2	-
UH	quantidade	150	150
Praça	unidade	1	1
Sistema viário	m	249,87	249,87
Áreas urbanizadas	m ²	20.339,17	20.339,17

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

Figura 6: Vista Geral do Parque Residencial Professor José Jefferson Carpinteiro Péres, parque construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: Amazonas, 2011.

No que diz respeito aos aspectos de mobilidade, os moradores das quadras utilizam a rede de transportes que circula nas vias do entorno, sem necessidade de grandes deslocamentos para alcançar as paradas de ônibus mais próximas.

A quadra residencial é dotada de infraestrutura de abastecimento de água e energia elétrica, esgotamento sanitário e drenagem pluvial e dispõe dos serviços de iluminação pública e coleta de resíduos sólidos. As unidades habitacionais são conectadas individualmente aos serviços de abastecimento de água e energia elétrica, dispondo de medidores individuais. O serviço de esgotamento sanitário também é individualizado tendo cada UH a sua caixa de gordura. As lixeiras são coletivas dispostas ao longo das vias internas das quadras.

A localização da quadra residencial, distante da margem do igarapé do Quarenta, e as obras de canalização realizadas no igarapé, garantem a ausência de riscos de inundação ou deslizamento. As áreas verdes mantidas entre as edificações do Parque Residencial garantem a permeabilidade do solo.

Nesse parque residencial, o número de unidades residenciais ocupadas, total ou parcialmente, por instalações comerciais e de serviços é bastante elevado.

O **Parque Residencial Gilberto Mestrinho** possui 292 unidades habitacionais, unicamente da tipologia 3, construídas.

Nessa tipologia, os espaços livres de uso público entre as edificações são menos generosos que nas tipologias 1 e 2 sem que, no entanto, se perca a qualidade desses espaços.

Da mesma forma que nas tipologias 1 e 2, as áreas abertas são dotadas de calçadas, praças, mobiliário urbano e vegetação. A disposição das edificações no terreno e as distâncias mantidas entre elas garantem as condições de ventilação e iluminação natural, bem como a privacidade dos seus ocupantes.

O parque residencial Gilberto Mestrinho conta com infraestrutura de abastecimento de água e energia elétrica, esgotamento sanitário e drenagem pluvial e já estão implantados também a iluminação pública, o paisagismo e mobiliário urbano.

As unidades habitacionais encontram-se conectadas individualmente aos serviços de abastecimento de água e energia elétrica, dispondo de medidores individuais. O serviço de esgotamento sanitário também é individualizado tendo cada UH a sua caixa de gordura. As lixeiras são coletivas dispostas ao longo das vias de acesso aos diversos trechos do parque residencial. No entanto, foi verificado que se encontram em mau estado de conservação.

A localização da quadra residencial, distante da margem do igarapé do Quarenta, e as obras de canalização realizadas no igarapé, garantem a ausência de riscos de inundação ou deslizamento. As áreas verdes mantidas entre as edificações do Parque Residencial garantem a permeabilidade do solo. Observa-se nesse conjunto residencial, a presença de várias unidades residenciais sendo utilizadas total ou parcialmente por instalações comerciais.

Em cada parque residencial, uma unidade habitacional foi convertida em Escritório Local – ELO do Programa, cujo objetivo é atender as demandas imediatas dos moradores de cada parque. Em cada ELO são alocados profissionais multidisciplinares, como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, trabalhando em escalas para receber os moradores locais. Os ELO's estão preparados para registrar as ocorrências relacionadas ao dia-a-dia dos parques, orientar a população sobre como resolver problemas de convivência e cuidar do processo de encaminhamento de demandas que precisam de solução externa ou intervenção da equipe gestora do PROSAMIM.

De acordo com a UGPI, as principais queixas dos moradores, feitas por meio dos ELO's, estão relacionadas a problemas de infiltração nas edificações residenciais, isolamento acústico e falhas na iluminação causadas por roubos de fiação e também por ligações clandestinas, popularmente conhecidas como “gatos”. Os ruídos passam de uma UH para outra pelas paredes e pelo piso, de maneira que a privacidade é um dos temas mais recorrentes nas reclamações dos moradores junto aos ELOS instalados nos Parques Residenciais.

Quando chove, a água penetra nas paredes de tijolo sem revestimento, em especial nas tipologias 1 e 2, que apresentam plantas desencontradas com lajes em balanço e esquadrias desprotegidas. Nessas edificações, há relatos, também, de vazamentos nas instalações hidrossanitárias.

A entrega de correspondência é confusa, e é uma reclamação constante dos moradores. O endereçamento é indicado pelo nome do parque residencial e numeração do bloco. Apesar disso, a entrega da correspondência ainda é desorganizada: os Correios não fazem a entrega individual e a correspondência é colocada misturada dentro de uma caixa, alocada na varanda do prédio da base do Programa, na qual morador procura sua correspondência revirando todos os envelopes contidos na caixa. Vale ressaltar que todo o espaço construído para abrigar os parques residenciais é considerado como um conjunto de novas ruas da cidade, de maneira que o processo de regularização e inclusão desses endereços na lista oficial da cidade ainda não se concluiu. Essa situação provoca diversos problemas de ordem prática, a exemplo da questão acima relatada sobre a disposição de correspondências, além de dificuldades de instalação de linhas telefônicas e demais serviços que exigem inclusão desses endereços na lista oficial da Prefeitura de Manaus.

Como nem todas as casas do entorno estão conectadas com as redes de esgotamento sanitário implantadas, há casos de lançamento de esgoto da vizinhança em redes dos parques residenciais. Vale lembrar que há rede de esgotamento disponível para todas as edificações dos parques, mas o custo elevado da conta de água e esgoto acabam desestimulando alguns moradores a usufruir do serviço oferecido.

As unidades habitacionais construídas pelo PROSAMIM foram repassadas aos beneficiários em termos de concessão de uso, sendo a permanência no domicílio durante cinco anos a condição para o recebimento do título de propriedade.

Nas áreas em que a construção de moradias era contraindicada, foram construídos parques de lazer, no total de quatro unidades. São os Parques Urbanos 1) Desembargador Paulo Jacob, 2) Senador Jefferson Peres, 3) Bittencourt e 4) Largo Mestre Chico.

O Parque Urbano Desembargador Paulo Jacob, construído às margens do Igarapé Manaus, recebeu tratamento paisagístico com construção de calçadas, ciclovias, quadras de esportes, brinquedos, vegetação e mobiliário urbano. Também foram implantadas redes de infraestrutura de abastecimento de água e de energia elétrica, redes de esgotamento sanitário e

drenagem pluvial, além dos serviços de iluminação pública, de manutenção e de coleta de resíduos sólidos. O acesso ao parque é feito por escadas e caminhos que fazem a conexão entre ele e as vias do entorno, e a acessibilidade dos portadores de dificuldades de locomoção é garantida. O cheiro de esgoto característico deste parque se justifica pelo fato de o corpo d'água continuar recebendo efluentes lançados à montante.

Figura 7: Igarapé Manaus – Parque Urbano Desembargador Paulo Jacob construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

No trecho correspondente ao **Parque Urbano Senador Jefferson Peres**, tanto o igarapé Manaus como o Bittencourt sofreram intervenções no seu curso, transformando-os em canais a céu aberto. Os canais foram dimensionados para acomodar tanto o regime de enchentes do rio Negro como o de vazões dos igarapés.

O terreno recebeu tratamento paisagístico constituído de implantação de calçadas e ciclovias, quadras esportivas, construção de quiosques e sanitários, implantação de mobiliário urbano, iluminação especial, orquidário, fonte luminosa, espaço para eventos, cercamento e recuperação das pontes da Avenida 7 de Setembro sobre os igarapés Manaus e Bittencourt.

Em toda a área do parque foram implantadas redes de infraestrutura de abastecimento de água e de energia elétrica, redes de esgotamento sanitário e drenagem pluvial, além dos serviços de iluminação pública, irrigação e coleta de resíduos sólidos.

O Parque Urbano Senador Jefferson Peres recebeu tratamento paisagístico diferenciado, tanto na tipologia das edificações, mobiliário urbano e equipamentos de lazer, quanto nas características da vegetação, sendo o parque que mais chama a atenção em termos de beleza e arrojo do projeto arquitetônico.

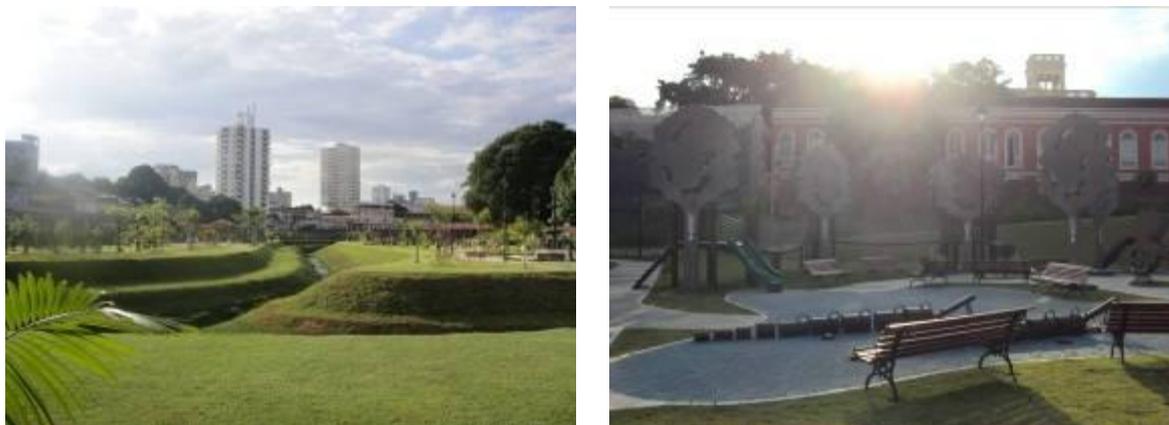
O cheiro de esgoto característico deste parque, assim como no Parque Urbano Desembargador Paulo Jacob, se justifica pelo fato de o corpo d'água continuar recebendo efluentes lançados à montante.

O acesso ao parque é feito por escadas e rampas que o conectam às vias do entorno. A acessibilidade dos portadores de dificuldades de locomoção é garantida em vários pontos do parque.

A primeira etapa de implantação do **Parque Urbano Bittencourt** constituiu-se em tratamento paisagístico, com implantação de calçadas, ciclovias, quiosques, quadras de esportes, brinquedos, vegetação e mobiliário urbano. Nessa etapa também foram implantadas redes de infraestrutura de abastecimento de água e de energia elétrica, redes de esgotamento sanitário e drenagem pluvial, além dos serviços de iluminação pública e de coleta de resíduos sólidos.

O acesso ao parque é feito pelas vias que o circundam, por meio de escadas e caminhos que o conectam a essas vias. A acessibilidade é dificultada pelos taludes existentes ao longo das vias que o circundam, instalados visando ao nivelamento do terreno para construção do parque. Há apenas uma opção de acesso aos portadores de dificuldades de locomoção. O cheiro de esgoto característico deste parque, assim como nos dois parques anteriores, se justifica pelo fato de o corpo d'água continuar recebendo efluentes lançados à montante.

Figura 8: Vista geral do Parque Urbano Senador Jefferson Peres construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

Figura 9: Vista geral e acessos do Parque Urbano Bittencourt construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

A segunda etapa do Parque Urbano Bittencourt encontra-se em fase de execução, onde estão sendo construídas vias de acesso, calçadas e estacionamentos, além de iluminação especial e tratamento paisagístico, ainda como obras do escopo do PROSAMIM I.

A bacia do igarapé Mestre Chico foi contemplada com o **Parque Urbano Largo Mestre Chico**, onde foram realizadas as seguintes intervenções: implantação de calçadas, cicloviarias, quadras esportivas, construção de quiosques e sanitários, implantação de mobiliário urbano, iluminação especial, tratamento paisagístico e recuperação da Ponte Benjamin Constant. Também foram implantadas redes de infraestrutura de abastecimento de água e de energia elétrica, redes de esgotamento sanitário e drenagem pluvial, além dos serviços de iluminação pública e de coleta de resíduos sólidos.

O acesso ao parque é feito por meio de escadas e caminhos que conectam o parque às vias próximas. A acessibilidade dos portadores de dificuldades de locomoção é garantida em vários pontos de conexão do parque com as vias do entorno.

Uma das especificidades desse parque é a proximidade com a Ponte Benjamin Constant, um marco histórico da cidade de Manaus que teve sua estrutura de ferro recuperada e recebeu iluminação especial a partir da execução da primeira etapa do PROSAMIM. A ponte encontra-se em ótimo estado de conservação. Restaurada e dotada de iluminação especial, tornou-se um elemento de composição do Parque Urbano Largo Mestre Chico e cartão postal da cidade de Manaus.

O cheiro de esgoto característico deste parque, assim como nos três parques anteriores, se justifica pelo fato de o corpo d'água continuar recebendo efluentes lançados à montante.

Figura 10: Imagens do Parque Urbano Largo Mestre Chico construído no âmbito da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

Figura 11: Ponte Benjamin Constant construída no âmbito da primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011.

A tabela 5 apresenta os números relativos às obras já realizadas pelo PROSAMIM I para este componente, tendo como data de corte o mês de julho de 2011.

Tabela 5: Quantitativos executados por etapa, referentes ao componente Urbanístico/Ambiental da primeira edição do PROSAMIM.

OBRAS EXECUTADAS POR ETAPAS DO PROGRAMA					
Indicadores PMR	Und.	PROSAMIM I Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	Contrapartida Igarapés da Cachoeirinha e um trecho do Quarenta	PROSAMIM SUPLEMENTAR Continuação Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico	Total
Obras da Macro e Micro drenagem Executadas					
Canais Construídos e reabilitados	m	1.620,00	1.840,00	-	3.460,00
Galerias construídas	m	1.674,45	154,00	1.576,07	3.404,52
Coletores de Águas Pluviais Construídos	m	6.065,74	5.571,53	7.800,60	19.437,87
Reordenamento Urbano e Reassentamento					
Unidades Habitacionais Construídos	un	1.261,00	-	498,00	1.759,00
Infraestrutura Habitacional	ha	18,28	-	1,59	19,87
Parques e Vias Urbanas					
Parques Urbanos Implantados	ha	17,42	4,54	2,350	24,31
Sistema Viário	m	4.427,03	4.997,00	4.831,18	14.255,21
Sistema de Esgotamento Sanitário	m	57.001,27	-	22.253,00	79.254,27
Ponte de Ferro	m	1	-	-	1

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

A tabela 6 apresenta o resumo do cumprimento das metas estabelecidas para a realização do Programa, em seus dois subcomponentes, tendo como data de corte o mês de dezembro de 2010.

Tabela 6: Quadro resumo do cumprimento das metas do PROSAMIM I até a data de dezembro de 2010, referentes aos dois componentes do Programa: Social e Urbanístico/Ambiental.

OBRAS EXECUTADAS POR ETAPAS DO PROGRAMA				
Indicadores PMR	und	Planejado	Executado	A Executar
Drenagem	m	26.302,39	17.920,36	8.382,03
Canais Construídos e reabilitados	m	3.460,00	3.460,00	-
Galerias construídas	m	3.404,52	2.047,71	1.356,81
Coletores de Águas Pluviais Construídos	m	19.437,87	12.412,65	7.025,22
Habitação	un	1.759,00	1.751,00	8,00
Unidades Habitacionais Construídos	un	1.759,00	1.751,00	8,00
Infraestrutura Habitacional	ha	19,87	19,43	0,44
Urbanismo	ha	24,31	21,96	2,35
Parques Urbanos Implantados	ha	24,31	21,96	2,35
Sistema Viário	m	14.255,21	11.087,95	3.167,26
Ponte de Ferro	un	1,00	1,00	-
Saneamento	m	79.254,27	55.949,37	23.304,90

Fonte: AMAZONAS, 201

b) Componente Social

O componente social do Programa foi estruturado com o objetivo de atender demandas relacionadas ao próprio processo do remanejamento das famílias para novas moradias e para cumprir metas de inclusão social da população beneficiada.

As atividades deste componente abrangeram:

- Remanejamento de famílias e concessão de soluções habitacionais, incluindo concessão de benefícios intermediários como bolsa-aluguel para os moradores que foram designados para os parques residenciais;
- Acompanhamento social visando à adaptação das famílias às novas moradias nos parques residenciais;
- Cursos de capacitação e treinamento, com posterior alocação no mercado de trabalho;
- Desenvolvimento de projetos e atividades de educação ambiental;
- Desenvolvimento de atividades visando ao fomento da participação comunitária.

Todas essas atividades foram previstas em diferentes planos de ação desenvolvidos para orientar a execução do PROSAMIM. Esses planos foram unificados no Plano Executivo de Participação Comunitária, o PEPAC (AMAZONAS, 2007a), uma fusão de planos de atividades anteriormente elaborados de maneira independente. O documento unifica as especificações do Plano de Ações para Reposição de Moradia, do Remanejamento e Inclusão Social (AMAZONAS, 2005), do Plano Específico de Remanejamento (AMAZONAS, 2007) e do Plano de Participação Comunitária (AMAZONAS, 2004) e do Plano de Educação Ambiental (AMAZONAS, sem data) em um único instrumento de ação.

Os pressupostos que orientaram a formulação do documento levam em consideração a importância da participação da comunidade afetada na construção da política pública, desde o planejamento até a execução, abrindo formalmente o espaço de participação necessário à intervenção dos beneficiários no Programa.

“A concepção de desenvolvimento que norteou a elaboração desse Projeto está fundamentada na visão de que a participação da população é indispensável ao processo de gestão, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas. O processo de gestão pretendida considera o cidadão, conjuntamente com o Estado, responsável pela administração e gestão das cidades, devendo buscar, em sua administração, a integração institucional, a descentralização gerencial, o diálogo

democrático e a participação da sociedade, adotando a negociação transparente e responsável de conflitos de interesses como forma privilegiada de superar as diferenças de uso do espaço público”. (AMAZONAS, 2007a:10)

Essa participação dos beneficiários se deu por meio de representantes formais de associações comunitárias dos bairros afetados pelas remoções de palafitas, além da participação difusa de beneficiários que se dispuseram a compartilhar as atividades de negociação com a equipe do Programa. Tentou-se promover uma relação de troca própria das gestões participativas, “como parte integrante do trabalho a ser realizado na identificação dos problemas e potencialidades, bem como na formulação de estratégias para a solução” (AMAZONAS, 2007a: 20-21).

O PEPAC foi publicado em janeiro de 2007 e tem como objetivos

“Contribuir com o processo de organização comunitária das comunidades, foco das ações do PROSAMIM, investindo na promoção do capital humano, capital social e no fortalecimento da cidadania, (...) [com vistas a] promover a participação ativa da população beneficiária, direta ou indiretamente, do PROSAMIM nas ações de remanejamento e readequação urbana e ambiental” (AMAZONAS, 2007a : 11).

Para tanto, foi prevista uma série de ações estratégicas, a serem desenvolvidas a partir de seis eixos principais de atuação, na busca de cumprir as metas globais do Componente Social do Programa.

- Eixo 1 – Mobilização, Organização e Informação das Comunidades.
- Eixo 2 – Ações integradas e Apoio à Execução do PER.
- Eixo 3 – Ações Integradas de Apoio a Reinstalação de Atividades Econômicas, Qualificação Profissional, Geração de Renda e Inclusão Social.
- Eixo 4 – Ações integradas e de apoio a Execução do PEA.
- Eixo 5 – Acompanhamento Técnico e social Pós Reassentamento.
- Eixo 6 – Gestão e Monitoramento do Programa

Para cada eixo foram elencadas uma série de atividades relacionadas, as quais apresento e comento de forma breve, juntamente com os resultados parciais aferidos até a data de outubro de 2010, data de corte da avaliação externa das atividades deste componente. Ao todo, foram avaliados 17 meses de realização de atividades relacionadas ao PEPAC, monitoradas por meio dos relatórios gerenciais mensais produzidos pela equipe da UGPI.

Para o **Eixo 1 – Mobilização, Organização e Informação das Comunidades**, o PEPAC prevê a realização de seis grandes metas, listadas abaixo:

- i. Implantação e funcionamento dos Escritórios de Gestão Compartilhada;
- ii. Implementação da Gestão Compartilhada e Participativa;
- iii. Realização de eventos lúdicos e coletivos;
- iv. Capacitação dos atores diretamente envolvidos no PROSAMIM, a exemplo do Grupo de Apoio Local (GAL), Conselho de Representantes da Comunidade (CRC) e Conselho de Crises (ConCri);
- v. População organizada em associações e ou grupos pro ativos;
- vi. Servidores/Colaboradores capacitados, frente às ações do Programa.

Foram registradas diversas atividades que se propuseram a cumprir as metas estabelecidas pelo eixo, dentre as quais se destacam as reuniões informativas, encontros/capacitação do GAL/CRC/ConCri e de associações comunitárias.

As reuniões informativas consistiram em realização de palestras, encontros e eventos, cujo objetivo foi informar sobre o Programa de uma forma geral, atendendo a populações que ainda tenham tido pouco ou nenhum contato com o PROSAMIM.

Os encontros e capacitações do GAL/CRC/Concri consistiram em encontros e capacitações dos grupos formados pelo programa para intermediar o diálogo entre equipe gestora e população beneficiária, configurando reuniões de aproximação dos agentes do programa com a população local.

Já as capacitações de associações comunitárias foram encontros e eventos de capacitação, organização ou orientação de associações comunitárias visando à melhor articulação das lideranças locais para dialogar com a comunidade e com a equipe gestora do programa.

A tabela 7 apresenta o resumo das estatísticas das atividades realizadas neste eixo de atuação.

Tabela 7: Resumo das Atividades Realizadas no Eixo 1– Mobilização, Organização e Informação das Comunidades no âmbito da primeira edição do PROSMIM

AÇÕES E ATIVIDADES PEPAC							
EIXO 1: Mobilização, organização e informação das comunidades		Total de Atividades no Período*	Total de Beneficiários/ Participantes das atividades	Total de Meses com ocorrência das Atividades	Total de Meses sem ocorrência da Atividade	Média de Atividades por mês	Média de Beneficiários/ Participantes por mês
Tipo de Atividade	1 - Reuniões Informativas	30	1.898	12	5	1,7	111,6
	2 - Encontros/ capacitação da GAL/ CRC/Concri	74	312	13	4	4,4	18,3
	3 - Eventos Lúdicos (inclusive Inaugurações de Parque)	7	4.618	6	11	0,4	271,6
	4 - Distribuição de Informativos/Atendimento Site	102	346	11	6	6,0	20,3
	1 - Encontros / Capacitação de associações comunitárias	9	438	9	8	0,5	25,7
	2 - Visitas Técnicas	3	4	3	14	0,1	0,23
	3 - Reuniões técnicas	18	Não Informado	9	8	1,0	-
	4 - Capacitação de funcionários do PROSAMIM	3	22	3	14	0,1	1,2
	5 - Atendimento a Comunidade Acadêmica	58	58	12	5	3,4	3,4
Total Eixo 1		304	7.696	-	-	-	-

* período de junho de 2009 a outubro de 2010

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

O **Eixo 2 – Ações integradas e Apoio à Execução do PER** prevê a realização de duas grandes metas, listadas abaixo:

- i. População afetada pelas obras orientada para escolha da opção do remanejamento;
- ii. População optante pelas Unidades da Quadra Bairro satisfeita com vizinhos.

Entre as atividades realizadas para cumprir as duas metas acima indicadas, destacaram-se as reuniões informativas/deliberativas, os atendimentos individuais, as visitas domiciliares e os relatórios técnicos.

As reuniões informativas/deliberativas consistiram em reuniões, palestras, encontros e eventos cujo objetivo foi informar/deliberar sobre questões específicas do Programa, como escolha de solução, informação sobre soluções, informações sobre reassentamentos, entre outras questões específicas. O público-alvo eram pessoas que já estiveram em contato com o Programa em algum evento anterior de caráter mais genérico e que estavam diretamente relacionadas com o reassentamento.

Os atendimentos individuais consistiram em reuniões individuais ou com pequenos grupos para esclarecimento de dúvidas, assinatura de documentos, entrega de certificados de participação em cursos, entre outros eventos cujo público e interesse fossem restritos.

Já as visitas domiciliares consistiram no envio de técnicos do Programa cujo objetivo foi atestar situações de risco, diagnosticar ou interferir em situações problemáticas, usualmente realizadas antes e durante o processo de remanejamento de famílias beneficiárias, mas também acionadas de acordo com as necessidades ocasionais.

Os relatórios técnicos compõem o processo de reassentamento de cada família, com informações das áreas de engenharia e da área social, além da avaliação do imóvel, traçando um mapa de informações completo sobre a participação do cidadão no Programa.

A tabela 8 apresenta o resumo das estatísticas das atividades realizadas neste eixo de atuação.

Tabela 8: Resumo das Atividades Realizadas no Eixo 2 – Ações integradas e Apoio à Execução do PER no âmbito da primeira edição do PROSMIM

AÇÕES E ATIVIDADES PEPAC							
Eixo 2: Ações Integradas de Apoio à Execução do PER		Total de Atividades Observadas no Período	Total de Beneficiários/ Participantes das atividades	Total de Meses com ocorrência das Atividades	Total de Meses sem ocorrência da Atividade	Média de Atividades por mês	Média de Beneficiários/ Participantes por mês
Tipo de Atividade	1 - Reuniões informativas / deliberativas	43	1.304	11	6	2,5	76,7
	2 - Atendimento Individual	2.524	2.524	17	0	148,4	148,4
	3 - Visitas Domiciliares	989	989	17	0	58,1	58,1
	4 - Demolições	992	992	15	2	58,3	58,3
	5 - Relatórios Técnicos	559	559	7	10	32,8	32,8
Total Eixo 2		5.107	6.368	-	-	-	-

* período de junho de 2009 a outubro de 2010

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

O **Eixo 3 – Ações Integradas de Apoio a Reinstalação de Atividades Econômicas, Qualificação Profissional, Geração de Renda e Inclusão Social**, teve como meta os itens a seguir:

- i. População orientada para exercer atividades empreendedoras;
- ii. População inserida socialmente.

Para realizar as metas acima indicadas, foram consideradas as atividades destacadas como Encaminhamentos para mercado de trabalho e Oficinas/cursos.

Os encaminhamentos para mercado de trabalho consistem nos registros de encaminhamentos de beneficiários para atividades remuneradas provenientes de convênios entre PROSAMIM e órgãos externos de apoio à recolocação profissional ou outros tipos de parcerias, enquanto oficinas e cursos se referem a Eventos de curta ou longa duração preparados para capacitar beneficiários em atividades profissionalizantes ou de educação, em diferentes níveis.

A tabela 9 apresenta o resumo das estatísticas das atividades realizadas neste eixo de atuação.

Para o **Eixo 4 – Ações integradas e de apoio a Execução do PEA**, foram elencadas as seguintes metas:

- i. Estudantes conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente;
- ii. Preparar a população para aumentar a renda familiar como o reaproveitamento de materiais (reciclagem);
- iii. Conjuntos habitacionais arborizados com praças jardinadas.

Oficinas, palestras e eventos lúdicos foram realizados na tentativa de cumprir as metas propostas. Foram consideradas oficinas e palestras Eventos de curta ou média duração preparados para capacitar e orientar beneficiários a respeito de temas relacionados ao ambiente e à sustentabilidade, tendo como subproduto o desenvolvimento de habilidades para geração de renda por meio da utilização de recursos naturais. Já os eventos lúdicos foram eventos de curta duração, cujo objetivo foi sensibilizar a comunidade para as questões ambientais e despertar o senso de responsabilidade dos beneficiários para o tópico sustentabilidade.

A tabela 10 apresenta o resumo das estatísticas das atividades realizadas neste eixo de atuação.

Tabela 9: Resumo das atividades no Eixo 3 – Ações Integradas de Apoio a Reinstalação de Atividades Econômicas, Qualificação Profissional, Geração de Renda e Inclusão Social no âmbito da primeira edição do PROSMIM

AÇÕES E ATIVIDADES PEPAC							
Eixo 3: Ações integradas de apoio a reinstalação de atividades econômicas		Total de Atividades Observadas no Período	Total de Beneficiários/ Participantes das atividades	Total de Meses com ocorrência das Atividades	Total de Meses sem ocorrência da Atividade	Média de Atividades por mês	Média de Beneficiários/ Participantes por mês
Tipo de Atividade	1 - Reuniões informativas	6	Não Informado	6	11	0,3	0,0
	2 - Oficinas/Cursos	37	795	15	2	2,1	46,7
Total Eixo 3		43	795	-	-	-	-

* período de junho de 2009 a outubro de 2010

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

Tabela 10: Resumo das atividades no Eixo 4 – Ações integradas e de apoio a Execução do PEA no âmbito da primeira edição do PROSMIM

AÇÕES E ATIVIDADES PEPAC							
Eixo 4: Ações integradas e de apoio à execução do PEA		Total de Atividades Observadas no Período	Total de Beneficiários/ Participantes das atividades	Total de Meses com ocorrência das Atividades	Total de Meses sem ocorrência da Atividade	Média de Atividades por mês	Média de Beneficiários/ Participantes por mês
Tipo de Atividade	1 - Oficinas/ Palestras/visitas	59	4.999	12	5	3,4	294
	2 - Eventos Lúdicos	22	17.763	15	2	1,2	1.044,8
	3 - Reuniões	21	235	7	10	1,2	13,8
Total Eixo 4		102	22.997	-	-	-	-

* período de junho de 2009 a outubro de 2010

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

O Eixo 5 – Acompanhamento Técnico e social Pós Reassentamento, por sua vez, objetivou os seguintes aspectos:

- i. Beneficiário conhecendo o imóvel e seu entorno e usando-o corretamente;
- ii. Beneficiários com os documentos da moradia regularizados;
- iii. Beneficiário informado quanto ao uso adequado dos espaços e equipamentos públicos;
- iv. Consolidar ações de educação sanitária e ambiental;
- v. Consolidar ações de inclusão social;
- vi. Desenvolver a avaliação integrada Pós-ocupação.

Foram associadas a essas metas o registro de ocorrências, as visitas domiciliares pós-reassentamento, o monitoramento/pesquisa de satisfação e as reuniões e atendimentos individuais.

O registro de ocorrência consiste em relatar problemas estruturais, conflitos com vizinhos, entre outros eventos que necessitem de intervenção da equipe gestora para solucionar dificuldades entre os beneficiários.

As visitas domiciliares de pós-reassentamento são visitas domiciliares aos moradores dos parques residenciais e dos Conjuntos Habitacionais, cujo objetivo é monitorar o cumprimento do Manual da Casa e do Código de Etiqueta Urbana⁶, entre outras demandas pontuais.

O monitoramento/pesquisa de satisfação consistiu na realização da pesquisa Avaliação Integrada Pós-ocupação, elaborada para avaliar a situação das famílias depois do remanejamento, tendo sido previstas no PEPAC duas aplicações: a primeira depois de 06 meses de remanejamento e a segunda aplicação depois de 2 anos.

Por fim, as reuniões e atendimentos individuais trataram de assuntos relacionados às demandas dos beneficiários já reassentados.

⁶ O Manual da Casa é um documento em formato de cartilha que é entregue aos moradores no ato da entrega da casa. A equipe do Programa que acompanha o beneficiário ressalta as questões mais importantes referentes ao uso e manutenção das unidades habitacionais e a formas de cuidado e zelo com a unidade habitacional entregue, tanto nas áreas privadas quanto nas de uso comum. O Código de Etiqueta Urbana, por sua vez, é uma cartilha que dá instruções sobre boas maneiras, convívio entre vizinhos em habitações de padrão vertical, entre outras questões de convivência que se mostraram problemáticas depois do remanejamento das primeiras famílias beneficiárias do Programa.

A tabela 11 apresenta o resumo das estatísticas das atividades realizadas neste eixo de atuação.

Para o **Eixo 6 – Gestão e Monitoramento do Programa**, o PEPAC previu a realização de duas grandes metas, listadas abaixo:

- i. Nivelamento das informações para as equipes de execução das ações de remanejamento e participação comunitária;
- ii. População conhecedora e participante das fases de execução e pós-execução.

As metas listadas nesse eixo foram contempladas nos eixos 01, 02 e 05 sendo que os principais resultados obtidos foram significativos, conforme especificados nos itens referentes ao monitoramento desses eixos.

Vale ressaltar que as estatísticas aqui apresentadas para o componente social do Programa foram medidas a partir de ferramentas disponibilizadas pela UGPI, quais sejam, os relatórios de gerenciamento mensais e semestrais do PROSAMIM. Há que se ressaltar que esses relatórios têm graves problemas na definição de parâmetros de registro de informações, o que impede que se tenha certeza a respeito da confiabilidade dos números nele disponíveis. Ademais, sabe-se que muitas das atividades realizadas deixaram de ser registradas nesses relatórios, de maneira que a muitas das informações a respeito de ações voltadas para a área social do Programa foram obtidas informalmente e, conseqüentemente, deixadas de fora dessa análise quantitativa que aqui se finaliza.

Tabela 11: Resumo das atividades no Eixo 4 – Acompanhamento Técnico e social Pós Reassentamento no âmbito da primeira edição do PROSMIM

AÇÕES E ATIVIDADES PEPAC							
Eixo 5: Acompanhamento Técnico e Social do Pós-Reassentamento		Total de Atividades Observadas no Período	Total de Beneficiários/ Participantes das atividades	Total de Meses com ocorrência das Atividades	Total de Meses sem ocorrência da Atividade	Média de Atividades por mês	Média de Beneficiários/ Participantes por mês
Tipo de Atividade	Ocorrências	313	313	8	9	18,41	18,4
	1 - Visitas domiciliares pós-reassentamento	2.299	2.299	15	2	135,24	135,2
	2 - Monitoramento / Pesquisa de satisfação	50	610	10	7	2,94	35,8
	3 - Reuniões / atendimentos individuais	965	1.012	14	3	56,76	59,5
Total Eixo 5		3.627	4.234	-	-	-	-

* período de junho de 2009 a outubro de 2010

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

Capítulo 5 – Análise de Dados

Aqui apresento o segundo conjunto de dados quantitativos e qualitativos colhidos no âmbito desta pesquisa. Esses dados, como dito no início deste trabalho, são provenientes da aplicação de *survey*, idealizado para aferir mudanças na realidade dos beneficiários do PROSAMIM, em comparação com o período anterior à participação no Programa e das entrevistas realizadas por mim entre os beneficiários das duas soluções habitacionais escolhidas para esse estudo.

Aqui, só irei tratar dos dados que se referem aos beneficiários que receberam as soluções habitacionais Casa no Conjunto Habitacional e Unidade Habitacional. Mas antes de entrar nos dados das pesquisas propriamente ditas, valem algumas considerações a respeito da concessão dos benefícios na primeira edição do PROSAMIM, para que seja possível entender em que contexto foram inseridas essas pessoas na política pública estudada.

Até outubro de 2010, data de corte da avaliação social do Programa, 5.232 soluções habitacionais tinham sido concedidas. De fato, o total de famílias beneficiadas não coincide com esse número, uma vez que algumas pessoas receberam mais de uma solução, seja por possuir mais de um imóvel na região afetada, seja em função das diferentes relações de uma mesma família com um único imóvel. Por exemplo, famílias que mantinham outro núcleo familiar agregado no terreno do imóvel acabaram gerando a concessão de mais de uma solução habitacional, a fim de atender a todos os afetados do domicílio. Dessa maneira, proprietários receberam opções de compensações financeiras (bônus ou indenização) ou unidade habitacional localizadas em um dos parques residenciais, enquanto inquilinos/cedidos receberam a opção de ir para áreas mais distantes do centro da cidade, nos conjuntos habitacionais, onde se aplicam as políticas habitacionais do governo do estado, na figura institucional da Superintendência de Habitação do Governo do Estado do Amazonas – SUHAB.

Desse modo, o PROSAMIM I ofereceu soluções habitacionais para todos os envolvidos com o domicílio afetado, fossem eles cedidos, inquilinos ou proprietários. As soluções variavam de acordo com essa relação, embora ninguém tenha ficado, nesta edição do Programa, sem uma solução habitacional, ou seja, sem receber alguma quantia em dinheiro ou um apartamento ou casa em algum local da cidade.

A concessão de benefícios variou, como dito anteriormente, de acordo com os seguintes critérios:

- Bônus: benefício oferecido a proprietários de imóveis com valor inferior a R\$ 21.000,00;
- Casa em Conjunto Habitacional: benefício oferecido a pessoas que moram em casa alugada ou cedida, sendo a nova moradia localizada fora da área de intervenção, em conjuntos habitacionais que atendem à política habitacional do Estado;
- Indenização ao Proprietário Morador: benefício oferecido a proprietários moradores de imóvel com valor superior a R\$ 21.000,00;
- Unidade Habitacional: benefício oferecido a proprietários moradores, sendo a moradia construída na mesma área ou em áreas próximas daquelas de onde foram removidas as moradias originais.

Entre os anos de 2005 e 2010, a concessão de benefícios ficou assim distribuída, conforme demonstra a tabela 12.

Tabela 12: Resumo das Soluções de Reposição de Moradia concedidas no âmbito da primeira edição do PROSMIM

Igarapé	Tipo de Solução	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Quarenta	Bônus	457	453	35	4	1	0	950
	Casa conjunto Habitacional	266	135	40	65	8	1	515
	Indenização Morador Proprietário	191	181	95	17	25	0	509
Subtotal		914	769	170	86	34	1	1974
Cachoerinha	Bônus	498	140	10	15	0	0	663
	Casa conjunto Habitacional	205	56	15	6	2	0	284
	Indenização Morador Proprietário	227	84	27	6	0	0	344
Subtotal		930	280	52	27	2	0	1291
Manaus	Bônus	0	35	24	3	0	0	62
	Casa conjunto Habitacional	0	4	27	7	1	0	39
	Unidade Habitacional	0	0	320	126	38	1	485
	Indenização Morador Proprietário	0	35	127	83	14	0	259
Subtotal		0	74	498	219	53	1	845
Bittencourt	Bônus	0	14	16	8	4	1	43
	Casa conjunto Habitacional	0	10	11	0	3	0	24
	Unidade Habitacional	0	0	98	94	2	0	194
	Indenização Morador Proprietário	0	0	3	8	24	16	51
Subtotal		0	24	128	110	33	17	312
Mestre Chico	Bônus	9	140	106	18	2	0	275
	Casa conjunto Habitacional	10	69	37	15	20	1	152
	Unidade Habitacional	0	0	0	135	158	0	293
	Indenização Morador Proprietário	5	4	3	16	42	20	90
Subtotal		1.868	1.360	994	626	344	40	5.232

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

De acordo com os dados apresentados nos relatórios, até outubro de 2010, foram aplicadas 5.232 soluções, sendo o ano de 2005 o que concentrou o maior número de remanejamentos, realizados nos igarapés Quarenta, Cachoerinha e Mestre Chico. A partir de 2006, os igarapés Manaus e Bittencourt também iniciam as ações de remanejamento.

O fato de os anos de 2005 e 2006 concentrarem o maior número de remanejamentos demonstra que os dados coletados durante a avaliação do reassentamento poderiam avaliar o impacto das ações realizadas com até 05 anos de intervalo entre a solução aplicada e a aplicação dos questionários, dando uma margem temporal potencialmente rica para as análises sobre o impacto do Programa na vida dos beneficiários.

Em relação às soluções de compensação financeira concedidas pela primeira edição do Programa, pode-se ver sua distribuição por igarapé beneficiado para o intervalo de 2005 a 2010, conforme demonstra a tabela 13.

As soluções de compensação financeiras foram mais aplicadas nos anos de 2007 e 2008, sendo os igarapés Mestre Chico e Manaus aqueles que mais optaram por essas soluções. Destaca-se o fato de a solução de Indenização ao Morador Não Proprietário aquela mais aplicada em todos os casos.

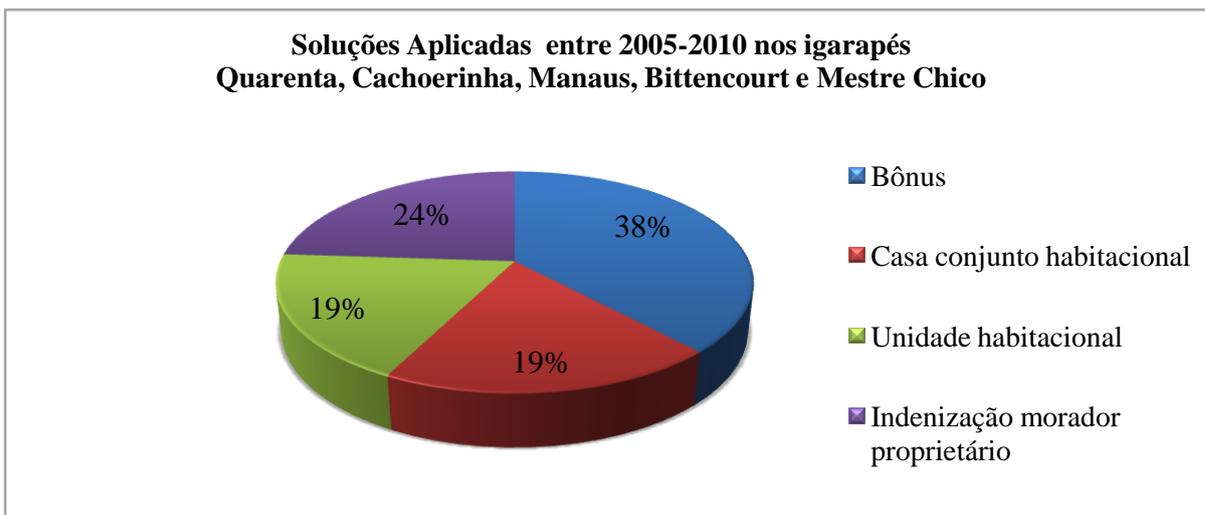
Tabela 13: Resumo das Soluções de Compensação Financeira concedidas no âmbito da primeira edição do PROSMIM

Igarapé	Tipo de Solução	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Quarenta	Indenização Morador Não Proprietário	84	44	16	16	18	0	178
	Indenização Bem de Herança	11	5	6	5	8	0	35
Subtotal		95	49	22	21	26	0	213
Cachoeirinha	Indenização Morador Não Proprietário	35	14	1	1	0	0	51
	Indenização Bem de Herança	2	0	0	0	0	0	2
Subtotal		37	14	1	1	0	0	53
Manaus	Indenização Morador Não Proprietário	0	36	112	47	8	0	203
	Indenização Bem de Herança	0	3	16	30	10	0	59
Subtotal		0	39	128	77	18	0	262
Bittencourt	Indenização Morador Não Proprietário	0	30	50	54	15	0	149
	Indenização Bem de Herança	0	0	8	6	16	7	37
Subtotal		0	30	58	60	31	7	186
Mestre Chico	Indenização Morador Não Proprietário	2	75	124	105	31	0	337
	Indenização Bem de Herança	1	2	12	12	15	12	54
Subtotal		3	77	136	117	46	12	391
Total		135	209	345	276	121	19	1105

Fonte: AMAZONAS, 2011a.

Comparando todos os anos apresentados nos relatórios, a solução mais aplicada entre os igarapés Quarenta, Cachoerinha, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico foi Bônus, com 38% do total de soluções aplicadas, conforme demonstra o gráfico 1.

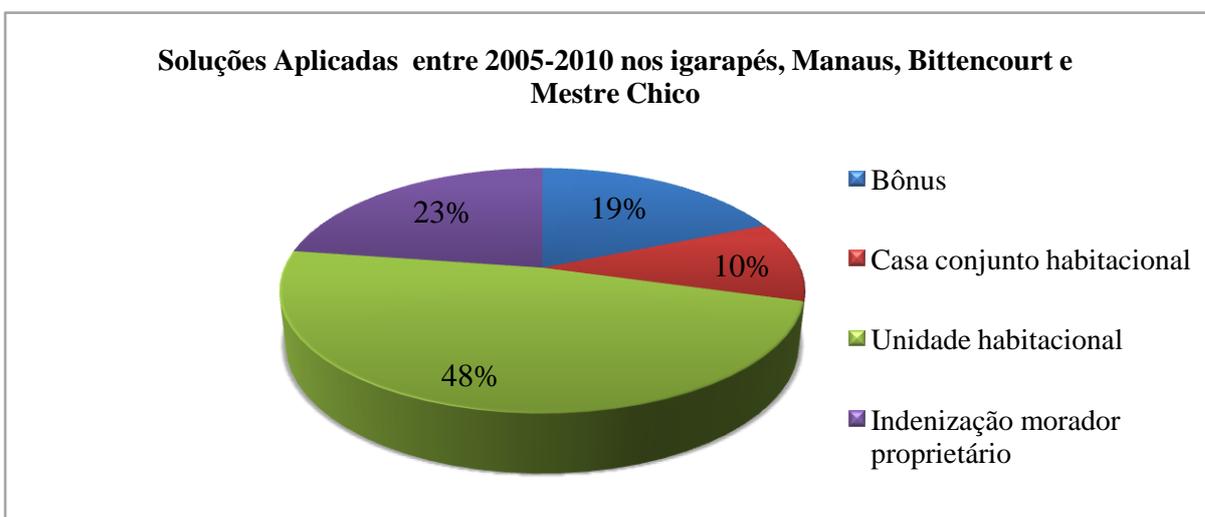
Gráfico 1: Percentual de Soluções de Reassentamento nos igarapés Quarenta, Cachoerinha, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico concedidas no período de 2005-2010 na primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011a.

Se considerarmos apenas os igarapés financiados com recursos do BID, ou seja, os igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, a solução mais aplicada foi a Unidade Habitacional, com 48% do total das soluções aplicadas, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual de Soluções de Reassentamento nos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico concedidas no período de 2005-2010 na primeira edição do PROSAMIM



Fonte: AMAZONAS, 2011a.

É importante que se faça essa distinção a respeito dos igarapés contemplados com recursos do BID em comparação àqueles financiados pelo Governo/CAIXA porque apenas os primeiros receberam acompanhamento de pós-reassentamento, incluídas aí as atividades de educação ambiental, adaptação à nova moradia e capacitação profissional.

São de se questionar os motivos pelos quais os igarapés da contrapartida não tiveram os mesmos procedimentos de execução do trabalho aplicados aos beneficiários contemplados com financiamento do BID. Até que ponto dependem dessas atividades os resultados de longo prazo da realização de um programa como esse? Esse assunto, por si só, é tema de outra ampla pesquisa, mas, em minha opinião, vale a pena o questionamento, desde já.

Essa dissertação focaliza, então, 38% da população beneficiada pela primeira edição do PROSAMIM, sendo 19% aqueles que receberam a solução Casa no Conjunto Habitacional e outros 19%, Unidade Habitacional.

Os motivos da escolha dessas duas soluções apenas, Casa no Conjunto Habitacional e Unidade Habitacional, foram dois: o fato de serem as únicas soluções nas quais o recebimento do benefício era obrigatoriamente caracterizado por uma edificação, portanto, comparáveis entre si em termos de padrões de habitação popular; e o fato de haver controle do destino do beneficiário depois da concessão do benefício, já que, depois de receber a compensação financeira, os beneficiários de bônus e indenização não precisam informar local de destino nem as finalidades com as quais foram utilizados os recursos recebidos pelo Programa. Assim, talvez não fosse possível encontrar os beneficiários dessas soluções (indenização e bônus) entrevistados pela pesquisa quantitativa, dado o lapso temporal entre um tipo de pesquisa e o outro e a tendência de deslocamentos contínuos das populações de menor poder aquisitivo.

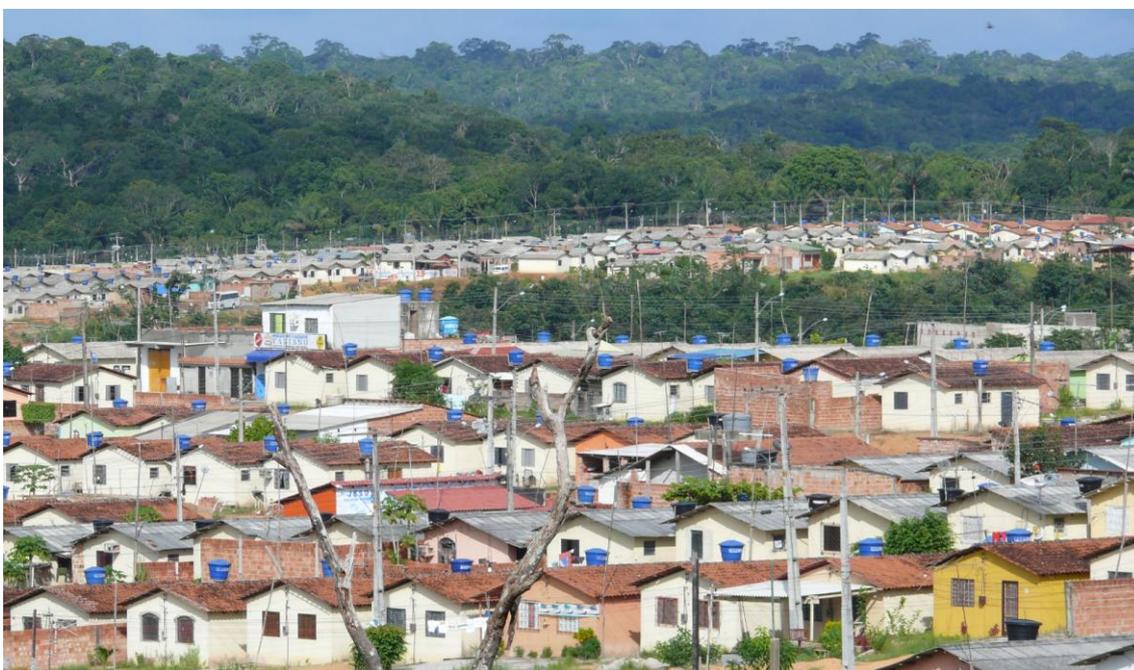
O capítulo anterior apresentou informações a respeito das Unidades Habitacionais, reunidas nos Parques Residenciais Manaus, Mestre Chico, Professor José Jefferson Carpinteiro Peres e Gilberto Mestrinho, todos alocados no centro da cidade de Manaus.

Os Conjuntos Habitacionais, que abrigaram os beneficiários cuja solução recebida foi a “Casa no Conjunto Habitacional”, ficam bem distantes do centro da cidade. Os Conjuntos denominados Santa Etelvina e João Paulo II, que ficam no bairro chamado Nova Cidade, distam cerca de 30 km do centro da capital. Esse bairro, para onde são remanejados os beneficiários das políticas habitacionais do Estado, são formados por grandes conjuntos de

casas de 39m², em média, sendo compostos por sala acoplada com cozinha, dois pequenos quartos e banheiro.

Ao chegar ao bairro, é possível ter uma visão de cima, que aponta uma infinidade de casas enfileiradas por imensas ruas, onde os comércios e serviços se desenvolvem nos arredores dos imóveis residenciais. O asfaltamento é precário, e boa parte dos domicílios já foi modificado pela comunidade local, com os famosos puxadinhos para o desenvolvimento de atividade comercial, cercamento das casas e ampliação das instalações dos imóveis.

Figura 12: Vista aérea do Conjunto Habitacional João Paulo II, local de remanejamento dos beneficiários da solução Casa no Conjunto Habitacional no âmbito da primeira edição do PROSAMIM.



Fonte: Arquivo PROSAMIM.

As casas oferecidas pelo PROSAMIM I foram repassadas aos beneficiários em termos de concessão de uso, sendo a permanência no domicílio durante cinco anos a condição para o recebimento do título de propriedade.

Feitas essas considerações, passo para a apresentação e análise dos dados obtidos pelas pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo. Vale ressaltar que, para cada um desses grupos, são apresentados os resultados exclusivamente para as duas soluções selecionadas, ou seja, Unidade Habitacional e Casa no Conjunto Habitacional.

Resgato aqui os conjuntos de variáveis selecionadas para a composição do questionário quantitativo, quais sejam:

- Perfil socioeconômico;
- Características do domicílio;
- Nível de organização da comunidade;
- Equipamentos públicos;
- Educação sanitária e ambiental da população;
- Orçamento familiar;
- Grau de satisfação do usuário.

O questionário possui 121 questões, conforme se pode ver no anexo A, embora, aqui, sejam reproduzidas apenas as respostas relacionadas aos grandes temas considerados pertinentes no âmbito da pesquisa qualitativa. Ou seja, sempre que um tópico relevante surge com recorrência nas entrevistas, são resgatadas suas relações com os dados quantitativos colhidos via aplicação do *survey*.

O total de respondentes da solução “Casa no Conjunto Habitacional” foi 283, enquanto 269 pessoas responderam o questionário dentre aqueles que receberam a solução Unidade Habitacional, totalizando 552 beneficiários respondentes da etapa quantitativa considerada para este estudo.

Foram realizadas 09 entrevistas, sendo 13 pessoas entrevistadas, no total. Durante a realização da pesquisa de campo, em duas situações foi impossível conseguir isolamento dos entrevistados. A situação em que eles foram abordados, em que suas atividades cotidianas estavam se realizando, não favoreceu a interação apenas com uma pessoa, de forma que, nesses dois casos, a construção dos discursos dos beneficiários foi feita em conjunto.

Por um lado, pareceu-me um pouco confuso conseguir separar a coerência do discurso de cada um dos envolvidos nessas situações; entretanto, a inserção do aspecto interacional, na construção dos discursos dos entrevistados, também se mostrou rica, porque trouxe à tona um confronto de opiniões que não ocorreria caso os entrevistados não estivessem em situação de interação entre si.

Para buscar entendimentos sobre os processos de desenvolvimento ou retração de situações de exclusão social, utilizo algumas categorias-chave como forma de orientar a apresentação dos dados e realização das análises. Essas categorias se relacionam a grandes questões que foram aparecendo nas conversas com os entrevistados, abordando a percepção sobre os benefícios e prejuízos de ter participado do Programa, a comparação entre o antigo e o novo domicílio, a convivência com a violência e com a discriminação.

Claro que aqui não há escapatória para a questão da escolha arbitrária das categorias supostamente mais relevantes. Faço essas escolhas a partir da vivência e relação que tive com os entrevistados e seus relatos. De qualquer forma, tentei buscar as categorias que mais se repetiram quantitativamente nas entrevistas, embora também tenha adicionado tópicos que me pareceram importantes porque trouxeram ao cenário discursos de auto-percepção que a mim pareceram relevantes, mesmo que não possuam grande incidência estatística; ou seja, o enfoque foi dar prioridade a uma visão em profundidade de alguns dos beneficiários.

Ressalto que aqui utilizei parâmetros de análise de discurso e análise de dados qualitativos de uma forma geral retiradas de duas publicações (GIBBS, 2009; SILVERMAN, 2009), além de outras fontes que trataram de forma mais conceitual sobre as possibilidades de exploração da metodologia qualitativa de pesquisa (CORTES, 1998; GAMBOA, 2007; MANYO, 2009; MINAYO & SANCHES, 1993; SANTOS, 2009; entre outros).

A análise dos dados é feita de forma integrada, relacionando os dados quantitativos com aqueles dados que foram produzidos nas entrevistas qualitativas. É importante ressaltar que, a partir deste ponto, toda vez que houver referências a percentuais, eles estão associados aos dados colhidos pela etapa quantitativa deste trabalho, ou seja, informações oriundas da aplicação e sistematização dos dados do *survey*.

Há que se ressaltar que as análises feitas a seguir estão imbuídas do entendimento a respeito de como pode o sociólogo observar a construção e modificação do espaço urbano a partir de uma perspectiva que leva constantemente em consideração a interação social na definição dos significados dos conteúdos urbanos para as suas populações residentes. Nunes (2006) resume esse entendimento da seguinte forma:

“[...] se colocarmos o espaço urbano como objeto de análise, o sociólogo vai procurar entender em que a paisagem construída interfere nas relações humanas. Para atingir seu objetivo, é claro, necessita também de uma reflexão sobre a natureza econômica do espaço, entendida como produção de ‘coisas’, como também de

concepções estéticas que intervêm na produção destas. A articulação entre essas três dimensões, simbólica, material e sensorial constitui a cidade, entendida aqui como “discurso”. [...] Homens, coisas e idéias são, portanto, três dimensões que intervêm na análise do espaço da cidade e merecem ser tratadas como bloco nas reflexões.” (NUNES, 2006:58)

a) Perfil dos entrevistados

Todos os beneficiários que participaram da etapa qualitativa deste estudo tinham entre 35 e 68 anos, sendo todos moradores de áreas de igarapés por, pelo menos, 15 anos. Como dito anteriormente, foram selecionadas pessoas que se identificavam como responsáveis pelo domicílio, o que demonstrou que a quantidade de idosos responsáveis pelo sustento da família é considerável entre essa população.

Se comparado o perfil da população entrevistada com o perfil traçado pela pesquisa quantitativa aplicada na amostra de beneficiários do PROSAMIM I, percebem-se semelhanças.

O perfil socioeconômico dos beneficiários do PROSAMIM I, obtidos na pesquisa quantitativa, é resultado da análise de seis variáveis: 1) Sexo do(a) responsável pelo domicílio; 2) Idade do(a) responsável pelo domicílio; 3) Cor/raça do(a) responsável pelo domicílio; 4) Escolaridade do(a) responsável pelo domicílio; 5) Tempo de residência em igarapés do(a) responsável pelo domicílio e 6) Valor total dos rendimentos da família.

Com relação ao perfil socioeconômico do responsável pelo domicílio, verificou-se a ocorrência de número significativo de casos em que o responsável pelo domicílio é uma mulher, aspecto que se confirmou nas entrevistas, majoritariamente realizadas com mulheres responsáveis por seus domicílios.

A idade do responsável pelo domicílio oscila basicamente entre 25 e 44 anos, sendo um total de 60,2% dos respondentes das duas soluções. O percentual de chefes de família entre os 25 e 34 anos foi 28,9% do total, apontando para um perfil jovem do responsável pelo domicílio, possivelmente com mais dificuldades de se colocar no mercado de trabalho se comparado com aqueles de 35 a 44 anos, 31,3% do total. Apesar desses números, verificou-se, como já dito anteriormente, que há uma parcela importante de idosos responsáveis pelo

sustento de suas famílias, contribuindo basicamente com os valores recebidos por aposentadorias e pensões.

A cor/raça predominante dos responsáveis pelo domicílio é a parda, sendo a opção mais recorrente para as duas soluções pesquisadas, e o grau de escolaridade é, para a maior parte dos responsáveis pelo domicílio, Ensino Médio ou 2º grau completo (até o 3º ano). A maior parte dos entrevistados declarou ter ensino médio completo ou incompleto, apenas um deles se declarou sem escolaridade.

A renda familiar dos entrevistados gira em torno de 1 a 2 salários mínimos, com teto de R\$ 1.020,00, compondo um perfil economicamente frágil das famílias visitadas, uma vez que a maior parte delas é composta por, no mínimo, 4 pessoas. Destaca-se o fato de que a solução Casa Conjunto Habitacional é a única que tem a maior parte das famílias com renda total de até um salário mínimo: 53%. Esses valores encontram correspondência com a realidade dos entrevistados, uma vez que os beneficiados com Casa no Conjunto Habitacional eram moradores dos igarapés que sofreram intervenção na modalidade aluguel ou cedidos, o que ocorria, segundo os relatos, pela falta de condições de pagar por uma moradia própria, mesmo em áreas de igarapés, onde os imóveis são desvalorizados em relação a outras áreas da cidade.

A maior parte dos responsáveis pelo domicílio, segundo a pesquisa quantitativa, residiu em áreas de igarapés por um período entre 11 e 35 anos, caracterizando uma população tradicionalmente relacionada com o espaço, cujas relações sociais e identificação com a comunidade já estavam consolidadas quando do período do reassentamento das famílias. Os relatos obtidos nas entrevistas apontaram que boa parte dos entrevistados residiu nos igarapés dos quais foram removidos por mais de 15 anos, e o fator relacionado com a perda dos laços sociais que foram ali criados foi uma questão que constantemente surgiu nas suas falas. Essa questão é retomada mais adiante, quando abordo os benefícios e prejuízos, na opinião dos entrevistados, de ter participado do Programa.

Uma das entrevistadas, beneficiária de Unidade Habitacional, quando perguntada se os antigos vizinhos se mudaram para o mesmo Parque Residencial que ela, responde:

“Algumas. A maioria, na realidade. A maioria vieram pra cá. Aqui do lado tem um vizinho nosso que morava lá perto. Lá em cima também... Tudo é vizinho que a gente já conhecia. E que isso é um ponto positivo, né? Que a gente já se conhecia e pode continuar perto...”

Outra entrevistada, beneficiada com a mesma solução, acredita que, no caso dela, foi um choque ter sido retirada do seu convívio com os vizinhos, que conhecia há tanto tempo. Sobre isso, ela afirma:

“Gostava [de morar no antigo local de moradia, na beira do igarapé]. Com o tempo a gente se apegou aquele lugar e os vizinho. Ai me botaram pra cá. E eu, pra num perder, eu vim. Se era de vim pra esses quintos dos infernos desse meio de mundo, melhor ser é aqui mesmo, mais perto. Pra ir pra esses bairros velho doido, longe. Todo mundo se dispersou aí. Ficamos tudo sozinho depois de vir pra cá.”

Para Ribeiro (2007), há um risco que é importante salientar a respeito da capacidade de o ambiente urbano gerar um ambiente propício para a promoção da coesão social. O trecho abaixo traz alguns elementos interessantes para repensar os custos da dissolução de sistemas de solidariedade já consolidados pelo tempo, convivência e identificação entre componente de determinados grupos sociais, como é o caso das comunidades que sofreram intervenção do PROSAMIM:

“Vivemos hoje incertezas sobre as possibilidades da experiência urbana ainda conter, como no passado, estes impulsos civilizatórios e promotores da homogeneização social. [parágrafo] As narrativas contemporâneas, sejam elas acadêmicas ou jornalísticas, são marcadas crescentemente por imagens anti-urbanas, descrevendo as grandes cidades como um mundo social que, além da precariedade e da pobreza, é anômico e regressivo, lugar da insegurança e do risco sociais inerentes a uma sociedade de indivíduos atomizados, ligados apenas por relações instrumentais.” (RIBEIRO, 2007:23)

b) Caracterização do domicílio

O perfil quantitativo das características do domicílio dos beneficiários do PROSAMIM I apresentado a seguir é resultado da análise de doze variáveis: 1) Condição do domicílio; 2) Existência de banheiros no domicílio; 3) Quantidade de cômodos do domicílio; 4) Principal material de construção do domicílio; 5) Forma de abastecimento de água do domicílio; 6) Quantidade e qualidade do abastecimento de água do domicílio; 7) Acesso à rede de esgoto no domicílio; 8) Destino do esgoto sanitário (para aqueles que não possuem sistema de esgotamento da empresa Águas do Amazonas no domicílio); 9) Tipo de rede de energia elétrica utilizada no domicílio; 10) Destinação do lixo do domicílio.

A caracterização do domicílio demonstrou que a maior parte das moradias atuais dos beneficiários é própria, oscilando entre a posse ou falta da escritura das mesmas. A ausência da escritura se dá em função do tempo de moradia necessário para receber o título de propriedade do imóvel. Para ambas as soluções, é necessário residir, no mínimo, durante 5 anos no novo domicílio, condição para que sejam entregues as escrituras dos imóveis.

A maior parte dos entrevistados ainda não havia recebido o título da propriedade do imóvel para o qual foi transferido. Entre os beneficiários da solução Casa no Conjunto Habitacional, que foram alocados longe do centro da cidade de Manaus, esse foi o maior temor declarado entre eles. Há uma descrença entre esses entrevistados a respeito da garantia da posse do imóvel. A ausência do “papel na mão”, como foi enfatizado muitas vezes pelos beneficiários, traz a sensação de que “qualquer dia alguém pode mandar a gente embora, porque, aqui, a gente só tem o nosso nome no papel da luz!”.

Outra entrevistada moradora dos Conjuntos Habitacionais comenta esse problema:

“Minha aflição é essa. Todo mundo que mora aqui, ninguém tem nada confirmando que é nosso. Só a água e a luz que nós paga todo mês. Só, só. Ninguém tem um papel. Se você chegar “Fulana, me dê o documento de sua casa...”, como é que faz? Porque lá no igarapé que a gente morava tinha um papelzinho de compra e venda da nossa casa, da nossa barraquinha. A pessoa vai dizer: ‘Pode sair, Dona, que a senhora não tem nada pra mostrar no seu nome’. Só minha luz. E a maioria dos que vieram pra cá, não tão mais aqui. Então eles podiam zelar dos que tão aqui.”

Para Nunes (2006), há que se considerar que o significado atribuído à posse do domicílio, à existência de um endereço próprio vai além dos aspectos financeiros envolvidos. Aqui se pode fazer um paralelo entre essa ideia, discutida por Nunes em um contexto relativo à ocupação de terrenos públicos em Brasília, e a relação estabelecida entre os beneficiários do Programa e a ansiedade pela comprovação da titularidade da nova moradia:

“Em geral, a ocupação do terreno para uma futura moradia está inserida em trajetórias de vida nas quais projetos individuais e familiares são construídos a partir de um local fixo, uma habitação onde poderão implementar outros projetos adicionais ou complementares. [...] A moradia, o endereço, é em qualquer situação a condição mínima da estabilidade. Mesmo sendo um bem econômico, trata-se aqui de dimensões outras, não econômicas. Não se aspira e se luta por um espaço de moradia visando o uso econômico; são outras aspirações que estão em jogo.” (NUNES, 2006:51)

Dentre os beneficiários de Unidade Habitacional, o valor da conquista do imóvel próprio, mesmo ainda sem a escritura em mãos, ocupou lugar central nos discursos dos entrevistados na etapa qualitativa deste estudo. Repetidas vezes foram enfatizados os benefícios de morar em um apartamento seguro e próprio, ainda mais em função de a primeira edição do Programa ter oferecido apartamentos também para quem morava de aluguel, benefício não praticado nas edições seguintes do Programa, que passou a oferecer modalidades de bolsa-aluguel por períodos determinados de tempo.

A pesquisa quantitativa demonstrou que os domicílios para os quais os beneficiários foram remanejados possuem banheiro como parte integrante da edificação para a quase totalidade dos entrevistados, sendo a maior parte deles composta por 4 ou 5 cômodos. Em comparação com as moradias nas quais residiam antes de participarem do PROSAMIM, o que mais se destaca é a questão da existência do banheiro na parte interna da edificação, sendo a totalidade ligada à rede de esgotamento sanitário local, e a quantidade de cômodos, o que garantiu alguma privacidade entre os membros da família. Apesar de dois dos entrevistados terem afirmado que a casa onde moravam antes de receberem a solução do Programa era maior do que a atual, nenhum deles se mostra insatisfeito com os padrões da moradia recebida, mesmo quando sua extensão é menor do que a anterior. A ênfase em relação às melhorias na situação de higiene e de saúde, proporcionadas pelas redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da garantia de viver fora da área de risco das enchentes e deslizamentos provocados pelo regime de chuvas local, são os motivos mais recorrentes alegados na justificativa do sentimento de satisfação com os resultados finais do PROSAMIM entre os entrevistados da etapa qualitativa.

Sobre essa questão da segurança contra consequências do regime de chuvas local, uma das entrevistadas que recebeu Unidade Habitacional afirma:

“Eu percebi muita coisa boa depois de começar a morar aqui, porque aqui a gente mora no seco e lá a gente morava no molhado. Quando chovia, meu Deus... só Jesus (risos). Mas a gente não tinha pra onde ir mesmo... Aí era horrível! Lama... quando chovia, era um fedor de lama horrível.”

Outra entrevistada faz a seguinte afirmação a respeito da qualidade da moradia atual, em um dos Parques Residenciais construídos no centro da cidade:

“E também com relação a estrutura, assim, a gente tá num local seco, num local que tem condições, entendeu? Não tem mais área de contaminação pelo lixo, não tá

numa área que possa alagar, numa área que tem muitas coisas que prejudica a saúde. Então melhorou muito, bastante. E a casa também, a gente comprou uma casa de alvenaria, que não é uma casa de madeira, né? Não corre o risco de desabar. Aqui a gente tá mais seguro.”

Uma terceira entrevistada, que também recebeu Unidade Habitacional, descreve a situação de sua antiga moradia, em palafitas:

“A nossa casa era de madeira mesmo. De madeira e era em cima de um lamaçal mesmo, do igarapé. Era área de risco mesmo. Quando chovia... Não alagava a casa, mas ficava tudo encharcado. Tinha muito rato, muitas coisas ruim mesmo, pra saúde.”

A respeito do tamanho do domicílio atual, a mesma entrevistada afirma:

“A minha antiga casa era uma casa de madeira, mas era espaçosa, de dois pisos, varanda, parece casa de interior (risos). Mas pra mim, pra mim e pro meus filho, porque esse meu filho é especial, e pra minha filha, um apartamento desse é muito bom!”

Os dados quantitativos revelam que quase a totalidade dos domicílios é atendida por rede geral de abastecimento de água oferecida pela empresa Águas do Amazonas, cujo abastecimento chega até a parte interna do domicílio, oscilando entre a existência ou falta da caixa d’água. Nas Unidades Habitacionais, alocadas nos Parques Residenciais do centro da cidade, há disponibilização dos dois serviços para 100% dos moradores, embora 1,1% de todos os que responderam o *survey* tenham afirmado optar por não usufruir dos serviços. O que tem ocorrido é que muitos dos moradores, sem condições de arcar com os custos associados aos serviços, acabam optando pela não utilização dos mesmos, já que não há nenhum sistema de subsídio que torne praticável para todos, em termos pecuniários, a manutenção do abastecimento e do esgotamento sanitário dos domicílios.

Vale lembrar que essa é um queixa constante entre todos os entrevistados, tanto daqueles que foram para Unidades habitacionais quanto para os que foram reassentados nos Conjuntos Habitacionais. A tradição do uso de ligações clandestinas de água e luz em áreas irregulares de moradia era uma característica dessa população, que acabava utilizando os serviços, mesmo que de forma precária, sem muitos custos. Ao passo que são colocados em situação de regularidade, os moradores passam a sentir as taxas cobradas pelo uso dos serviços como um peso grande no orçamento familiar, que, quando mantido, é compensado

em outras partes do orçamento doméstico, como os gastos com supermercado e transportes, por exemplo.

A esse respeito, um senhor entrevistado, que recebeu Unidade Habitacional, afirma:

“O esgoto dessas casas daqui do Parque se tornam mais caros que a própria água. Todo mundo aqui, a gente não se queixa, o morador daqui ta vivendo bem, a gente não se queixa tanto da luz, dessas coisas. É da taxa de esgoto que é pesada. A gente paga água, luz e esgoto, né? Mas vem tudo. Eu pago 90 e poucos reais de água.”

Outro relato acrescenta mais informações para ilustrar a relação dos beneficiários de ambas as soluções com essa questão:

Pagava, pagava [encargos para usufruir de serviços de abastecimento de água e luz], mas não era muito não. Pagava água e luz, negócio de esgoto não tinha lá não, porque ficava bem na beira do igarapé, tinha a beira do igarapé de um lado e de outro, ai pegou a minha. Pagava só água e luz, e aqui a água já veio ate cento e dois pra mim pagar. Pra quem ganha um salário mínimo não tem aumento de nada não tem décimo não tem nada, quem compra remédio que nem que eu não posso faltar com remédio o tempo todinho, e gás, e tudo, e comida, tem dia que eu tô perereca. Tenho que dizer pros menino gastar pouca água, gastar pouca luz que só o dinheiro que tenho não dá pra tudo.”

A destinação final do lixo também se mostrou adequada para quase todas as residências entrevistadas pelo *survey*, nas quais lixo é coletado pelas empresas de coleta de lixo vinculadas à Secretaria Municipal de Limpeza Urbana.

Um aspecto interessante apareceu no decorrer da realização das entrevistas, que acho interessante ressaltar. Alguns dos beneficiários das Unidades Habitacionais demonstraram orgulho das suas novas moradias, de ser moradores dos Parques Residenciais que foram construídos pelo Programa. Como disse uma delas, “E ficou muito bonito! Muito bonito, que, às vezes, quando eu vou pra lá, aí eu falo pra minha irmã: ‘Mas, mana, eu não conheço mais aonde eu morava! Olha que coisa mais linda!’ [risos]”. O valor estético do imóvel ganhou voz em outros relatos também:

“Tem que fazer esses conserto... botar uma cerâmica, porque a gente não pode mexer no lado de fora, que é padrão, mas no lado de dentro a gente pode mexer. Aí a gente recebe só no piso mesmo grosso. Aí a gente coloca. Eu comprava cerâmica de pouco em pouco [risos] e a minha cerâmica ficou toda misturada, porque, quando eu ia lá de novo, não tinha mais daquela [risos]. Aí, quando eu tiver condições, eu vou

comprar de novo, mais, pra poder fazer a sala, sem ficar... tem que fazer, né? Pra ficar bonita a casa da gente.”

c) Nível de organização da comunidade

O perfil do nível de organização da comunidade entre os beneficiários do PROSAMIM apresentado a seguir é resultado da análise de duas variáveis extraídas do *survey*: 1) Existência de algum tipo de associação ou grupo local no bairro de origem; 2) Existência de algum tipo de associação ou grupo local no bairro atual.

O perfil quantitativo do nível de organização da comunidade demonstrou que mais de 90% dos entrevistados da solução Casa no Conjunto Habitacional não sabia da existência de associações ou grupos locais no bairro da antiga residência, bem como 89% afirmam não conhecer nenhum tipo de associações ou grupos locais no bairro da atual residência. Esses índices indicam que o nível de organização da comunidade ainda é frágil, apontando para problemas de mobilização da comunidade para participar de entidades representativas ou mesmo problemas de reconhecimento das associações existentes como dotadas de poder representativo dos interesses da população local.

Chamou atenção o fato de que, nas Unidades Habitacionais, houve uma considerável diminuição do número de pessoas que afirmam não existirem associações ou grupos locais no bairro da nova moradia em relação ao antigo domicílio. Enquanto em todas as outras soluções o número de entrevistados que afirmam não conhecer tais associações no novo bairro de moradia se mantiveram constantes e altos, girando em torno dos 90%, como se viu acima, na Unidade Habitacional esse percentual caiu de 91,2% para 68,8%, apontando uma melhora na condição de organização da comunidade de beneficiados com essa solução.

Aqui se destacam as iniciativas de mobilização comunitária incentivados pela própria equipe gestora do Programa, a exemplo do Grupo de Apoio Local (GAL), Conselho de Crises (ConCri) e Conselho de Representantes da Comunidade (CRC).

Nas entrevistas qualitativas, não houve nenhum relato sobre participação nesse tipo de atividade de organização comunitárias, embora tenha sido reconhecida por parte dos entrevistados a existência de organizações comunitárias nos Parques Residenciais visitados.

d) Equipamentos públicos

O perfil da satisfação com equipamentos públicos dos beneficiários do PROSAMIM apresentado a seguir é resultado da análise de vinte variáveis presentes no *survey*, que foram agrupadas em 10 conjuntos com duas variáveis cada. Isso se deve ao fato de que as variáveis agrupadas em cada conjunto retratam comparativamente dois cenários, a saber, antes e depois do reassentamento. Os conjuntos são: 1) A percepção sobre a ocorrência de crimes próxima ao domicílio; 2) A percepção sobre ocorrência de rondas policiais próximo ao domicílio; 3) Existência de postos policiais próximos ao domicílio; 4) Existência de telefones públicos próximos ao domicílio; 5) Existência de creches públicas próximas ao domicílio; 6) Existência de escolas públicas próximas ao domicílio; 7) Existência de transportes públicos próximos ao domicílio; 8) Serviço de postagem e entrega de correspondências via correio; 9) A oferta de serviços e comércio nas proximidades do domicílio; 10) Atendimento do domicílio pelo PSF.

Vale ressaltar que aqui foram priorizadas as questões que encontraram correspondência com os discursos dos beneficiários entrevistados na etapa qualitativa deste estudo, de maneira que nem todas as questões acima apontadas são apresentadas neste item.

O quadro comparativo da satisfação com equipamentos públicos das antigas e novas residências, constatado pelo *survey*, demonstrou poucos avanços e muitos retrocessos relacionados ao reassentamento das famílias. Talvez o maior avanço tenha sido as quedas consideráveis nos índices de percepção sobre a ocorrência de crimes quando comparados o antigo e o novo domicílio. Paradoxalmente nota-se que a percepção dos moradores quanto as rondas e postos policiais se manteve quase constante, isto é, com poucas variações nos índices de satisfação e insatisfação.

As maiores quedas no índice de satisfação foram sempre de moradores que receberam Casa no Conjunto Habitacional como solução de reassentamento, tendo como principal exemplo a queda do atendimento do Programa Saúde da Família (PSF) de 76,3% para 7,4% no novo domicílio. Foram registradas, para as duas soluções, quedas na satisfação quanto à proximidade e existência de creches, escolas e telefones públicos, comércio e serviços em geral e, por fim, com as entregas e postagens dos Correios.

É interessante notar-se que mesmo quando a satisfação em relação a algum serviço cai para todos os beneficiários, independentemente da solução, os moradores que receberam o

Conjunto Habitacional como solução de reassentamento são os que têm as quedas mais bruscas no grau de satisfação com os serviços públicos disponibilizados no bairro de moradia. Pode-se exemplificar esse fato com os dados sobre a existência e proximidade das creches, escolas, transporte, comércio e serviços e correios.

Entre todos os casos, a questão do atendimento do PSF se destaca. Para todas as soluções, há quedas consideráveis no número de pessoas que declaram ser atendidas, embora os domicílios que receberam a solução Casa Conjunto Habitacional tenham o pior índice comparativo para o atendimento pelo serviço de atenção básica: antes do reassentamento o atendimento era recebido por 76,3% dos domicílios; depois do reassentamento, apenas 7,4%.

As falas dos entrevistados na etapa qualitativa reforçam as conclusões obtidas pelo *survey*. Para os beneficiários que foram alocados nos Conjuntos Habitacionais longe do centro da cidade, a percepção é enfática a respeito da falta de serviços públicos para atendimento da população. A ausência dos cuidados de atenção básica do PSF e a inatividade do posto de saúde local obrigam os moradores dessas regiões a percorrer grandes distâncias na busca por atendimento médico. Esse deslocamento acaba levando a discussão para outra questão: a mobilidade urbana.

Os relatos sugerem que a oferta de transporte público local é deficiente, obrigando a população a caminhar grandes distâncias para acessar locais de trabalho, serviços de saúde, serviços de educação de todos os níveis, entre outras necessidades da população local. A perda de compromissos, causada principalmente pela ausência de transportes público mais freqüente, ou mesmo em função da quebra constante dos ônibus destinados ao atendimento das linhas de transporte urbano locais (sem que haja reposição em tempo hábil), foi uma queixa constante nas falas dos entrevistados.

Beneficiária de Casa no Conjunto Habitacional entrevistada descreve da seguinte maneira a situação em que vivem os moradores da região:

“Não, a gente não tem segurança. Nós não temos posto médico. Nós não temos escola. Então o povo que veio pra cá, eles não souberam mandar o povo pra cá. Porque eles devia primeiro ter feito as casinhas, como tava, bonitinha, posto um posto policial, posto de saúde e as escola pra colocar as crianças. Então aqui a situação é essa. O ônibus... Nós só temo um, que é o 459. De três em três horas que passa. Você já pensou numa coisa dessa!? Oh, no meu caso, que eu sou uma pessoa que to com um problema de saúde grave, tenho que fazer cirurgia. Eu passei já

quatro horas aqui!, perdi já a consulta. Por que? Levantei três da manhã, fiquei aí e nada de ônibus passar... Isso porque eu tinha ir prum terminal pra de lá pegar outro ônibus pra poder chegar na Adriano Jorge [local da consulta]. Você já pensou uma situação dessa?”

Ribeiro (2007) aponta para a tendência de massificação desse processo de periferização das cidades, marcada, entre outras questões importantes, pela diminuição da mobilidade urbana das populações mais empobrecidas:

“Essa mistura da renda real diminuindo com tarifa real aumentando tem produzido a imobilidade da população pobre, impedida de circular livremente na metrópole à procura da ocupação e da renda, ainda que precárias e de baixa remuneração. Nos últimos nove anos, com efeito, nessas mesmas regiões metropolitanas, nada menos de 26% dos brasileiros que hoje vegetam com renda familiar abaixo de R\$500 trocaram o ônibus pelo par de tênis. Outros 13%, pela bicicleta.” (RIBEIRO, 2007:32)

O autor ainda apresenta dados que são interessantes para compreender a realidade dessas populações que acabaram sendo deslocadas do centro da cidade de Manaus como mais um exemplo da reverberação dos processos vigentes de reprodução das cidades que são intrinsecamente concentradores de pobreza:

“O conjunto de dados em pesquisas realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento e Informação sobre Transportes tem evidenciado a relação entre crise da mobilidade vigente nas áreas metropolitanas e suas conseqüências na constituição de bolsões de pobreza. A parcela mais carente (classes D e E) da população é a que encontra maior dificuldade para realizar deslocamentos. Esse segmento corresponde a quase 45% da população total das metrópoles nacionais, mas representa menos de 30% dos usuários de ônibus urbanos; por outro lado, é o segmento que apresenta maior dependência do trem urbano, fato que indica as longas distâncias que essa população tem que percorrer, como também permite inferir sobre as condições desse transporte, pois trata-se de área que sofreu, nas últimas décadas, com a falta de investimentos.” (RIBEIRO, 2007:32)

Para além da saúde e do transporte, o tema da violência urbana apareceu repetidamente no discurso dos entrevistados. A reclamação da ausência de postos policiais, rondas policiais ou mesmo a falta de atendimento às solicitações emergenciais do bairro em que se encontram os Conjuntos Habitacionais foram apontadas como freqüentes. A percepção a respeito da perda da oferta de serviços públicos, que antes do reassentamento eram constantes, pode ser caracterizada como a perda do usufruto do direito às benesses do viver na

cidade. A saúde, a segurança, o transporte público, a educação, que mesmo precários, como afirmado pelos entrevistados, eram acessíveis quando os beneficiários de casa no Conjunto Habitacional residiam no centro da capital, agora se tornam escassos e tornam a vida cotidiana muito mais complicada do que era antes do remanejamento.

Em relação a esse tópico, uma entrevistada beneficiária de Casa no Conjunto Habitacional, longe do centro da cidade, afirma:

“[Comparando com a] situação que eles viviam lá, tá bom, tá entendendo? Agora, a questão é o transporte, médico e escola que ninguém tem aqui. As escolas estão super lotadas. Tem criança que vai estudar na Cidade Nova, a mãe que às vezes não tem um centavo pra por no bolso, pra comprar sequer um ovo pra dar pra criança comer, tá tendo que se virar catando latinha na rua pra pagar o ônibus do filho! E isso quando o filho consegue pegar um ônibus pra ir pra escola! Aqui é bom a moradia, tá legal, bacaninha, entendeu? A água, tá bacaninha, tá entendendo? Mas a questão da saúde... Posto médico nós não temos. A gente vai atrás de assistente social, assistente social não tá nem aí. Aliás a gente não sabe nem como é o nome da assistente social daqui. Então, o principal que a gente precisa é um posto médico, um posto policial...”

Já os beneficiários de Unidade Habitacional, que permaneceram na mesma área de residência que habitavam antes do remanejamento das famílias, enfatizam a importância de permanecer no mesmo local. A facilidade de ir andando ao trabalho, a facilidade para procurar emprego, a praticidade de manter as rotinas das crianças nas mesmas escolas, conservando seus laços sociais já em processo de construção; todas essas questões foram levantadas pelos entrevistados para justificar os benefícios de permanecer na mesma área central da capital amazonense.

Uma das entrevistadas, moradora dos Parques Residenciais do centro da cidade, quando perguntada sobre a melhor coisa que ela achava que o PROSAMIM proporcionou para os beneficiários do Programa, disse:

“A melhor? É com essa segurança mesmo. Entendeu? A segurança e a gente estar num local bom. Sim também, e por ser um local perto do centro onde a gente compra as coisas. É um local, uma área nobre. Então nós não temos muita dificuldade de se locomover pra outros lugares porque é um local onde os ônibus todo passa quase que todos. Ficou perto do local onde a gente mora, onde a gente já fazia as coisas.”

Para esses beneficiários de Unidade Habitacional, a percepção a respeito da violência no local de moradia anterior em comparação ao recente também mudou. Para eles, a dispersão que ocorreu em função da distribuição arbitrária das famílias dentro dos Parques Habitacionais contribuiu para descentralizar a atuação dos traficantes de drogas que são identificados pela comunidade local. Dessa maneira, as áreas nas quais anteriormente aconteciam tiroteios e conflitos entre policiais e traficantes acabaram deixando de existir, de ser facilmente identificadas, de maneira que dispersão da atividade ocasionou uma diminuição na percepção da violência no local.

Sobre isso, afirma uma das entrevistadas, que recebeu Unidade Habitacional como solução de reassentamento:

“Aqui tem mais segurança, aqui. A polícia de vez em quando tá passando... E assim, aqui acho que tamos perto de pessoas que não têm envolvimento muito com droga. Lá era mais, tinha mais envolvimento de pessoas com droga, aí era mais perigoso, perigoso pras crianças também.”

Outros relatos apontam para a possibilidade de essa dispersão ter ocorrido em função da mudança do centro de atividades de prostituição e tráfico de drogas, que teriam permanecido em funcionamento nas áreas limítrofes àquelas que sofreram intervenção do Programa, em uma espécie de confinamento dessas atividades nos locais em que as palafitas continuam existindo, incentivadas pela ausência de iluminação pública e domínio de grupos de influência locais relacionados à venda e consumo de drogas.

A soma dessas complicações no acesso e usufruto dos serviços públicos é apontada pelos entrevistados moradores dos Conjuntos Habitacionais longe do centro da cidade como um motivo para a venda, abandono, cessão ou aluguel das casas recebidas como solução de reassentamento por esses beneficiários. É o que se vê no trecho seguinte, quando a entrevistada é perguntada sobre a questão da violência no local de moradia atual, se comparada com a violência no local da antiga moradia:

“É a mesma coisa! Não tem nada de diferente. Nada. É a mesma coisa. Porque que eu te digo que é a mesma coisa? Porque foi o pessoal que vieram de lá que agora tá aqui. Não mudou não. Não mudou nada. E aqueles que vieram de lá pra cá, trouxeram os filhos, né? Já venderam a casinha [unidade habitacional alocada nos Parques Residenciais no centro da cidade] que tão lá, pra vender o negócio, né [aponta o indicador na direção do nariz e aperta algumas vezes, fazendo menção ao uso de drogas]? Aí quando não deu certo lá, vieram pra cá, compraram de alguém

que desistiu de ficar aqui. Aí mataram gente deles esses dias bem aí assim. Um rapazinho...”

Um entrevistado, morador do mesmo Conjunto Habitacional da entrevistada do trecho anterior, disse, quando perguntado se conhecia pessoas que se mudaram do local depois de receber a casa pelo PROSAMIM:

“Conheço. E não é só uma pessoa. Muita gente... Olha, na rua daqui mesmo, até onde eu sei... Até onde eu sei, né!? Só essa rua aqui, quase todos os vizinhos que vieram no mesmo tempo que eu, essa rua aqui [aponta para a rua de baixo]... Então, quase todos foram daqui, já. Muita gente trocou com outras pessoas a casa, fica morando um na casa do outro, ou então aluga mesmo. Às vezes é difícil ficar aqui mesmo, sabe?”

e) Educação sanitária e ambiental

O perfil socioeconômico dos beneficiários do PROSAMIM, formulado a partir do *survey* e apresentado a seguir, é resultado da análise de duas variáveis: 1) Participação dos membros da família em atividades de educação ambiental promovidas pelo PROSAMIM; 2) Participação em outras atividades realizadas pelo PROSAMIM.

O *survey* demonstrou que as estratégias de fortalecimento da educação sanitária e ambiental dos beneficiários não atingiu grande parte da população beneficiada pelo Programa, uma vez que mais de 80% da população entrevistada não participou e nem possui algum membro da família que tenha participado de alguma das atividades de educação ambiental promovidas pelo PROSAMIM.

As entrevistas qualitativas demonstraram que há uma preocupação dos beneficiários da Unidade Habitacional com a conservação dos Parques Habitacionais, sendo a manutenção de antigos hábitos de higiene uma ameaça, segundo eles mesmos, à manutenção da qualidade da habitação, tanto em áreas privadas quanto em áreas de uso comum desses parques. Para os entrevistados, é preciso que a população residente nos Parques Residenciais sejam educadas a respeito de como zelar e cuidar de suas moradias, uma vez que reconhecem que é deles mesmos a responsabilidade por cuidar desses espaços.

Vale ressaltar que a equipe gestora do Programa realiza mini-cursos, palestras e reuniões que visam ao cumprimento dessa demanda, eventos relacionados à manutenção da qualidade

paisagística dos Parques, à limpeza e higiene na manipulação de alimentos, à separação e destinação final de resíduos sólidos, à prevenção de doenças transmitidas por animais domésticos, entre outros assuntos relacionados à saúde, higiene e cuidado com o patrimônio local.

A pesquisa quantitativa mostra que os índices de participação em outras atividades como capacitação em diversas atividades de geração e complementação de renda oferecidas pelo Programa também se mostraram baixos, com menos de 10% de participação da comunidade. Esses índices de participação convidam a uma reflexão a respeito dos motivos da baixa adesão dos beneficiários a essas iniciativas, apesar de não haver uma definição de metas numéricas, feita pela equipe do Programa, que possam refletir o sucesso ou fragilidade de atividades como essas. Vale ressaltar, entretanto, que a programação de atividades relacionadas continua acontecendo, e os eventos, realizados pela equipe gestora do Programa.

f) Orçamento familiar

O perfil quantitativo do orçamento familiar dos entrevistados para a avaliação do grupo de beneficiários apresentado a seguir é resultado da análise de uma variável: 1) Dificuldade em realizar o pagamento dos encargos referentes à moradia. A fim de detalhar as dificuldades encontradas para o pagamento desses encargos, foram dadas as opções referentes às possíveis despesas que poderiam gerar dificuldades no pagamento, a saber: aluguel, IPTU, luz, condomínio, água/esgoto. Um campo aberto foi disponibilizado para descrever possíveis gastos que não foram contemplados nas opções fechadas.

A pesquisa quantitativa mostrou que a caracterização do quadro orçamentário familiar gira em torno basicamente de dificuldades com o pagamento de encargos referentes à moradia, sendo luz e água/esgoto os mais recorrentes. Para os beneficiários de ambas as soluções, 40% dos entrevistados sentem dificuldade em pagar um ou mais encargos relacionados à manutenção de serviços domésticos, como os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Como dito de forma mais detalhada anteriormente, essa questão foi uma das mais recorrentes quando da explanação dos prejuízos de ter participado do Programa. As queixas em relação ao valor das tarifas para usufruto dos serviços apareceu de forma enfática nas

entrevistas qualitativas e apontam para questões a respeito da capacidade de manutenção da situação habitacional à qual foram submetidas as famílias que participaram do Programa. Mais adiante, em ocasião das conclusões desse trabalho, volto a tratar desse assunto.

g) Grau de satisfação do usuário

O resumo do perfil das características do grau de satisfação do usuário do PROSAMIM apresentado a seguir é resultado da análise de onze variáveis extraídas do *survey*: Satisfação com 1) Localização do domicílio; 2) Quantidade de cômodos do domicílio; 3) Área de lazer próximo ao domicílio; 4) Comunidade e vizinhança; 5) Serviço de saúde próximo ao domicílio; 6) Acessibilidade (calçada, escadas, rampas); 7) Sistema de drenagem (escoamento de água da chuva); 8) Qualidade da oferta de água no domicílio; 9) Serviços de energia elétrica (qualidade da rede elétrica); 10) Assessoria do PROSAMIM; 11) Solução de reassentamento do PROSAMIM.

O grau de satisfação do usuário, analisado a partir das informações colhidas no *survey*, mediu a satisfação dos entrevistados com relação a diversos itens. Destes, localização do domicílio, quantidade de cômodos do domicílio, comunidade e a vizinhança do domicílio, acessibilidade nas áreas próximas ao domicílio (calçadas, escadas, rampas), sistema de drenagem do domicílio (escoamento de água da chuva), qualidade da oferta de água no domicílio, serviços de energia elétrica (qualidade da rede elétrica), assessoria do PROSAMIM, e solução de reassentamento do PROSAMIM revelaram bons graus de satisfação do usuário para aqueles que receberam a solução Unidade Habitacional, no centro da cidade.

Entre aqueles que receberam Casa no Conjunto Habitacional, os índices referentes a essas variáveis do *survey* não foram muito diferentes, exceto pelos itens localização do domicílio e serviços de energia elétrica (qualidade da rede elétrica), que demonstraram altos graus de insatisfação por parte dos moradores dos Conjuntos Habitacionais.

Para as variáveis áreas de lazer próximas ao domicílio e serviço de saúde próximo ao domicílio, o grau de insatisfação foi elevado, o que suscita questionamentos a respeito da discrepância entre esses dois índices para as duas soluções aqui analisadas. Para os beneficiários de Unidade Habitacional, 80,7% apresentam-se satisfeitos com as áreas de lazer

próximas ao domicílio. Por outro lado, os moradores que receberam a solução Casa Conjunto Habitacional têm um grau de insatisfação de 82,2%. No que tange aos serviços de saúde, enquanto a maioria dos moradores reassentados a partir da solução Unidade Habitacional está satisfeita, 81,3% dos moradores do Conjunto Habitacional se declaram insatisfeitos.

Capítulo 6 – Conclusões

As motivações que deram origem a este trabalho se relacionavam aos questionamentos sobre que desdobramentos políticas urbanas como o PROSAMIM provocam na vida das populações beneficiadas por elas. Acredito que o maior questionamento, a respeito da possibilidade de iniciativas como essas serem provedoras de processos de exclusão social, teve espaço pra ser problematizado e analisado à luz das teorias da cidade e da própria experiência adquirida na convivência com essa população de beneficiários e com a equipe gestora do Programa.

A princípio, a exclusão social, tratada como uma categoria ampla, na qual estão inseridas condições de vulnerabilidade que caracterizavam a população estudada, apareceu aqui como uma realidade. De fato, as condições de moradia, os padrões de habitação aos quais estiveram sujeitas as pessoas que participaram do PROSAMIM e suas histórias de privações e dificuldades financeiras não deixaram dúvidas a respeito de sua condição desprivilegiada em relação a outros setores da sociedade. Mas o questionamento, afinal, era se, após serem submetidos às intervenções e reassentamentos provocados pelo Programa, essas pessoas continuaram em situações de exclusão; se a participação no Programa foi suficiente para tirá-las daquelas condições em que se encontravam; e, se foi suficiente, será que essa participação teria, de alguma maneira, submetido os beneficiários do Programa a novos e diferentes situações de exclusão social?

São muitas perguntas. E muitas respostas se delinearam no curso da realização desse trabalho. A primeira delas diz respeito à possibilidade de esse Programa ter provocado novas situações de vulnerabilidade. De alguma maneira, pode-se dizer que sim. Provoca novas condições de vulnerabilidade porque restringe ao antigo cidadão morador do centro da cidade as possibilidades de usufruir dos benefícios da vida na metrópole. Os beneficiários que foram alocados a 30 km, em média, do local de suas antigas moradias acabaram obrigados a lidar com a ausência de infraestrutura capaz de suprir as demandas das comunidades moradoras desses conjuntos habitacionais, seja em relação à saúde, ao transporte público, às escolas (em todos os níveis da educação) ou segurança pública. Esses beneficiários do Programa foram alocados longe de suas fontes de emprego, em locais de pouca oferta de serviços e comércios, sem condições de atendimento básico de saúde, sem atendimento policial que se faça presente

no imaginário social dessas populações, que não raramente se sentem vulneráveis e desprotegidas nesses locais.

Também é sabido que as populações que foram remanejadas para longe de suas áreas de moradia no centro da cidade não foram acompanhadas pelas atividades de pós-reassentamento, cujos objetivos giram em torno do cuidado com a adaptação do morador ao novo regime de moradia e sociabilidade ao qual foram submetidos em função do Programa, que acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos moradores e oferece oportunidades de educação formal, de atividades de educação sanitária e ambiental e de (re)inserção no mercado de trabalho. Nesse aspecto, os beneficiários da solução Casa no Conjunto Habitacional foram tratados de forma episódica, relacionados apenas ao evento de reassentamento realizadas pelo Programa, se comparados àqueles que foram reassentados nas áreas construídas pelo PROSAMIM na área central da capital amazonense.

Ainda sobre os beneficiários da solução Casa no Conjunto Habitacional, é importante que se diga que a relação dos moradores com as antigas residências, localizadas à beira dos igarapés que sofreram intervenção desta primeira edição do Programa, era de inquilinato e de cessão de uso por terceiros. Todos os moradores desses Conjuntos Habitacionais, que para ali foram involuntariamente, por exigência da remoção de suas moradias de determinada área, não tinham propriedade do imóvel ou mesmo se relacionavam com ele na condição de herdeiros. E como é sabido, são raros os programas urbanos que lidam com desapropriação de terreno e remanejamento de famílias que oferecem modalidades de compensação financeira para pessoas que tenham essas características de relacionamento com o imóvel. Isso equivale a dizer que cada habitação alugada que foi removida gerou ao Programa duas soluções habitacionais (às vezes mais, a depender de quantas unidades familiares conviviam no mesmo terreno de uma só propriedade), sendo, muitas vezes, revertida em duas ou mais edificações concedidas como indenização aos moradores das antigas palafitas⁷.

Esses beneficiários, que, apesar de reconhecerem as dificuldades de morar longe das áreas centrais em que passaram boa parte de suas vidas, são enfáticos em seus discursos a respeito do valor sentimental, e também financeiro, de possuir um imóvel próprio, condição

⁷ As novas edições do PROSAMIM já não prevêem repetição dessa modalidade de benefício. Em função da elevação dos custos da realização do Programa, os inquilinos e moradores que moravam em edificações cedidas serão contemplados com o benefício chamado bolsa-aluguel, segundo o qual o Programa paga um valor fixo durante um período de 6 meses, aproximadamente, para que o inquilino/cedido tenha tempo de reestabelecer sua moradia em outra parte da cidade.

que, para os beneficiários desta solução, era inédita. Dessa forma, a passagem pelo Programa resultou, entre outras coisas, na obtenção do imóvel próprio, apesar de, até o momento de realização das entrevistas, não haver passado o período necessário de moradia para a obtenção do título de propriedade por parte dos moradores.

A perda do vínculo afetivo entre as comunidades foi uma questão constantemente levantada nos relatos feitos pelos entrevistados. O sentimento de pertencimento, que agora vai se reestabelecendo entre os novos vizinhos dos Conjuntos Habitacionais, configura, nesta análise, um prejuízo que foi bastante sentido entre os beneficiários, basicamente em função de haver quatro soluções de reassentamento no Programa (Casa no Conjunto Habitacional, Unidade Habitacional, Bônus Moradia, Indenização do Proprietário Morador), o que acabou espalhando aleatoriamente esta população em diferentes partes da cidade.

Há que se ressaltar que os Conjuntos Habitacionais para os quais foram remanejados esses beneficiários são os mesmos nos quais são alocados os beneficiários de boa parte das políticas habitacionais promovidas pelo Governo do Estado do Amazonas, em parceria com o Governo Federal, a exemplo das casas construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Nesse sentido, caso entrassem na fila para recebimento de benefícios por políticas habitacionais já em prática pelo governo local, seriam, possivelmente, alocados em condições semelhantes àquelas as quais foram submetidos em razão da concessão do benefício pelo PROSAMIM. Em tempo, é importante que se ressalte que isso não legitima a transferência de famílias para locais em que não há estrutura suficientes para recebê-las de forma digna, questão que ficou patente nas visitas e conversas realizadas naqueles conjuntos.

Existe, nesse contexto, uma gama de questões colocadas paralelamente na análise dos benefícios que o Programa proporcionou para a vida dessas pessoas, questões essas que se relacionam à vida que essas famílias passaram a viver desde que foram remanejadas para os Conjuntos Habitacionais em questão. Resumidamente, segundo os entrevistados, o maior benefício foi a garantia da posse do imóvel próprio, seguido da garantia da promoção da saúde da família, ocasionado em função da retirada das famílias das condições insalubres em que vivam à beira dos igarapés.

Os prejuízos, entretanto, se relacionam basicamente à perda do acesso aos equipamentos públicos, como dita anteriormente, principalmente no que tange à segurança e

transporte público, que, de fato, como já apontaram os especialistas, reduz a mobilidade urbana e restringe o espaço social da pobreza às periferias dos grandes centros urbanos.

Há que se lembrar que os objetivos do Programa se restringem à proposição de melhorias no contexto social das famílias no que tange à qualidade e dignidade das condições de moradia da população afetada pelo Programa, além, claro, das ações relacionadas com o outro subcomponente do projeto, o urbanístico/ambiental. Nesse sentido, não se pode cobrar que o Programa, por ele mesmo, tenha capacidade de resolver um amplo conjunto de questões que se colocam para além das necessidades relacionadas à moradia do indivíduo afetado pelas remoções das palafitas, até porque o escopo dessa atividade excede o limite daquilo que o Programa pode e se propõe a fazer.

Em relação aos beneficiários da solução Unidade Habitacional, que alocou as famílias beneficiadas pelo Programa nas mesmas áreas das quais foram removidas, os resultados finais são bem melhores do que os verificados entre a solução discutida anteriormente, Casa no Conjunto Habitacional. Toda a análise feita a respeito do valor sentimental e financeiro da posse da casa própria vale também aqui para essa população. Para além disso, a qualidade da edificação oferecida aos beneficiários como indenização pela sua casa removida das áreas de risco foi superior àquela disponibilizada nos Conjuntos Habitacionais do bairro Cidade Nova. Além de maiores, esses apartamentos possuem um tempo de vida útil que se mostrou maior, ao que se soma a existência de manutenção constante por parte da equipe de engenharia do Programa nessas áreas centrais.

Uma questão que se mostrou relevante foi a existência de atividades de pós-reassentamento, que realmente se ocuparam da adaptação do beneficiário à nova moradia e se prolongam de forma a acompanhar, minimamente, os desdobramentos dessa intervenção na vida do beneficiário. Estão aí incluídas questões relevantes a respeito do fomento à organização comunitária local, atividades que se mostraram importantes para a construção do entendimento a respeito dos direitos e deveres dessas comunidades como cidadãos e como beneficiário desse Programa.

Ademais, a manutenção dos benefícios relacionados ao acesso a serviços e equipamentos públicos, além da oferta vasta de comércio e o acesso facilitado às fontes de emprego, deixa claro que os benefícios de quem recebeu essa solução, Unidade Habitacional, foram consideravelmente maiores quando comparados aos benefícios obtidos por aqueles que

foram alocados longe do centro da cidade. Não esquecendo, sempre, que a participação no Programa foi compulsória, de maneira que os apartamentos entregues pelo Programa, em ambos os locais, são uma indenização paga ao morador, não uma concessão gratuita de benefícios.

Há que ressaltar que as áreas centrais da cidade não são facilmente esquecidas, como acontece quando a periferia concentra os bolsões de pobreza urbanos. Dessa maneira, não passa despercebida que a grande atenção dada a esses Parques Residenciais cumprem, de determinadas maneiras, objetivos políticos partidários, que são uma faceta complexa e constante que não pode ser esquecida na análise desse tipo de intervenção urbana. O embelezamento da cidade, a força do setor do turismo, o jogo político de influências e a corrida pela garantia dos currais eleitorais locais têm papel relevante na maneira pela qual essa política urbana foi conduzida junto às populações que ficaram como um cartão-postal no centro da cidade.

Em relação aos que se desfizeram de seus imóveis recebidos depois da transferência promovida pelo Programa, resta supor os motivos dessa escolha, já que não houve oportunidade de conversar com nenhuma dessas pessoas. A dificuldade de manter uma vida longe do centro da cidade, as restrições orçamentárias de cumprir com encargos de serviços que antes eram obtidos clandestinamente de forma quase gratuita, a valorização repentina do imóvel que antes tinha pouco valor de troca, a possibilidade de acessar o dinheiro necessário para voltar à vida abandonada em outra cidade em busca da promessa financeira que representou Manaus durante muito tempo. Muitos foram os motivos que aqui e ali apareceram nos discursos dos entrevistados, dos beneficiários que tive contato durante essa jornada longa de quase 3 anos.

Alguns desses motivos podem ocasionar novos nichos de invasões em áreas de risco da cidade, de maneira que a ação do governo local, a partir do PROSAMIM, de fato, não consegue evitar a repetição desse fenômeno. Mas o escopo do Programa talvez na seja, a priori, lidar com esse tipo de demanda. O PROSAMIM é um programa de intervenção urbana, com um escopo de atuação que, transversalmente, embora com muita importância, lida com a questão da habitação. Ele não é um programa habitacional. Não pode, portanto, cumprir com exigências próprias desse tipo de política. Criar condições habitacionais que evitem que o indivíduo retorne à invasão de áreas de risco é pressuposto da ação de políticas habitacionais. E é preciso que o governo, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito federal, esteja pronto

para investir de forma significativa nesse setor, que é o que, de fato, garantiria a diminuição da pressão das invasões de áreas impróprias para moradia pelas populações de baixo poder aquisitivo.

Ademais, chama atenção da população nessa situação de vulnerabilidade social os benefícios que foram dados aqueles que participaram do Programa com a modalidade de solução Unidade Habitacional, principalmente se comparados aos beneficiários de programas habitacionais que, como as famílias que receberam Casa no Conjunto Habitacional, foram remanejados para longe do centro da cidade. Criou-se, dessa forma, uma especulação a respeito do PROSAMIM ser a solução imediata vislumbrada pela comunidade que demanda soluções habitacionais de baixo custo. Se não há investimentos paralelos para conter o crescimento dessa demanda – aí incluídos investimentos em programas habitacionais, contenção e congelamento de áreas de risco, definição de critérios rígidos que impeçam o duplo beneficiamento de uma mesma família em intervenções como essa, criação de infraestrutura que esteja apta a receber moradores nas áreas mais distantes da cidade de forma digna – não há maneiras de evitar o crescimento da pressão sobre as áreas de igarapés da cidade como um todo. É um problema macro do município como um todo. Na verdade, um problema generalizado nas metrópoles brasileiras. A solução não pode ser paliativa, mas urge uma ação conjunta entre todas essas iniciativas de intervenção de caráter público.

Por fim, destaco alguns questionamentos que se mostraram relevantes ao final deste trabalho. É sabido que grande parte das intervenções de urbanização de favelas realizadas no Brasil foram financiadas majoritariamente por bancos e instituições financeiras internacionais. Essas instituições, como de praxe, impõem determinadas condições para que o financiamento seja concedido, aí incluídas as atividades de acompanhamento de pós-reassentamento que foram realizadas em alguns igarapés beneficiados pelo PROSAMIM, entre outras exigências que organizam e impõem determinado ritmo e condições de realização do trabalho. Três dos cinco igarapés incluídos nesta primeira edição do Programa receberam atividades relacionadas a esta etapa de pós-reassentamento, a saber, justamente aqueles três financiados pelo BID. Os dois igarapés financiados pela contrapartida local não tiveram oportunidade de participar das atividades que foram elencadas e comentadas no capítulo 4.

O questionamento que promana desta constatação diz respeito ao fato de haver possibilidade, a priori estabelecida, de beneficiários de uma mesma política serem tratados de forma diferenciada dentro de um mesmo sistema de concessão de benefícios. A maior parte da

publicidade que se faz sobre os desdobramentos sociais do Programa estão assentados nos igarapés cujos financiadores estrangeiros exigiram a realização de determinadas atividades, atividades estas que são enfaticamente apontadas nessas propagandas relativas ao Programa, enquanto os que foram financiados pelo dinheiro local não fazem parte desta etapa importante que consiste no acompanhamento da comunidade após o remanejamento. Talvez esse questionamento, sobre como lidar com as exigências de um órgão financiador externo e os resultados do cumprimento ou não dessas exigências, seja um foco de estudo que mereça atenção, até porque a atuação desse tipo de financiador nessa área de reurbanização de favelas no país, como já dito, é expressiva. É necessário dar alguma atenção aos questionamentos que envolvem essa relação, até para problematizar a relevância dos conteúdos que são impostos aos governos estaduais brasileiros em função da concessão de grandes financiamentos.

Outro questionamento se faz necessário a respeito da capacidade de atuação do governo enquanto agente capaz de pôr em prática ações de fomento a processos de inclusão social. Aqui falo do governo como Estado, numa figura ampla, que ignora propositadamente as divisões estaduais e municipais, mas é considerado como ente único. Há que se perguntar por que beneficiários do PROSAMIM possuem resultados melhores em termos de ganho de qualidade de vida e garantia dos seus direitos sociais do que aqueles que hoje são beneficiários de programas habitacionais promovidos por esse mesmo governo. O que marca a atuação do Estado em cada uma dessas intervenções públicas? Por que são diferentes, se promovidas pelo mesmo agente?

Essas são perguntas que podem vir a ser respondidas futuramente; e com certeza há muitas outras. Sobre as perguntas que aqui inicialmente foram feitas e suas tentativas de resposta, espero que elas tenham ganhado alguma contribuição, em termos teóricos e práticos, na busca da compreensão sobre o que se trata o fenômeno da favelização no Brasil e suas possibilidades de gerenciamento.

ANEXO A

Questionário *Survey* elaborado e aplicado pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE aos beneficiários da primeira edição do PROSAMIM

**PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL
DOS IGARAPÉS DE MANAUS - PROSAMIM**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA
O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA



TIPO 1 - QUESTIONÁRIO AMOSTRAGEM

A IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

1. N° DO QUESTIONÁRIO	<input type="text"/>
2. GRUPO ENTREVISTADO CÓDIGO	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
3. NOME DO APLICADOR	<input type="text"/>

B IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

4. NOME COMPLETO DO RESPONDENTE <input type="text"/>		
5. SEXO DO <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> <input type="checkbox"/> 1 - FEMININO <input type="checkbox"/> 2 - MASCULINO	6. SEXO DO RESPONDENTE <input type="checkbox"/> 1 - FEMININO <input type="checkbox"/> 2 - MASCULINO	7. DATA DE NASC. DO <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
8. ENDEREÇO (EX: RUA, NÚMERO DA CASA) <input type="text"/>		9. BAIRRO <input type="text"/>
10. CEP <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	11. TELEFONE 1 <input type="text"/> <input type="text"/>	12. TELEFONE 2 <input type="text"/> <input type="text"/>

C PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

ATENÇÃO: USE A FOLHA DE CONVERSÃO PARA REGISTRAR AS QUESTÕES
DESSE BLOCO (13 À 24)

13. IDADE DO(A) <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> <input type="text"/> <input type="text"/>	<p>20. VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA? QUAL TIPO DE DEFICIÊNCIA? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO) ATENÇÃO: APENAS OS MEMBROS QUE MORAM NA RESIDÊNCIA</p> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
14. COR OU RAÇA DO(A) <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
14.6 QUAL? <input type="text"/>	
15. ESTADO CIVIL DO(A) <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
16. ESCOLARIDADE DO(A) <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> <input type="text"/> <input type="text"/>	
17. EXISTE ALGUÉM EM IDADE ESCOLAR NO DOMICÍLIO QUE NÃO ESTEJA FREQUENTANDO A ESCOLA? ATENÇÃO: IDADE ESCOLAR - 4 A 17 ANOS <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
18. HÁ QUANTO TEMPO O (A) <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> RESIDE EM MANAUS? <input type="text"/> <input type="text"/>	
19. HÁ QUANTO TEMPO O (A) <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> RESIDE EM ÁREA DE IGARAPÉS? <input type="text"/> <input type="text"/>	
21. O(A) <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> TRABALHA EM QUE TIPO DE ATIVIDADE REMUNERADA? <input type="text"/> <input type="text"/>	
22. QUAL O VALOR DA REMUNERAÇÃO DA(AS) ATIVIDADE(S) DO(A) <u>CHEFE DA FAMÍLIA</u> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
23. VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA POSSUI OUTROS RENDIMENTOS? <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
24. QUAL O <u>VALOR TOTAL</u> DOS RENDIMENTOS DA <u>FAMÍLIA</u> ? <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
25. QUANTIDADE DE FAMÍLIAS NO <u>ANTIGO</u> DOMICÍLIO? <input type="text"/> <input type="text"/>	
26. QUANTIDADE DE FAMÍLIAS NO <u>NOVO</u> DOMICÍLIO? <input type="text"/> <input type="text"/>	

<p>43. OS ESGOTOS SANITÁRIOS PRODUZIDOS NESSE DOMICÍLIO TÊM QUAL DESTINO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE PLUVIAL <input type="checkbox"/> 5 - RIOS E IGARAPÉS</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - VALA (CÉU ABERTO) <input type="checkbox"/> 6 - OUTRO DESTINO</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - FOSSA SÉPTICA (RECEBE TRATAMENTO ORGÂNICO)</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - FOSSA RUDIMENTAR (NÃO RECEBE TRATAMENTO ORGÂNICO)</p>	<p>44. A REDE DE ENERGIA ELÉTRICA DESSE DOMICÍLIO PREDOMINANTEMENTE:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - É OFERTADA PELA EMPRESA AMAZONAS ENERGIA (MANAUS ENERGIA)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - É CLANDESTINA (GATO)</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - UTILIZA ENERGIA ALTERNATIVA (SOLAR, EÓLICA, HIDRELÉTRICA E DE BIOCOMBUSTÍVEIS)</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - NÃO POSSUI REDE ELÉTRICA</p>										
<p>45. O LIXO DESTA RESIDÊNCIA:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - É COLETADO PELAS EMPRESAS (ENTERPA E TUMPEX) DE COLETA DE LIXO VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (SEMULSP)</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - É COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - É QUEIMADO (NA PROPRIEDADE)</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - É ENTERRADO (NA PROPRIEDADE)</p> <p><input type="checkbox"/> 5 - É JOGADO EM TERRENO BALDIO OU RUA</p> <p><input type="checkbox"/> 6 - É JOGADO EM RIOS E IGARAPÉS</p> <p><input type="checkbox"/> 7 - TEM OUTRO DESTINO</p>											
<p>ESSE DOMICÍLIO TEM:</p> <p>46 - REDE DE INTERNET <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> <p>47 - REDE TELEFÔNICA (SE NÃO, PASSE PARA O QUESTIONÁRIO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>48. A REDE TELEFÔNICA É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - MÓVEL (CELULAR) <input type="checkbox"/> 4 - OUTRA</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - FIXA</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - MÓVEL + FIXA</p>										
<p>NESTE DOMICÍLIO EXISTE:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="284 1003 817 1048"> <p>49. RÁDIO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> <td data-bbox="826 1003 1361 1048"> <p>54. FORNO DE MICROONDAS <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="284 1048 817 1093"> <p>50. TELEVISOR <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> <td data-bbox="826 1048 1361 1093"> <p>55. APARELHO DE AR-CONDICIONADO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="284 1093 817 1137"> <p>51. TV A CABO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> <td data-bbox="826 1093 1361 1137"> <p>56. MÁQUINA DE LAVAR ROUPA (NÃO CONSIDERAR O TANQUINHO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="284 1137 817 1182"> <p>52. DVD <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> <td data-bbox="826 1137 1361 1182"> <p>57. AUTOMÓVEL PARA USO PARTICULAR <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="284 1182 817 1218"> <p>53. GELADEIRA OU FREEZER <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p> </td> <td></td> </tr> </table>		<p>49. RÁDIO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>54. FORNO DE MICROONDAS <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>50. TELEVISOR <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>55. APARELHO DE AR-CONDICIONADO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>51. TV A CABO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>56. MÁQUINA DE LAVAR ROUPA (NÃO CONSIDERAR O TANQUINHO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>52. DVD <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>57. AUTOMÓVEL PARA USO PARTICULAR <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>53. GELADEIRA OU FREEZER <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	
<p>49. RÁDIO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>54. FORNO DE MICROONDAS <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>										
<p>50. TELEVISOR <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>55. APARELHO DE AR-CONDICIONADO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>										
<p>51. TV A CABO <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>56. MÁQUINA DE LAVAR ROUPA (NÃO CONSIDERAR O TANQUINHO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>										
<p>52. DVD <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>	<p>57. AUTOMÓVEL PARA USO PARTICULAR <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>										
<p>53. GELADEIRA OU FREEZER <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO</p>											
<p>F NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE</p>											
<p>58. HÁ ALGUM TIPO DE ASSOCIAÇÃO OU GRUPO LOCAL NO BAIRRO DA SUA ANTIGA RESIDÊNCIA?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (PASSE PARA O QUESTIONÁRIO 60)</p>											
<p>59. QUAL(S) TIPO(S) DE ASSOCIAÇÃO(ÕES) OU GRUPO(S) LOCAIS? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)</p> <p><input type="checkbox"/> 57.1 - COMITÊ DE REPRESENTANTE DA COMUNIDADE (CRC) <input type="checkbox"/> 57.4 - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA <input type="checkbox"/> 57.7 - ESTUDANTIL</p> <p><input type="checkbox"/> 57.2 - ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICO / CULTURAL <input type="checkbox"/> 57.5 - ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL <input type="checkbox"/> 57.8 - ONG</p> <p><input type="checkbox"/> 57.3 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO <input type="checkbox"/> 57.6 - GRUPO DE APOIO LOCAL (GAL) <input type="checkbox"/> 57.9 - OUTROS</p>											
<p>60. HÁ ALGUM TIPO DE ASSOCIAÇÃO OU GRUPO LOCAL NO BAIRRO DA SUA ATUAL RESIDÊNCIA?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (PASSE PARA O QUESTIONÁRIO 63)</p>											
<p>61. QUAL(S) TIPO(S) DE ASSOCIAÇÃO(ÕES) OU GRUPO(S) LOCAIS? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)</p> <p><input type="checkbox"/> 59.1 - COMITÊ DE REPRESENTANTE DA COMUNIDADE (CRC) <input type="checkbox"/> 59.4 - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA <input type="checkbox"/> 59.7 - ESTUDANTIL</p> <p><input type="checkbox"/> 59.2 - ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICO / CULTURAL <input type="checkbox"/> 59.5 - ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL <input type="checkbox"/> 59.8 - ONG</p> <p><input type="checkbox"/> 59.3 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO <input type="checkbox"/> 59.6 - GRUPO DE APOIO LOCAL (GAL) <input type="checkbox"/> 59.9 - OUTROS</p>											

62. QUAL A FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS DOS PARTICIPANTES DA(S) ASSOCIAÇÃO(ÕES) QUE VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA FAZ PARTE?

1 - UMA VEZ POR MÊS 3 - TRÊS VEZES POR MÊS 5 - NÃO FREQUENTA

2 - DUAS VEZES POR MÊS 4 - MAIS DE TRÊS VEZES POR MÊS

63. NA SUA OPINIÃO, HOUVE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA PROSAMIM?

1 - SIM 2 - NÃO (PASSE PARA O **QUESTO 65**)

64. DE QUAL(IS) ASSOCIAÇÃO(ÕES) OU GRUPO(S) LOCAIS? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)

64.1 - COMITÊ DE REPRESENTANTE DA COMUNIDADE (CRC) 64.4 - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA 62.7 - INSTITUIÇÃO DE ENSINO

64.2 - ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICO / CULTURAL 64.5 - ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL 62.8 - ONG

64.3 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO 64.6 - GRUPO DE APOIO LOCAL (GAL) 62.9 - OUTROS

65. NA SUA OPINIÃO, HOUVE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA?

1 - SIM 2 - NÃO (PASSE PARA O **QUESTO 67**)

66. DE QUAL(IS) ASSOCIAÇÃO(ÕES) OU GRUPO(S) LOCAIS? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)

66.1 - COMITÊ DE REPRESENTANTE DA COMUNIDADE (CRC) 66.4 - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA 64.7 - INSTITUIÇÃO DE ENSINO

66.2 - ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICO / CULTURAL 66.5 - ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL 64.8 - ONG

66.3 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO 66.6 - GRUPO DE APOIO LOCAL (GAL) 64.9 - OUTROS

G EQUIPAMENTOS PÚBLICOS (SEGURANÇA, EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO, TRANSPORTES, SAÚDE, CULTURA, LAZER, SERVIÇOS E COMÉRCIO)

NA SUA OPINIÃO, COM QUE FREQUÊNCIA:	NUNCA	DIFICILMENTE	FREQUENTEMENTE
67. OCORRIAM CRIMES PRÓXIMO À SUA <u>ANTIGA</u> RESIDÊNCIA?	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
68. OCORREM CRIMES PRÓXIMO À SUA <u>ATUAL</u> RESIDÊNCIA?	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
69. OCORRIAM RONDAS POLICIAIS PRÓXIMO À SUA <u>ANTIGA</u> RESIDÊNCIA?	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>
70. OCORREM RONDAS POLICIAIS PRÓXIMO À SUA <u>ATUAL</u> RESIDÊNCIA?	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>

JULGUE SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO A EXISTÊNCIA DE:	INSATISFEITO	POUCO SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO
71. POSTOS POLICIAIS PRÓXIMOS À <u>ANTIGA</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
72. POSTOS POLICIAIS PRÓXIMOS À <u>ATUAL</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
73. TELEFONES PÚBLICOS PRÓXIMOS À <u>ANTIGA</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
74. TELEFONE PÚBLICO PRÓXIMOS À <u>ATUAL</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
75. CRECHES PÚBLICAS PRÓXIMAS À <u>ANTIGA</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
76. CRECHES PÚBLICAS PRÓXIMAS À <u>ATUAL</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
77. ESCOLAS PÚBLICAS PRÓXIMAS À <u>ANTIGA</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
78. ESCOLAS PÚBLICAS PRÓXIMAS À <u>ATUAL</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
79. TRANSPORTES PÚBLICOS PRÓXIMOS À <u>ANTIGA</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
80. TRANSPORTES PÚBLICOS PRÓXIMOS À <u>ATUAL</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
81. SERVIÇO DE POSTAGEM E ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS VIA CORREIO NA <u>ANTIGA</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
82. SERVIÇO DE POSTAGEM E ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS VIA CORREIO NA <u>ATUAL</u> RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

JULGUE SEU GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO A EXISTÊNCIA DE:		INSATISFEITO	POUCO SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO
83.	OFERTA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO NAS PROXIMIDADES DA ANTIGA RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
84.	OFERTA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO NAS PROXIMIDADES DA ATUAL RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
85. QUAIS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CULTURA E LAZER ERAM OFERECIDOS NO SEU <u>ANTIGO</u> BAIRRO: (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)					
<input type="checkbox"/> 85.1 - CINEMA	<input type="checkbox"/> 85.3 - PRAÇA PÚBLICAS	<input type="checkbox"/> 85.5 - CLUBE			
<input type="checkbox"/> 85.2 - TEATRO	<input type="checkbox"/> 85.4 - SHOPPING	<input type="checkbox"/> 85.6 - NDA (PASSE PARA O QUESITO 87)			
86. VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA COSTUMAVA UTILIZAR ESSES SERVIÇOS PÚBLICOS DE CULTURA E LAZER COM QUE FREQUÊNCIA?					
<input type="checkbox"/> 1 - UMA VEZ POR MÊS	<input type="checkbox"/> 3 - TRÊS VEZES POR MÊS	<input type="checkbox"/> 5 - NÃO FREQUENTA			
<input type="checkbox"/> 2 - DUAS VEZES POR MÊS	<input type="checkbox"/> 4 - MAIS DE TRÊS VEZES POR MÊS				
87. QUAIS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CULTURA E LAZER SÃO OFERECIDOS NO SEU <u>ATUAL</u> BAIRRO? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)					
<input type="checkbox"/> 87.1 - CINEMA	<input type="checkbox"/> 87.3 - PRAÇA PÚBLICAS	<input type="checkbox"/> 87.5 - CLUBE			
<input type="checkbox"/> 87.2 - TEATRO	<input type="checkbox"/> 87.4 - SHOPPING	<input type="checkbox"/> 87.6 - NDA (PASSE PARA O QUESITO 89)			
88. VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA COSTUMA UTILIZAR ESSES SERVIÇOS PÚBLICOS DE CULTURA E LAZER COM QUE FREQUÊNCIA?					
<input type="checkbox"/> 1 - UMA VEZ POR MÊS	<input type="checkbox"/> 3 - TRÊS VEZES POR MÊS	<input type="checkbox"/> 5 - NÃO FREQUENTA			
<input type="checkbox"/> 2 - DUAS VEZES POR MÊS	<input type="checkbox"/> 4 - MAIS DE TRÊS VEZES POR MÊS				
89. O SEU <u>ANTIGO</u> DOMICÍLIO ERA ATENDIDO PELO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) OU SIMILAR?			90. O SEU <u>ATUAL</u> DOMICÍLIO É ATENDIDO PELO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) OU SIMILAR?		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO			<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO		
91. ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA POSSUI PLANO DE SAÚDE?					
<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO					
92. VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA FICOU DOENTE NO ÚLTIMO ANO? QUAL FOI A DOENÇA? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)					
<input type="checkbox"/> 90.1 - NINGUÉM FICOU DOENTE	<input type="checkbox"/> 90.4 - DENGUE	<input type="checkbox"/> 90.7 - MALÁRIA			
<input type="checkbox"/> 90.2 - DOENÇAS RESPIRATÓRIAS	<input type="checkbox"/> 90.5 - DIARREIA	<input type="checkbox"/> 90.8 - VERMINOSE			
<input type="checkbox"/> 90.3 - COCEIRA	<input type="checkbox"/> 90.6 - HEPATITE	<input type="checkbox"/> 90.9 - VIROSE			
H EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL DA POPULAÇÃO					
93. VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL? (SEMANA DA ÁGUA, SEMANA DO MEIO AMBIENTE, SEMANA DE PROTEÇÃO À FAUNA, CIRCUITO DA CIÊNCIA, ESCOLA ITINERANTE, CINEMA NO PARQUE)					
<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (PASSE PARA O QUESITO 95)					
94. A(AS) ATIVIDADE(S) FOI(RAM) MINISTRADA(S) POR QUEM? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)					
<input type="checkbox"/> 94.1 - ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICO / CULTURAL	<input type="checkbox"/> 94.5 - ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA	<input type="checkbox"/> 94.9 - OUTRAS			
<input type="checkbox"/> 94.2 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO	<input type="checkbox"/> 94.6 - INSTITUIÇÃO DE ENSINO				
<input type="checkbox"/> 94.3 - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA	<input type="checkbox"/> 94.7 - ONG				
<input type="checkbox"/> 94.4 - ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL	<input type="checkbox"/> 94.8 - PROSAMIM				

95. DE QUANTAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROMOVIDAS PELO PROSAMIM VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA PARTICIPOU?

1 - UMA 2 - DUAS 3 - TRÊS 4 - MAIS DE TRÊS 5 - NENHUMA

96. HOUVE ALGUMA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROMOVIDA PELO PROSAMIM QUE VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA FOI CONVIDADO MAS NÃO PARTICIPOU?

1 - SIM 2 - NÃO (PASSE PARA O **QUESITO 98**)

97. QUAL O PRINCIPAL MOTIVO PELO QUAL VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA NÃO PARTICIPOU DA(S) ATIVIDADE(S) DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROMOVIDA(S) PELO PROSAMIM?

1 - O (OS) HORÁRIOS DA(S) ATIVIDADE(S) COINCIDIU(AM) COM O HORÁRIO DE TRABALHO/ESTUDO 3 - O LOCAL DE REALIZAÇÃO DA(S) ATIVIDADE(S) ERA LONGE DA RESIDÊNCIA

2 - NÃO FICOU SABENDO DA REALIZAÇÃO DA(S) ATIVIDADE(S) A TEMPO DE PARTICIPAR 4 - NÃO TEVE INTERESSE PELO TEMA

98. VOCÊ OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA PARTICIPOU DE OUTRA(S) ATIVIDADE(S) REALIZADA(S) PELO PROSAMIM? QUAL? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)

98.1 - NÃO PARTICIPOU

98.2 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO (CURSO DE PANIFICAÇÃO, COZINHA REGIONAL, CONFECCÃO DE BIJUTERIAS, CONFECCÃO DE ARRANJO DE FLORES, CURSO DE ALFABETIZAÇÃO)

98.3 - CURSO DE COOPERATIVISMO OU EMPREENDEDORISMO

98.4 - CURSO DE CUIDADO COM A SAÚDE (HIGIENE, PREVENÇÃO DE DOENÇA, SANEAMENTO ETC)

98.5 - OUTROS

I ORÇAMENTO FAMILIAR

99. VOCÊ SENTE DIFICULDADE PARA PAGAR EM DIA OS ENCARGOS REFERENTES À SUA MORADIA?

1 - SIM 2 - NÃO (PASSE PARA O **QUESITO 101**)

100. DIFICULDADE EM RELAÇÃO A QUAL (IS) CONTA(S)? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)

100.1 - ALUGUEL 100.2 - IPTU 100.3 - LUZ 100.4 - CONDOMÍNIO 100.5 - ÁGUA

100.6 - OUTRA(S) 100.7 - QUAL (IS)?

J GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

101. EM SUA OPINIÃO, O TAMANHO DO SEU DOMICÍLIO É ADEQUADO PARA A QUANTIDADE DE MORADORES RESIDENTES?

1 - SIM 2 - NÃO

102. VOCÊ SENTE FALTA DE ESPAÇO PARA DESENVOLVER ALGUMA ATIVIDADE EM SEU DOMICÍLIO?

1 - SIM 2 - NÃO

102.3 SE SIM, QUAL (IS)?

104. HÁ BARULHO/SRUIDOS QUE O INCOMODAM vindos de ÁREAS VIZINHAS OU EXTERNAS?

1 - SIM 2 - NÃO (PASSE PARA O **QUESITO 106**)

103. VOCÊ JÁ OBSERVOU A PRESENÇA DE FOCOS DE UMIDADE OU BOLOR NO SEU DOMICÍLIO?

1 - SIM 2 - NÃO

103.3 SE SIM, EM QUE LOCAL?

105. DE ONDE VEM O BARULHO? (SE PRECISO MARQUE MAIS DE UMA OPÇÃO)

105.1 - PAREDE / PISO / TETO

105.2 - CIRCULAÇÃO INTERNA (ESCADAS, CORREDORES, ÁREAS COMUNS)

105.3 - ÁREA EXTERNA (RUA, ESTACIONAMENTO)

105.4 - OUTRA ORIGEM

JULGUE SEU GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À:

- DIMENSÃO DOS AMBIENTES DO SEU DOMICÍLIO				
	INSATISFEITO	POUCO SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO
106. TAMANHO DA COZINHA	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
107. TAMANHO DO BANHEIRO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
108. TAMANHO DA SALA	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
109. TAMANHO DOS DORMITÓRIOS	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
110. ESPAÇO PARA ABRIR E FECHAR PORTAS E JANELAS	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
111. ESPAÇO PARA CIRCULAÇÃO INTERNA	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
- MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO				
	INSATISFEITO	POUCO SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO
112. DAS FACHADAS DO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
113. DA COBERTURA DO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
114. DOS CORREDORES E ESCADAS DO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
115. DOS ESTACIONAMENTOS	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
116. DAS QUADRAS DE ESPORTE, PARQUES, PRAÇAS E JARDINS	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
- SEGURANÇA DO SEU DOMICÍLIO				
	INSATISFEITO	POUCO SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO
117. CONTRA ASSALTO, ROUBO E INVASÕES	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
118. CONTRA ACIDENTES NAS ESCADAS	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
- CONFORTO AMBIENTAL				
	INSATISFEITO	POUCO SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO
119. ILUMINAÇÃO NATURAL NO INTERIOR DO SEU DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
120. VENTILAÇÃO NATURAL NO INTERIOR DO SEU DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
- PRIVACIDADE				
	INSATISFEITO	POUCO SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO
121. ENTRE OS MORADORES DENTRO DO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
122. DISTÂNCIA DAS JANELAS DO SEU DOMICÍLIO EM RELAÇÃO ÀS JANELAS DOS DOMICÍLIOS VIZINHOS	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
- ASPECTOS GERAIS				
	INSATISFEITO	POUCO SATISFEITO	SATISFEITO	MUITO SATISFEITO
123. LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
124. QUANTIDADE DE CÔMODOS DO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
125. ÁREA DE LAZER PRÓXIMO AO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
126. COMUNIDADE E VIZINHANÇA	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
127. SERVIÇO DE SAÚDE PRÓXIMO AO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
128. ACESSIBILIDADE (CALÇADA, ESCADAS, RAMPAS)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
129. SISTEMA DE DRENAGEM (ESCOAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
130. QUALIDADE DA OFERTA DE ÁGUA NO DOMICÍLIO	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
131. SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA (QUALIDADE DA REDE ELÉTRICA)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
132. PAGAMENTO DE TAXAS DE SERVIÇO (ÁGUA, ENERGIA, ESGOTO)	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
133. ASSESSORIA DO PROSAMIM	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
134. SOLUÇÃO DE REASSENTAMENTO DO PROSAMIM	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>

FOLHA DE CONVERSÃO

13. IDADE DO(A) CHEFE DA FAMÍLIA			
1	00 A 06 ANOS	6	35 A 44 ANOS
2	07 A 14 ANOS	7	45 A 54 ANOS
3	15 A 19 ANOS	8	55 A 64 ANOS
4	20 A 24 ANOS	9	65 OU MAIS
5	25 A 34 ANOS		
14. COR OU RAÇA DO(A) CHEFE DA FAMÍLIA			
1	BRANCA		
2	PRETA		
3	AMARELA		
4	PARDA		
5	INDIGENA		
6	OUTRA		
15. ESTADO CIVIL DO(A) CHEFE DA FAMÍLIA			
1	CASADO(A) COM REGISTRO NO CARTÓRIO		
2	CASADO(A) SEM REGISTRO NO CARTÓRIO		
3	DESQUITADO(A) OU SEPARADO(A) JUDICIALMENTE		
4	DIVORCIADO(A)		
5	VIÚVO(A)		
6	SOLTEIRO(A)		
16. ESCOLARIDADE DO(A) CHEFE DA FAMÍLIA (MARCAR APENAS O MAIOR DELES)			
1	NÃO ALFABETIZADO		
2	ALFABETIZADO		
3	FUNDAMENTAL OU 1º GRAU INCOMPLETO		
4	FUNDAMENTAL OU 1º GRAU COMPLETO		
5	MÉDIO OU 2º GRAU INCOMPLETO		
6	MÉDIO OU 2º GRAU COMPLETO		
7	SUPERIOR INCOMPLETO		
8	SUPERIOR COMPLETO		
9	PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO OU DOUTORADO) INCOMPLETO		
18. e 19. TEMPO DE RESIDÊNCIA DO(A) CHEFE DA FAMÍLIA			
1	MENOS DE 1 ANO	7	6 A 10 ANOS
2	1 ANO	8	11 A 15 ANOS
3	2 ANOS	9	16 A 25 ANOS
4	3 ANOS	10	26 A 35 ANOS
5	4 ANOS	11	MAIS DE 35 ANOS
6	5 ANOS		
20. DEFICIÊNCIA? QUE TIPO DE DEFICIÊNCIA?			
1	NÃO		
2	DEFICIÊNCIA FÍSICA Tem alguma das seguintes deficiências: paralisia permanente total; paralisia permanente das pernas; paralisia permanente de um dos lados do corpo; falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar.		
3	DEFICIÊNCIA MOTORA Como avalia sua capacidade de caminhar/ subir escadas - Incapaz, grande ou alguma dificuldade permanente.		
4	DEFICIÊNCIA AUDITIVA Como avalia sua capacidade de ouvir (se utiliza aparelho auditivo faça sua avaliação quando o estiver utilizando) - Incapaz, grande ou alguma dificuldade permanente.		
5	DEFICIÊNCIA VISUAL Como avalia a sua capacidade de enxergar (se utiliza óculos ou lentes de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando) - Incapaz, grande ou alguma dificuldade permanente.		
6	DEFICIÊNCIA MENTAL Tem alguma deficiência mental permanente que limite as atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc).		
21. ATIVIDADE REMUNERADA DO(A) CHEFE DA FAMÍLIA			
1	NÃO TRABALHA		
2	TRABALHADOR DOMÉSTICO COM CARTEIRA ASSINADA		
3	TRABALHADOR DOMÉSTICO SEM CARTEIRA ASSINADA		
4	EMPREGADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA		
5	EMPREGADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA		
6	EMPREGADOR		
7	POR CONTA-PRÓPRIA		
8	APRENDIZ OU ESTAGIÁRIO SEM REMUNERAÇÃO		
9	TRABALHADOR NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO / TRABALHO DE SUBSISTÊNCIA		
22. e 24. VALOR DOS RENDIMENTOS			
1	ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO (R\$ 510,00)		
2	ENTRE 1 E 2 SALÁRIOS MÍNIMOS (R\$ 511,00 À R\$ 1.020,00)		
3	ENTRE 2 E 3 SALÁRIOS MÍNIMOS (R\$ 1.021,00 À R\$ 1.530,00)		
4	ENTRE 3 E 4 SALÁRIOS MÍNIMOS (R\$ 1.530,00 À R\$ 2.040,00)		
5	MAIS DE 4 SALÁRIOS MÍNIMOS (A PARTIR DE R\$ 2.041,00)		
23. OUTROS RENDIMENTOS			
1	NÃO POSSUI		
2	APOSENTADORIA		
3	ALUGUEL		
4	PENSÃO ALIMENTÍCIA, MESADA, DOAÇÃO RECEBIDA DE NÃO-MORADOR		
5	RENDA MÍNIMA/BOLSA FAMÍLIA OU OUTRO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL OU DA PREFEITURA		
LEMBRETES!			

ANEXO B

Fotografias

Foto 1: Igarapé Mestre Chico antes e depois das obras do PROSAMIM I



Fonte: Arquivo PROSAMIM



Foto 2: Igarapé Cachoeirinha antes e depois das obras do PROSAMIM I



Fonte: Arquivo PROSAMIM



Foto 3: Parque Urbano Largo Mestre Chico – Igarapé Mestre Chico



Fonte: Arquivo PROSAMIM



Foto 4: Igarapé Bittencourt depois das obras do PROSAMIM I



Fonte: Arquivo PROSAMIM

Foto 5: Igarapé Bittencourt antes e depois das obras do PROSAMIM I



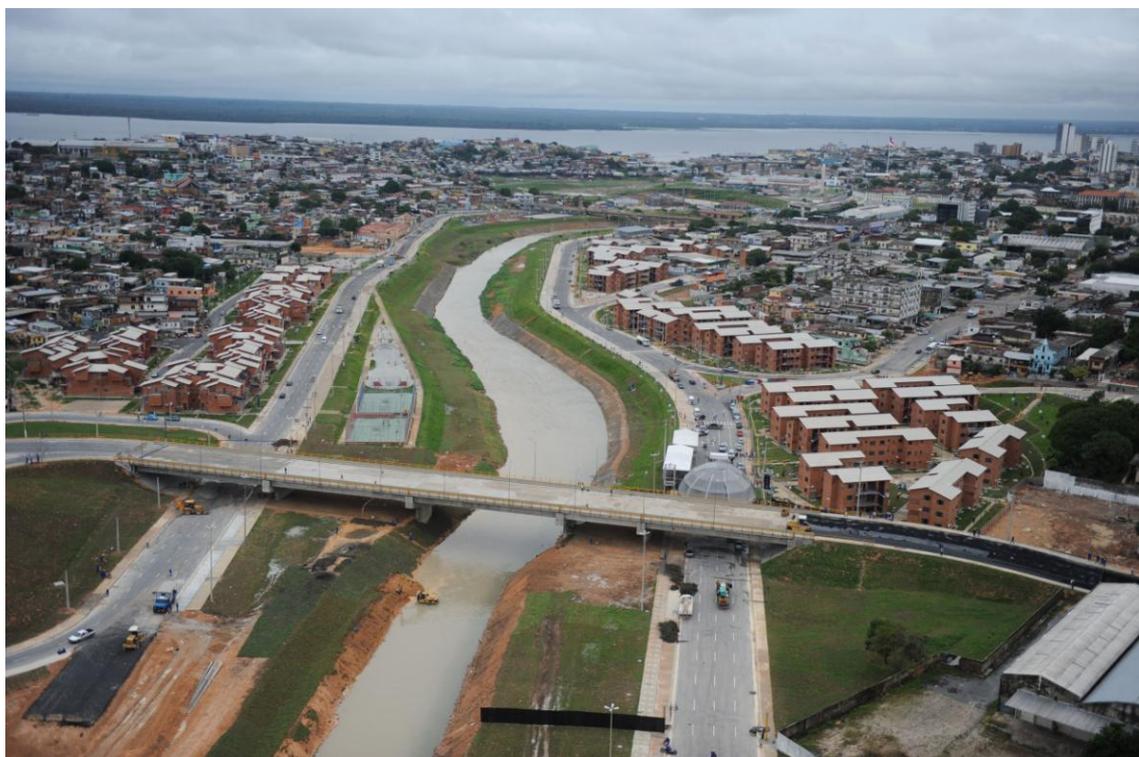
Fonte: Arquivo PROSAMIM

Foto 6: Igarapé Manaus antes e depois das obras do PROSAMIM I



Fonte: Arquivo PROSAMIM

Foto 7: Igarapé Manaus antes e depois das obras do PROSAMIM I



Fonte: Arquivo PROSAMIM

Foto 8: Áreas vizinhas aos Parques Residenciais construídos pelo PROSAMIM – Igarapé Manaus



Fonte: Arquivo PROSAMIM

Foto 9: Casas do Conjunto Habitacional João Paulo II – Cidade Nova



Fonte: Arquivo PROSAMIM

Foto 10: Casas do Conjunto Habitacional João Paulo II – Cidade Nova



Fonte: Arquivo PROSAMIM

Bibliografia Consultada

AGUILAR, M. J. & ANDER-EGG, E., **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

ALVES, J.A; MOURA, L. K. F. **A produção do espaço urbano na Amazônia: as políticas públicas habitacionais no período de 1980-2008 em Manaus – AM (BR)**. Anais do 4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável – PLURIS, 2010.

AMAZONAS, GOVERNO DO ESTADO. **Avaliação dos Impactos Urbanísticos e Ambientais – Produto 12**. Contrato prestação de serviços técnicos especializados para o monitoramento e avaliação da execução do PROSAMIM I. COBRAPE. 2011.

_____. **Base Comparativa para Avaliação do Reassentamento – Produto 5**. Contrato prestação de serviços técnicos especializados para o monitoramento e avaliação da execução do PROSAMIM I. COBRAPE. 2010.

_____. **Documento de propostas básicas para avaliação do reassentamento – Produto 4**. Contrato prestação de serviços técnicos especializados para o monitoramento e avaliação da execução do PROSAMIM I. COBRAPE. 2009.

_____. **Nota Técnica – Produto 7**. Contrato prestação de serviços técnicos especializados para o monitoramento e avaliação da execução do PROSAMIM I. COBRAPE. 2011a.

_____. **Plano de ações para reposição de moradias, remanejamento de população e atividades econômicas instaladas nas áreas requeridas para implantação do PROSAMIM**. Manaus: SEINF, 2005.

_____. **Plano de Educação Ambiental – PEA**. Manaus: SEINF, sem data.

_____. **Plano de Participação Comunitária – PPC**. Manaus: SEINF, 2004.

_____. **Plano Específico de Remanejamento – PER**. Manaus: SEINF, 2007.

_____. **Plano Executivo de Participação Comunitária – PEPAC**. Manaus: SEINF, 2007a.

_____. **Portal da Secretaria de Habitação – SUHAB.** Disponível em <<http://www.suhab.am.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 30 de junho de 2011.

_____. **Portal da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINF.** Disponível em <<http://www.seinf.am.gov.br/>>. Acesso em: 30 de junho de 2011.

_____. **PROSAMIM – Um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia.** Manaus, 2008.

BAHIA, M. D. P. **Política de Intervenção Urbana: uma leitura crítica sobre os programas Rio Cidade e Favela Bairro.** Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2000.

BONDUKI, N. G. **Origens da Habitação Social no Brasil.** *Análise Social*, vol. XXIX (127), 711-732. 1994.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas.** Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Relatório Ambiental Urbano Integrado – Informe GEO Manaus.** Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

BUVINICH, Manuel Rojas. **Ferramentas para o monitoramento e avaliação de projetos.** Cadernos de Políticas Sociais, 10. Brasília, Unicef, 1999.

CALLON, M. The dynamics of techno-economic networks. In COOMBS, R.; SAVIOTTI, P. & WALSH, V. (Eds.) **Technological change and company strategies.** Londres, Academic Press, 1992, p. 72-102.

CARVALHO, S. R.; GASTALDO, Denise; **Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista**, 01/2008, *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 13, pp.2029-2029, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CASTRO, S. M. M; MENEZES, A. M. N; FARIAS, I. S. **Mordia digna em Manaus: Paradoxo e Dilema para o Serviço Social.** Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/moradia-digna-em-manaus-paradoxo-e-dilema-para-o-servico-social/67071/>. Acesso em 22/01/2012.

CORTES, Soraya. **Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados.** In Cadernos de Sociologia, v.9, p.11-47, 1998.

COSTA, Nicola S. **Canudos – Ordem e Progresso no Sertão.** São Paulo. Editora Moderna, 1984.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DENZIN, N.K. **The research act.** Chicago: Aldine Publishing Company, 1979.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social.** Martins Fontes, 3ª Ed. 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** In: MARX, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu.** Editora Fiocruz. 2006.

FERREIRA, Gerson A. A. **Modernidade, Migração e Cidade: uma leitura sobre a estratificação do ambiente urbano.** RELEM – Revista Eletrônica Mutações. UFAM/ICSEZ. Julho-janeiro, 2010. Disponível em <http://www.relem.info/index.php/relem/article/viewFile/8/15>. Acesso em 22/01/2012.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da Cidade.** São Paulo: Papirus, 2006.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O Império do Belo Monte – Vida e Morte em Canudos.** São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias.** 1ª ed. Chapecó: Argos, 2007.

GIBBS, Graham. **Análise de Dados Qualitativos.** Porto Alegre: Ed. Artmed, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOHN, M. G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (orgs). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço e Debate. São Paulo, n. 39, 1996. p. 48-63.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 10/01/2012.

KISH, L. **Survey Sampling**. New York: John Wiley & Sons, 1965.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Where Are the Missing Masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts**. In Bijker & Law – Shaping Technology / Building Society: Studies in Sociotechnical Change. 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2010.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1990.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, Jeová Dias. **As regras da metrópole. Campo urbanístico e ordem social na região metropolitana de São Paulo**. Tese (Doutorado) Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2006.

MARSHALL, T. W. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 38ª. ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- MESQUISTA, Otoni M. **Manaus – História e Arquitetura (1852-1910)**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2006.
- MINAYO. M.C.S. (Org.). **Avaliação por Triangulação de Métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Hucitec, 2009.
- MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz,2006.
- MINAYO, M. C. S; CRUZ NETO, O.Triangulación de métodos en da evaluación de programas y servicios de salud. Pp. 65-80. In: BRONFMAN,M; CASTRO, R. (coord.). **Salud, cambio social y política: perspectivas desde América Latina**. México: Edamex.1999.
- MINAYO, M.C.S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo; oposição ou complementaridade?** Cadernos de Saúde Pública, v. 9 (supl.1): 239-262.1993.
- NASCIMENTO, Márcio S. **Desigualdades socioespaciais na cidade de Manaus-AM e a construção de novos espaços urbanos, o caso do PROSAMIM**. Disponível em <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/88/126>. Acesso em 22/01/2012.
- NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. São Paulo. Editora Atlas S.A, 1997.
- NUNES, B. F. (Org.). **Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano**. Brasília, DF: Líber Livro, 2006.
- PATTO, M. H. S. (Org.). **A Cidadania Negada**. São Paulo: casa do Psicólogo, 2009.
- PAVIANI, Aldo. **Demandas sociais e ocupação do espaço urbano – O caso de Brasília, DF**. Cadernos MetrÓpole 21, 1º sem. 2009; PP. 75-92.
- PEREIRA. M. G. **Epidemiologia: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**inBOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). **Política Social no capitalismo:**

tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, L. C. Q. **Metrópoles, Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional** in RIBEIRO, L. C. Q. (Org.); SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org.) . **As Metrópoles e a Questão Social Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE, 2007.

_____. **Desafios da Construção da Cidadania na Metrópole Brasileira.** Sociedade e Estado, Brasília, v.22, n.3, p.525-544. Set/dez 2007.

RIBEIRO, L. C. Q; AZEVEDO, S. (orgs). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

RODRIGUES C.H.R, SANTOS F.C.A. **Empowerment: ciclo de implementação, dimensões e tipologia.** Gest Prod. 2001.

ROSEMBAUM, P., R., RUBIN D. B. **The central role of propensity score in observational studies for causal effects.** Biometrika, v.70, n.1, p. 41-55,1983.

SANTOS, Tânia S. **Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social.** Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009.

SÄRNDAL, C. E.; SWENSSON, B. & WRETMAN, J. **Model Assisted Survey Sampling.** Springer Series in Statistics. Springer Verlag, 1991.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVERMAN, David. **Interpretação de Dados Qualitativos – Métodos para análise de entrevistas, textos e interações.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2ª ed., Porto Alegre, Artmed, 2008.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos, a luta do povo**. Ed. Ática, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**, vol. 2. São Paulo: Editora UnB, 2004.

WORTHEN, Blaine; SANDERS, James; e, FITZPATRICK Jody. **Avaliação de programa: concepções e práticas**. 1ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2004.